



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GESTÃO SOCIAL
COLEGIADO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL**

MARIA CLEYDI MILANEZI

**FAZENDO A MÉDIA: USO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO TECNOLOGIA
DE GESTÃO SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE
ESCOLAR**

Salvador
2023

MARIA CLEYDI MILANEZI

**FAZENDO A MÉDIA: USO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO TECNOLOGIA
DE GESTÃO SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito à obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Nascimento dos Santos

Salvador - BA
2023

Escola de Administração - UFBA

M637 Milanezi, Maria Cleydi.

Fazendo a média: uso da mediação de conflitos como tecnologia de gestão social para enfrentamento da violência no ambiente escolar / Maria Cleydi Milanezi. – 2023.

119 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Nascimento dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Administração de conflitos. 2. Violência na escola - Prevenção. 3. Segurança pública. 4. Ambiente escolar. 5. Juventude e violência. 6. Policiamento comunitário. 7. Gestão social – Tecnologia apropriada. 8. Políticas públicas - Educação. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 363.2



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS)

ATA Nº 40

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 19/12/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social no. 40, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) MARIA CLEYDI MILANEZI, de matrícula 2021105509, intitulada Fazendo a média: uso da mediação de conflitos como tecnologia de gestão social para enfrentamento da violência no ambiente escolar. Às 09:00 do citado dia, Plataforma RNP, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES, Profª. Dra. SALETE MARIA DA SILVA, Profª. Dra. KARINE FREITAS SOUZA e Profª. MSc. DENICE SANTIAGO SANTOS DO ROSÁRIO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
gov.br DENICE SANTIAGO SANTOS DO ROSARIO
Data: 19/02/2024 10:43:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Msc. DENICE SANTIAGO SANTOS DO ROSÁRIO

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br SALETE MARIA DA SILVA
Data: 22/02/2024 19:08:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. SALETE MARIA DA SILVA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa

Documento assinado digitalmente
gov.br KARINE FREITAS SOUZA
Data: 27/03/2024 15:30:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. KARINE FREITAS SOUZA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa

Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES
Data: 27/03/2024 19:21:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS, UFBA

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS
Data: 16/02/2024 13:48:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Salvador/BA - CEP 40110-909 Telefax: (71) 3331-2949 •



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS)

MARIA CLEYDI MILANEZI

Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CLEYDI MILANEZI
Data: 29/03/2024 12:14:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dedico este mestrado à minha família, amigos,
profissionais da segurança pública, alunos,
professores e comunidade escolar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Bahia pela oportunidade de pesquisar um tema relevante para minha vida pessoal e profissional.

À Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Militar da Bahia pelos recursos despendidos nesta pesquisa.

Ao Colégio da Polícia Militar da Bahia, Unidade Ribeira, pela oportunidade de retorno e generosidade na contribuição desta pesquisa.

À Polícia Militar de Alagoas e ao Batalhão de Polícia Escolar pela receptividade e grandes aprendizados durante a minha Residência Social.

Ao orientador professor Dr. André dos Santos pela condução serena, paciência, ensinamentos e por acreditar na minha pesquisa e não desistir de mim.

À Tenente Coronel da PMBA Denice Santiago pelo incentivo em participar do processo seletivo deste mestrado e ajudar a manter minha sanidade mental em não desistir de concluir o curso.

Ao Capitão da PMBA Igor Urpia pelo incentivo em continuar meus estudos, especialmente este mestrado, inclusive me orientando nos bastidores e incentivando a concluir esta pesquisa.

Ao Capitão da PMBA Lucas Dã pelo apoio moral do dia a dia e auxílio com a parte gráfica do trabalho.

Aos professores deste mestrado que compartilharam mais do que conhecimentos científicos. Compartilharam uma construção de conhecimentos, especialmente o pensar como gestora social.

Aos colegas da Turma 8 de mestrado que promoveram aprendizados significativos, tanto dos seus objetos de pesquisa e com suas experiências profissionais e de vida.

Ao meu grupo especial das atividades do mestrado (“panelinha”) Jamille, Décio, Marcus, Jefferson e Tiago que se tornaram meus esteios e me ampararam durante o percurso do curso.

À amiga de mestrado e de co-irmã Major do Corpo de Bombeiros da Bahia Jamille Campos, fiel escudeira durante o mestrado e companheira no trajeto do curso, uma incentivadora para concluir o curso e o compartilhamento dos seus conhecimentos. Seu lema era: “Ninguém solta a mão de ninguém!”

Aos meus fiéis felinos Mel e Buck pela doce e ronronante companhia nas madrugadas de pesquisa e escrita neste mestrado.

Aos meus pais e irmãos (que não mais habitam este plano) pelo incentivo aos estudos acadêmicos e me convencerem a seguir em frente, mesmo distante da nossa terra natal.

E deixei para o final, uma vez que dizem que o que se lê por último é o que fica na mente: agradeço ao meu marido Elmar Junior e a minha filha Júlia Milanezi toda a paciência, incentivo, generosidade e compreensão do meu tempo dedicado a este mestrado, entendendo que mais do que a realização de um curso acadêmico estava concretizando um sonho pessoal.

E a Deus! Aquele que sabe e que tudo vê. Obrigada por me permitir chegar ao final deste mestrado e poder contribuir para a melhoria da vida das pessoas.

"As pessoas que espalham amor, não têm tempo nem disposição para jogar pedras."

Irmã Dulce

MILANEZI, M. C. **Fazendo a média: uso da mediação de conflitos como tecnologia de gestão social para enfrentamento da violência no ambiente escolar.** 2023. 118f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023.

RESUMO

A presente dissertação tem como propósito estudar e investigar os tipos de violência que acontecem nos estabelecimentos de ensino e seu entorno, bem como propor tecnologia de gestão social para mediação de conflitos e a promoção da paz nos ambientes escolares. Sendo mãe de uma adolescente em idade escolar, obriga-me a investir nessa temática e cooperar na proposição de ações preventivas da violência na escola. Para compreensão das ocorrências de episódios de violência, busquei âncora no referencial teórico de estudiosos sobre o assunto como Bernard Charlot, Miriam Abramovay e Éric Debarbieux, dentre outros autores que ajudaram no arcabouço desta construção. O objetivo geral consiste no desenvolvimento de uma tecnologia de gestão social para mediação de conflito no ambiente escolar e a prevenção da violência nas instituições públicas de ensino. O Colégio da Polícia Militar da Ribeira, localizado na Península de Itapagipe, foi o campo de pesquisa, onde se desenvolveu uma parte considerada da metodologia proposta, com aplicação de questionário para direção, professores e funcionários, oficina pedagógica com uso de roleta virtual para os alunos, culminando na elaboração de um mapa cognitivo. A lacuna de tempo causada pela disseminação da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021, período do ápice deste mestrado, trouxe alguns prejuízos a este trabalho, sendo contornado com adaptações do projeto original, incluindo restrições na residência social feita em Maceió, no Batalhão de Polícia Escolar da Polícia Militar de Alagoas no mês de janeiro de 2022. Apesar das limitações impostas pelas restrições sanitárias, foi uma experiência de compartilhamento recíproco de conhecimentos com a troca de experiência entre as atividades de policiamento escolar para a prevenção à violência no ambiente das escolas desenvolvidas na Polícia Militar da Bahia e na Polícia Militar de Alagoas. Por fim, ressalto o amadurecimento enquanto pesquisadora durante este mestrado profissional, entendendo que uma temática de tanta relevância carece de contribuições coletivas e sociais, envolvendo a rede de proteção das crianças e adolescentes, equipamentos públicos e movimentos sociais para a consolidação e construção de uma tecnologia social para a prevenção da violência e promoção da paz nos ambientes escolares, através da mediação de conflitos.

Palavras-chave: Violência escolar; Mediação de conflito; Tecnologia de gestão social; Prevenção da violência; Colégio da Polícia Militar da Bahia/Ribeira.

MILANEZI, M. C. **Making the average: using conflict mediation as a social management technology to combat violence in the school environment.** 2023. 118f. Dissertation (Interdisciplinary and Professional Master's Degree in Development and Social Management) – Development and Social Management Program, School of Administration, Federal University of Bahia. Salvador, 2023.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study and investigate the types of violence that occur in and around educational establishments, as well as to propose social management technology for conflict mediation and the promotion of peace in school environments. Being the mother of a school-aged teenager, it forces me to invest in this topic and cooperate in proposing preventive actions against violence at school. To understand the occurrences of episodes of violence, I sought an anchor in the theoretical framework of scholars on the subject such as Bernard Charlot, Miriam Abramovay and Éric Debarbieux, among other authors who helped in the framework of this construction. The general objective is to develop a social management technology for conflict mediation in the school environment and the prevention of violence in public educational institutions. The Ribeira Military Police College, located on the Itapagipe Peninsula, was the research field, where a considered part of the proposed methodology was developed, with the application of a questionnaire to management, teachers and staff, a pedagogical workshop using virtual roulette for students, culminating in the creation of a cognitive map. The time gap caused by the spread of COVID-19 in the years 2020 and 2021, the peak period of this master's degree, brought some losses to this work, being overcome with adaptations to the original project, including restrictions on the social residence made in Maceió, in Batalhão of School Police of the Military Police of Alagoas in January 2022. Despite the limitations imposed by health restrictions, it was an experience of reciprocal sharing of knowledge with the exchange of experience between school policing activities to prevent violence in the environment of schools developed at the Military Police of Bahia and the Military Police of Alagoas. Finally, I highlight the maturation as a researcher during this professional master's degree, understanding that a topic of such relevance lacks collective and social contributions, involving the protection network for children and adolescents, public equipment and social movements for the consolidation and construction of a technology social framework for preventing violence and promoting peace in school environments, through conflict mediation.

Keywords: School violence; Conflict mediation; Social management technology; Violence prevention; Bahia/Ribeira Military Police College.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Roleta. Salvador, Ba, 2023	75
Figura 2 - Ocorrências Disciplinares do CPM/Ribeira. Salvador, Ba, 2023.....	77
Figura 3 - Mapa cognitivo. Salvador, Ba, 2023.....	82
Figura 4 - Relação dos respondentes sobre ato de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.....	85
Figura 5 - Relação dos respondentes sobre tipos de violências comuns na escola. Salvador, Ba, 2023.....	86
Figura 6 - Relação dos respondentes sobre aluno ou profissional que sofreu violência no ambiente escolar. Salvador, Ba, 2023.	87
Figura 7 - Relação dos respondentes se sofreu algum tipo de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.....	88
Figura 8 - Relação dos respondentes sobre acionamento da polícia em intervenção dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.	89
Figura 9 - Relação dos respondentes sobre o que pode ser feito para evitar a violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.	90
Figura 10 - Relação dos respondentes sobre mediação de conflito. Salvador, Ba, 2023.	91
Figura 11 - Relação dos respondentes se presenciou intervenção em caso de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.	92
Figura 12 - Relação dos respondentes se sente seguro no desempenho das atividades dentro da escola, Salvador, BA, 2023	93
Figura 13 - Relação dos respondentes sobre ser voluntário/a para fazer mediação de conflito na escola. Salvador, Ba, 2023.	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de beneficiários. Salvador, Ba, 2023.....	44
Tabela 2 - Ocorrências mais relevantes nos anos de 2019, 2020 e 2021. Salvador, Ba, 2023.....	62
Tabela 3 - Quantitativo de palavras expressadas durante a oficina pedagógica. Salvador, Ba, 2023.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAI	Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe
APL	Arranjos Produtivo Locais
APLB	Associação dos Professores Licenciados do Brasil
BBM	Batalhão de Bombeiros Militares
BCS	Base Comunitária de Segurança
BPEsc	Batalhão de Polícia Escolar
CAMMPI	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas
CF	Constituição Federal
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPM	Colégio da Polícia Militar
DECAC	Delegacia Especial da Criança e do Adolescente
DT	Delegacia Territorial
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
GMS	Guarda Civil Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAI	Núcleo de Articulação Institucional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PDGS	Programa de Desenvolvimento e Gestão Social
PM	Polícia Militar ou Policial Militar
PMAL	Polícia Militar de Alagoas
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRDI	Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PROJURJ	Programa Institucional de Justiça Restaurativa Juvenil
RMS	Região Metropolitana de Salvador

RS	Residência Social
SEC	Secretaria de Educação
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP/BA	Secretaria da Segurança Pública da Bahia
TGS	Tecnologia da Gestão Social
TJBA	Tribunal de Justiça da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VPMB	Vila Policial Militar do Bonfim

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CULTURA DA PAZ: A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE NÃO VIOLENTO NAS ESCOLAS	22
2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA	22
2.1.1 Polícia Militar da Bahia: de Corpo de Polícia a Batalhão de Policiamento Escolar	23
2.1.2 Entendendo o policiamento comunitário	25
2.2 NUANCES DA VIOLÊNCIA	27
2.3 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CRESCENTE NOS AMBIENTES ESCOLARES	28
2.3.1 Tipos de violência escolar	31
3 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR	35
3.1 DEFINIÇÕES	35
3.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS CÍRCULOS DE PAZ	38
3.2.1 Compreendendo a Justiça Restaurativa	39
3.2.2 Círculos de paz	41
3.2.3 A justiça restaurativa no CPM Dendezeiros	42
3.2.4 Projeto Cinco Minutos de Valores Humanos	43
3.3 TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL: PROTOCOLO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITO ESCOLAR	45
3.3.1 Entendendo a Gestão Social	45
3.3.2 A importância do protocolo na mediação de conflitos escolares	46
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	48
4.1 BREVE HISTÓRICO	48
4.2 EIXO DA SEGURANÇA PÚBLICA	53
4.3 COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA RIBEIRA	55
5 RESIDÊNCIA SOCIAL: BATALHÃO ESCOLAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	59
5.1. RESIDÊNCIA SOCIAL: TECNOLOGIA DE ENSINO	59
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA ESCOLAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	60
5.3 INSTITUIÇÕES VISITADAS	61
5.4 COMPARTILHAMENTO RECÍPROCO DE CONHECIMENTOS	66
6 METODOLOGIA	69

6.1. DESENHO DA PESQUISA	70
6.2. PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS	71
6.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	77
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	103
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA RIBEIRA	105
APÊNDICE C – MINUTA DE PROTOCOLO	109
APÊNDICE D - MODELO DE ROLETA.....	111
APÊNDICE E - MAPA COGNITIVO.....	112
APÊNDICE F – MINUTA DE PORTARIA	113
ANEXO A – OFÍCIOS DE AUTORIZAÇÃO	116

1 INTRODUÇÃO

As violências nas escolas constituem um fenômeno preocupante. De um lado, pelos efeitos que têm sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender (Abramovay, 2021, p. 24).

A violência no ambiente escolar tem se tornado um tema de destaque frequente na mídia, sendo recorrente a divulgação nas redes sociais pelos próprios estudantes dos estabelecimentos de ensino, o que é confirmado por Silva e Assis (2018) “nos últimos anos, casos de violência relacionados às escolas têm apresentado cada vez mais notoriedade na mídia e na sociedade em geral”.

Atualmente, com a disseminação das redes sociais e a acessibilidade de internet, especialmente pelos jovens, possibilitando a rapidez do compartilhamento de informações em tempo real, esses episódios de violência no ambiente escolar são divulgados pelos alunos, muitas vezes apresentados de forma engraçada e divertida.

Para Sposito (2001), desde o início da década de 1980, a mídia, sobretudo a imprensa escrita e a televisão, age como espaço possível de ressonância de denúncias que afetavam a vida dos estabelecimentos escolares situados na periferia de cidades como São Paulo. Em geral, o tom predominante era o de expor as precárias condições dos prédios quanto aos equipamentos mínimos de proteção. Eram denunciadas, também, as constantes depredações dos edifícios e invasões, observadas nos períodos ociosos, em especial nos fins de semana (Sposito, 2001).

Assevera Charlot (2002), que ao se analisar os estabelecimentos onde a violência escolar é grande, encontra-se uma situação de forte tensão; inversamente, quando se analisam aqueles em que a violência diminuiu, encontra-se uma equipe de direção e professores que souberam reduzir o nível de tensão.

Segundo Sposito (2001) “é preciso reconhecer que a elevação da violência à condição de problema nacional no debate público decorre também de sua disseminação e diversificação no âmbito da sociedade civil”.

Numa instituição onde a aprendizagem, a formação de atitudes, o desenvolvimento humano, a socialização do ser humano, promovendo cidadãos capazes de contribuir por uma sociedade mais justa, vai ser o mesmo ambiente em que ocorre o conflito gerador de violência.

Em pesquisas acadêmicas, escreveu Sposito (2001) que desde os primeiros anos da década de 1980, o Poder Público tentou responder ao clima de insegurança com dois tipos de medidas: de um lado, aquelas relativas à segurança dos estabelecimentos, cada vez mais sob responsabilidade das agências policiais e, de outro, as iniciativas de cunho educativo, que tentavam alterar a cultura escolar vigente, tornando-a mais permeável às orientações e características dos seus usuários. E esse cenário tem se desenhado até os dias atuais.

Segundo Abramovay (2021), existem diferentes tipos de violências que afetam o cotidiano das escolas, prejudicando crianças, adolescentes, jovens e o corpo técnico-pedagógico, impedindo as escolas de realizar sua principal função social, que é ensinar, com efeito direto sobre a qualidade do ensino, a vida de alunos, professores e pais.

Importante destacar que intramuros escolares não pontuamos apenas a violência física. Na vivência do policiamento ostensivo pela Polícia Militar é frequente o atendimento a ocorrência que envolve violências como a patrimonial, verbal, psicológica, dentre outras que exigem a intervenção policial, para a mediação de conflitos, e condução a delegacias especializadas de crianças e adolescentes.

Durante minha experiência como Diretora Adjunta¹ do Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes, na Ribeira (CPM), localizada no território da Península de Itapagipe, no período de 2013 a 2016, iniciei o interesse pelo estudo e observação participativa da prevenção da violência no ambiente escolar, compreendendo a necessidade da aproximação da Polícia Militar (PM) com a comunidade, um dos pilares do policiamento comunitário. Apesar de se tratar de um colégio de regime militar, vivenciamos episódios de violência, tais como brigas entre os alunos, violência patrimonial (contra as instalações físicas da escola) e prática de *bullying*, muitas vezes sendo necessária a atuação da Ronda Escolar da PM.

Percebemos que os profissionais da escola, à exemplo dos professores, sobretudo por estarem em contato direto com os discentes, ainda assim, tinham dificuldades em distinguir um aluno “indisciplinado” ou com notas abaixo da média exigida², de um aluno protagonista ou vítima de um caso de violência no ambiente escolar ou doméstico. E tão pouco existiam nas escolas procedimentos estabelecidos

¹ Nomeada através do Diário Oficial do Estado publicado em 28/05/2013.

² Na época a média nos CPMs era 7,0 (do total de 10,0 pontos) para ingresso direto no ano seguinte, caso contrário o aluno faria a prova final e/ou processo de recuperação.

para a promoção de mediação de conflitos. Nesses casos acionavam os policiais militares que desenvolviam suas atividades laborais no CPM.

Saindo do CPM em 2016, fui nomeada para o comando da 12ª Companhia Independente de Polícia Militar (12ª CIPM)³, unidade operacional da Polícia Militar da Bahia (PMBA) responsável pelo policiamento ostensivo dos bairros do Rio Vermelho e Ondina. Unidade berço do policiamento comunitário em Salvador, tínhamos o total apoio do Conselho Comunitário Social e de Segurança do Rio Vermelho e Ondina, que fazia a integração entre a comunidade e os órgãos de defesa social, buscando soluções comunitárias preventivas em Segurança Pública.

Em visitas as instituições de ensino dos bairros do Rio Vermelho e Ondina para conhecer a gestão escolar e suas demandas em segurança pública, identificamos também que aconteciam episódios de violência no ambiente escolar e no seu entorno. Era frequente a Central de Operações da 12ª CIPM ou através do 190, canais de comunicação e chamadas de emergência entre o cidadão e a Polícia Militar, receber ligações para atendimento de ocorrências policiais no ambiente escolar, na sua maioria de violência. E mais uma vez constatamos que os profissionais das escolas não sabiam como lidar com essas situações e não possuíam procedimentos padronizados para a promoção de mediação de conflitos, que muitas vezes são resolutivos e previnem o desencadeamento da violência na escola. Ou uma vez desencadeado o processo de violência seja resolvido antes que chegue a um nível de ocorrência policial até com vítima grave ou fatal.

A própria Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) enfatiza, em seu artigo 12 e inciso IX que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas (Brasil, 1996). Ressalta-se que esse artigo foi alterado pela Lei nº 13.663 de 2018, que incluiu a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2018), fortalecido pela Lei nº 13.185 de 2015 que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), em todo o território nacional.

³ Nomeada através do Diário Oficial do Estado publicado em 15/07/2016.

Já o § 9º do artigo 26 da LDB, alterado pela Lei nº 13.010, de 2014 (Brasil, 2014), estabelece que os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), observada a produção e distribuição de material didático adequado (Brasil, 1996).

Em março de 2020 assumi outro desafio ao ser nomeada Comandante da Operação Ronda Escolar da PMBA⁴, atualmente reestruturada para funcionar como Batalhão de Policiamento Escolar, responsável pelo policiamento comunitário escolar nos estabelecimentos de ensino até o Ensino Médio da rede pública e privada, reforçando o policiamento no entorno das escolas, ampliando as ações ostensivas já realizadas pelas Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPM) nos bairros. Além da presença ostensiva, a Ronda Escolar fazia visitas às instituições de ensino, mantinha contato com os gestores e professores das escolas e realizava palestras preventivas para os alunos, como forma de se aproximar da comunidade escolar, abordando temas contra a violência, antidrogas, autolesão, *bullying*, cidadania entre outros.

Ocorre que percebemos durante as visitas da Ronda Escolar nas escolas que os profissionais dessas instituições, especialmente os professores que mantêm um contato direto e em maior tempo com o discente, tem dificuldade em mediar conflito e não há uma ação imediata em fazer a sua resolução. Normalmente acionam a Polícia Militar para a intervenção. Quando o conflito é mediado a probabilidade de desencadear em fatos violentos é reduzido, fortalecendo a função socializadora da escola. E a presença policial nessa circunstância é normalmente vista pelo jovem como uma forma repressora do Estado, enfraquecendo a doutrina do policiamento comunitário.

Em maio de 2021, recebo nova missão sendo nomeada Diretora de Direitos Humanos da Superintendência de Prevenção à Violência⁵, órgão da estrutura da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP/BA), com a finalidade de apoiar, elaborar e executar ações de prevenção à violência e, também, em favor da valorização do servidor da segurança pública. Na Diretoria tenho a oportunidade de

⁴ Nomeada através do Diário Oficial do Estado publicado em 19/03/2020.

⁵ Nomeada através do Diário Oficial do Estado publicado em 18/05/2021.

participar de visitas técnicas institucionais e de escutas ativas dos diversos grupos vulnerabilizados, entre eles de crianças e adolescentes, confirmando a necessidade e importância da promoção da cultura da paz e através da prevenção de todo e qualquer tipo de violência, e o quanto é custoso para o Estado e principalmente para uma pessoa vítima de episódio de violência.

Almejamos nesse projeto, a partir das vivências e escutas no ambiente escolar, em especial no território da Península de Itapagipe, a proposição de construção coletiva de uma tecnologia de gestão social, uma proposta de protocolo para mediação de conflitos escolares, para a prevenção da violência, quando a própria comunidade escolar possa dispor de um procedimento padronizado técnico para fazer a mediação de conflito através do diálogo com os integrantes da escola, de forma pacífica, promovendo um ambiente mais harmônico, em um processo cooperativo.

O desenvolvimento deste trabalho tem um significado mais do que especial para mim, na verdade um compromisso também pessoal, uma vez que esta pesquisadora tem atuado profissionalmente no campo da temática de prevenção a violência, e conseqüentemente, vivenciado diversos tipos delas, inclusive episódios de violências no ambiente escolar, sendo o motivo mais relevante é que sou mãe de Júlia, uma adolescente linda que está em formação e sinto esta responsabilidade em discutir neste mestrado um assunto que pode atingir a todos. Desta forma, atrevo-me a escrever esta pesquisa na primeira pessoa do singular.

Desde 2013 tenho vivenciado na minha profissão mais estreitamente a temática da violência nas escolas e pouco se tem feito intramuros das instituições de ensino para a sua prevenção, e ao final será direcionado para os órgãos da segurança pública, especialmente para a Polícia Militar, a resolução das manifestações de episódios de violência dentro das escolas. E a presença da PM como equipamento repressor distancia a comunidade escolar dos órgãos de defesa social, quando na verdade a instituição policial tem investido na busca da aproximação com a sociedade, aplicando-se a filosofia de polícia comunitária.

O problema que envolve a pesquisa é a necessidade de implementar protocolo para mediação de conflito direcionado ao ambiente escolar para a promoção e a construção da paz social nas escolas.

Para responder ao problema foi definido como objetivo geral o desenvolvimento de uma tecnologia de gestão social através da proposição de um

protocolo para mediação de conflito no ambiente escolar para a promoção da cultura da paz social e a prevenção da violência nas instituições públicas de ensino.

E para isso, foram construídos os seguintes objetivos específicos: identificar os tipos de manifestações da violência praticadas e sofridas por discentes no interior do Colégio da Polícia Militar da Ribeira, analisar como a direção e os professores da escola, funcionários e alunos lidam com casos de violência ocorridos no âmbito escolar e propor o desenvolvimento de um protocolo (tecnologia de gestão social) para a mediação de conflitos nas escolas públicas.

Para tanto esta dissertação será estruturada nos seguintes capítulos:

No primeiro Capítulo foi realizada uma abordagem da cultura da paz contextualizando a construção de um ambiente não violento nas escolas, discutindo sobre a segurança pública, com recorte na Polícia Militar da Bahia e o Batalhão de Policiamento Escolar, uma breve abordagem sobre o policiamento comunitário, não deixando de tratar das nuances da violência, destacando-se os tipos de violência que acontecem na escola, apresentando o referencial teórico que embasa esta pesquisa.

No capítulo II discuto a mediação de conflitos como uma estratégia para a prevenção da violência escolar, onde serão apresentadas algumas definições como de justiça restaurativa e os círculos de paz, oportunidade que apresentarei o projeto piloto da justiça restaurativa no CPM Dendzeiros e os cinco minutos de valores humanos aplicados pelos estudantes daquele colégio. Aproveito para contextualizar a tecnologia de gestão social, numa proposição de protocolo para mediação de conflito escolar.

No capítulo III está apresentada a contextualização da Península de Itapagipe, território eleito para estudo neste mestrado, abordando o eixo da segurança pública e apresentação do Colégio da Polícia Militar da Ribeira, local eleito para esta pesquisa.

No capítulo IV faço um relato completo da minha experiência da residência social no Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas, oportunidade do compartilhamento recíproco de conhecimentos sobre a temática em estudo.

No capítulo V contém a metodologia desta pesquisa, apresentando seu desenho, os procedimentos da coleta de dados e, por fim, a análise dos resultados.

2 CULTURA DA PAZ: A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE NÃO VIOLENTO NAS ESCOLAS

Durante meus 33 anos servindo a Polícia Militar da Bahia, vivencio a busca incessante e diária pela proteção das pessoas, a manutenção da vida e a promoção da paz social. E o ambiente escolar merece um cuidado e zelo especial, não apenas pelas instituições da segurança pública, mas da sociedade de forma geral, possibilitando que as escolas sejam um ambiente formador de cidadãos comprometidos com a paz tão sonhada e reivindicada.

Neste capítulo faremos um pequeno passeio para compreensão da segurança pública, especialmente o surgimento e a evolução da Polícia Militar da Bahia, uma instituição quase bicentenária, e como se aplica a parceria estratégica entre a sociedade e as forças de segurança no combate à criminalidade através da polícia comunitária.

Abordaremos, ainda, as nuances da violência, principalmente as decorrentes no ambiente escolar.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA

A nossa Constituição Federal em seu artigo 144 dispõe que a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988). Então, todos somos responsáveis pela segurança, independente do ambiente em que estamos, e devemos contribuir com o Estado para que ela seja preservada e a vida protegida.

Na Bahia, a Polícia Militar, desde sua fundação em 1825, vem aprimorando sua organização interna para melhorar prestação de serviço à comunidade e maior proximidade, entendendo que quanto mais distante a sociedade está das forças policiais, mais próximos estarão do crime. É a manutenção da vivacidade da cidadania.

2.1.1 Polícia Militar da Bahia: de Corpo de Polícia a Batalhão de Policiamento Escolar

A Polícia Militar da Bahia foi criada no ano de 1825 pelo Imperador D. Pedro II, nominada de Corpo de Polícia, com os deveres de responder imediatamente pela conservação e estabilidade da Província, sendo ele considerado muito necessário para a tranquilidade e segurança pública da cidade da Bahia (Oliveira, 2016).

Segundo Oliveira (2016), o Corpo de Polícia atuou em vários movimentos pós o processo de independência do país, como motins de escravos, tumultos civis e militares antilusitanos e federalistas, mas pela dificuldade de conter esses movimentos, em 1831, o Presidente da Província mandou extingui-lo e em substituição, criou em 13 de Fevereiro de 1832 o Corpo Municipal de Permanentes que deveria manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça sendo estruturado também de forma militarizada (Borges *et al.*, 1975 *apud* Oliveira, 2016). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, define que a Polícia Militar é a força pública Estatal responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública (Brasil, 1988).

Passando de Corpo de Polícia a outras denominações dispensáveis para essa discussão, uma vez que nos interessa da PMBA é sua modernização e reestruturação, segundo Oliveira (2016), entre os anos de 1998 e 2000 a PMBA teve os seus primeiros registros de ações sistematizadas de policiamento escolar, com um projeto piloto realizado no 7º Batalhão, que deu origem a Operação Ronda Escolar em 2003, que consistia na destinação de viaturas específicas para o atendimento de chamados emergenciais nas escolas. Posteriormente, em 2007, foi implantado o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, que realizava intervenções nas escolas de outra forma, através de aulas ministradas pelos policiais para os estudantes nas escolas sobre os malefícios das drogas e ensinando estratégias de resistência (Oliveira, 2016).

De Corpo de Polícia a PMBA, hoje com quase 200 anos de existência no estado da Bahia, persevera na sua missão constitucional de manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo, promovendo a excelência na prestação de serviços de segurança pública à sociedade.

No ano de 2002 um incidente com atirador ativo em um estabelecimento de ensino da rede particular de Salvador, Bahia, gerou repercussão Nacional quando um aluno de dezesseis anos adentrou na escola com uma arma de fogo e disparou contra

duas alunas, ambas com 15 anos de idade, levando-as a óbito. Após este fato e da crescente solicitação por policiamento nas escolas, a Polícia Militar da Bahia criou formalmente a Operação Ronda Escolar, através da Diretriz Operacional Coordenação de Operações Policiais Militares nº 001/2003, desenvolvendo ações ostensivas e preventivas, nas unidades de ensino. O policiamento era realizado pelas unidades operacionais, que executavam o policiamento ostensivo geral, e destinavam uma viatura para executar a missão do policiamento escolar (Polícia Militar do Estado da Bahia, 2003). Entretanto, as viaturas eram com frequência destinadas ao atendimento de outras ocorrências, não tornando o policiamento escolar efetivo, assim em 2005 a Operação Ronda Escolar passou a integrar o Comando de Policiamento Especializado, passando a ter um comando e um direcionamento único e uma sede própria, operando com efetivo em regime de hora extra. No ano de 2009 a Ronda Escolar passou a incorporar o Programa de Melhoria de Segurança nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino no município de Salvador, através do Decreto Estadual 11.216/2009 de 18/09/08, e, em municípios do interior do Estado com mais de 100.000 habitantes, resultando no Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2009 entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, tendo a PMBA como Interviente. Após o encerramento do convênio a Operação Ronda Escolar passou a ser mantida exclusivamente pela PMBA.

Com a advento da pandemia pelo COVID-19, em março de 2020 as escolas foram fechadas, assim como os demais estabelecimentos comerciais, ficando alunos e comunidade escolar confinados em suas residências, acompanhando as aulas de forma virtual, ressaltando que alguns alunos das escolas públicas de ensino ficaram prejudicados em não acompanhar as aulas de ensino à distância pela ausência de equipamentos eletrônicos para assistirem as aulas, devido sua vulnerabilidade socioeconômica.

No ano de 2021, com a retomada gradativa das aulas presenciais após o relaxamento das medidas sanitárias de prevenção ao COVID-19, o clima no ambiente escolar passou a ter uma maior instabilidade, culminando com a disseminação de *fake news* de massacres nas escolas e casos pontuais de atentados em todo o território Nacional, no ano de 2023, ano em que a PMBA passou por uma reformulação administrativa do organograma funcional, sendo algumas unidades operacionais desdobradas em organizações policiais maiores, como foi o caso da Operação Ronda Escolar que foi elevada a nível de Batalhão de Policiamento Escolar, através da Lei

nº 24.871/2023, subordinado ao Comando de Policiamento de Apoio Operacional, objetivando robustecer e ampliar o aparato de atendimento das demandas de segurança pública nas unidades de ensino.

2.1.2 Entendendo o policiamento comunitário

A aplicação do policiamento comunitário, através de uma filosofia de integração de esforços da polícia e sua comunidade local, identificando seus problemas, não apenas os que envolvem crimes, pode minimizar a incidência dos conflitos dentro das escolas, envolvendo a instituição nesse processo de produção e enfrentamento da violência citado anteriormente por Abramovay.

Segundo Chagas (2010), a trajetória histórica da polícia comunitária pode ser localizada desde a antiguidade na China e no Japão. Na época contemporânea, seu modelo foi adotado pelos Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Austrália e Argentina.

O policiamento comunitário é definido por Trojanowicz e Bucqueroux (1999) como sendo:

[...] uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (Trojanowicz; Bucqueroux, 1999, p. 4).

O policiamento comunitário não é uma técnica ou uma especialização, mas sim o desenvolvimento de um trabalho para um objetivo comum que visa, principalmente, buscar a participação e o envolvimento da comunidade, bem como estreitar o relacionamento entre os executores do policiamento ostensivo com as comunidades a que estão servindo, mediante a troca de ideias e informações com a finalidade de resolver os problemas de segurança pública em conjunto (Peres, 2001).

Os primeiros registros de implementação do policiamento comunitário no Brasil foram baseados na literatura internacional, envolvendo, principalmente, as experiências dos Estados Unidos da América e do Canadá. Tais registros influenciaram a elaboração de um projeto de PM, no Brasil, na década de 1990, que consistiu na tentativa substancial de implantação da polícia comunitária em

Copacabana, no Rio de Janeiro, no período de 1994/1995, objetivando introduzir mudanças na forma de agir e pensar dos policiais militares (Monteiro, 2005).

O policiamento comunitário na Bahia foi iniciado a partir do projeto “Polícia Cidadã”, em 1996, inicialmente denominado Projeto para Implantação de Qualidade em Serviços de Segurança, concebido para orientar as pretendidas mudanças organizacionais, nos aspectos administrativos e operacionais, no sentido de se aproximar do cidadão visando o atendimento satisfatório das suas necessidades de segurança pública, bem como fazê-lo participar do processo de planejamento, decisão, ação e avaliação policial. Buscava-se, através dele, comprometer o cidadão com as questões de segurança, favorecer as interações entre o policial e o cidadão, melhorar a imagem da instituição e incrementar a sensação de segurança (Fadul; Santos Filho, 2007).

Para Oliveira (2016), a filosofia de policiamento comunitário exige de cada policial envolvido, um senso de responsabilidade para com a comunidade, que ultrapassa a ideia de perseguir e prender criminosos, pois, além disso, deve ocupar-se em estabelecer estratégias dialógicas e democráticas de prevenção, tendo como foco os eventos não emergenciais, mas que causam sensação de insegurança e atingem a qualidade de vida da população.

Escreve Oliveira (2016), que de acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) o Policiamento Comunitário Escolar se constituiu como um processo de policiamento que trabalha em parceria preventiva com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver os problemas existentes. Pela sua definição, é possível dizer que o Policiamento Comunitário Escolar é um tipo de variação do policiamento de aproximação aplicado à realidade e especificidade da comunidade escolar.

Nesse sentido Paz (2012) *apud* Oliveira (2016) traz uma importante observação:

Se, de um lado, no policiamento comunitário a polícia tem suas competências e estruturas redefinidas, para que possa interagir com outras organizações no processo de identificação, análise e solução dos problemas da área, por outro, é certo que uma ação integrada de controle das violências nas escolas pressupõe o constante exercício de modéstia coletiva, para que nenhum dos sujeitos envolvidos se julgue detentor do saber absoluto e do poder decisório. **As instituições devem estar abertas para aprender com as experiências alheias, dividir competências e principalmente diversificar e coordenar intervenções** (Paz, 2012 *apud* Oliveira, 2016, grifo nosso).

Finaliza Oliveira (2016) que nesse ponto cabe destacar quem são as instituições que devem fazer parte desse processo, quando falamos em policiamento comunitário escolar, adotando a autora o posicionamento recomendado pela SENASP a esse respeito, que considera como membros da comunidade escolar os professores, servidores, alunos, pais de alunos, comunidade do perímetro escolar, Policial Militar, Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, prefeituras e administrações regionais. De forma que representantes de todas essas instituições podem e devem ser convidadas a construir e executar o plano de segurança da escola.

Diante do que foi apresentado, não há dúvidas que promover segurança no ambiente escolar é uma responsabilidade não apenas dos órgãos da segurança pública e gestão escolar, mas ampliada a todos os equipamentos públicos relacionados a temática da educação, e, também, da sociedade.

2.2 NUANCES DA VIOLÊNCIA

Tratar da temática da violência é, muitas vezes doloroso, mas extremamente necessário, especialmente no recorte do ambiente escolar. Imperativo conhecer um pouco mais sobre sua definição, seus fatores, suas consequências e o que estudiosos escreveram a respeito. Tais informações servem de embasamento para desenvolvimento de ações para seu enfrentamento e prevenção.

No ano de 2002 foi divulgado o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Krug *et al.*, 2002), com a colaboração de diversos especialistas do mundo. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a definição de violência seria o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002).

Seguindo Arendt (2009), a violência tem caráter instrumental e a dominação e a obediência são construídas pela coerção, dessa forma, o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido. Arrisco-me a complementar os pensamentos arendtianos em afirmar que quanto mais uma comunidade se distancia das forças de segurança pública, especialmente a Polícia Militar, mais fadada está a

se aproxima do crime. Para Arendt (2009), “a diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional é sempre um fator que pode levar à violência”.

Nos ensinam Krug *et al.* (2002), que os principais fatores sociais que contribuem para a violência (quarto nível do modelo ecológico), incluem, principalmente:

- Normas culturais que apoiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos;
- Normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança;
- Normas que reafirmam o domínio masculino sobre mulheres e crianças;
- Normas que validam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos;
- Normas que apoiam os conflitos políticos;
- Políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade (Krug *et al.*, 2002, p. 35).

Arendt (1999), ainda, contextualiza que a violência é muda, silencia a troca de opiniões e é usada como meios para obter determinados fins. O uso da violência é intrinsecamente imprevisível e perigoso, porque jamais garante o resultado adequado. Continua nossa autora contemporânea que “a prática da violência, como toda a ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (Arendt, 2011). Poderia continuar descrevendo os ensinamentos de Hannah Arendt, especialmente sobre suas críticas aqueles que defendem a violência como arma revolucionária, uma vez que ela defende que a violência destrói qualquer poder, deixando o mundo ainda mais violento.

2.3 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CRESCENTE NOS AMBIENTES ESCOLARES

Segundo Krug *et al.* (2002), a violência praticada por pessoas jovens é uma das formas mais visíveis de violência na sociedade, sendo relatados diariamente em todo o mundo por jornais e meios de comunicação da violência das gangues nas escolas ou praticada por jovens nas ruas e em quase todos os lugares, as principais vítimas e perpetradores desse tipo de violência são os próprios adolescentes e jovens adultos.

Durante meu comando na 12ª CIPM e da própria Ronda Escolar era comum atender ocorrências envolvendo as juventudes, especialmente em idade escolar, e ouvir de diretores e professores que os discentes envolvidos no episódio de violência enfrentavam algum tipo de conflito familiar, potencializando suas ações violentas dentro dos muros escolares, causando danos em seus relacionamentos sociais.

Segundo Krug *et al.* (2002), a violência juvenil prejudica profundamente não apenas suas vítimas, mas também os familiares, os amigos e as comunidades e seus efeitos não são observados apenas na morte, doença e invalidez, mas também em termos de qualidade de vida.

A reflexão sobre os episódios violentos que assombram os bancos escolares tem me atormentado nos últimos anos. Na verdade, esses episódios não possuem nascedouros dentro das escolas. Eles são carregados das relações sociais, culturais e familiares decadentes e adoecidas e que, muitas vezes, são evidenciadas e eclodidas em salas de aulas, na fila da merenda, nos pátios e no entorno das instituições de ensino.

Para Debarbieux (2001), definir a violência na escola é, antes, mostrar como ela é socialmente construída em sua própria designação, como seu campo semântico se amplia a ponto de se tornar uma representação social central, complementando Abramovay (2021) que a violência na escola é um fenômeno com muitas facetas que assume determinados contornos em consequência de práticas que acontecem nas escolas.

Ao se tratar do tema de combate à violência, qualquer que seja ela, faz-se necessário empregar técnicas para que não tome um significado de mais geração de violência, pensando-se em atos como de “combater no sentido de guerrear”. Muito pelo contrário, é a busca da paz social naquele ambiente através do enfoque preventivo.

Segundo Krug *et al.* (2002), o problema da violência juvenil, não pode ser considerado isoladamente dos outros comportamentos problema. Jovens violentos tendem a cometer uma série de crimes. Continuam os autores que, normalmente, também apresentam outros problemas, tais como vadiagem e abandono da escola, abuso de substâncias [tóxicas], mentira compulsiva, direção imprudente e elevados índices de doenças sexualmente transmissíveis.

Para Charlot (2002), a questão da violência na escola não deve ser enunciada somente em relação aos alunos: o que está em jogo é também a capacidade de a escola e seus agentes suportarem e gerar em situações conflituosas sem esmagar os alunos sobre o peso da violência institucional e simbólica. E neste ponto, ressalto as colocações do autor, quando a própria escola desencadeia ou até mesmo potencializa atos de violência contra seus alunos, sendo reforçado por Abramovay (2021) quando defende que a escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas

produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que se refletem no dia a dia. Assim, continua a autora, recusa-se a tese de que a instituição não reflete somente um estado de violência generalizado que teria origem fora dela. Se fosse dessa maneira se retira do sistema de ensino sua responsabilidade sobre o processo de produção e enfrentamento da violência (Abramovay, 2021).

Atesta Oliveira (2016) que a escola sempre esteve ligada a manifestações de atos violentos, quer seja pela sua estrutura e funcionamento, quer seja pelas ações praticadas em seu entorno. Em se tratando de entorno – comunidade que margeia a escola - os atos violentos praticados nesse ambiente, normalmente de origem criminosa, podem influenciar na rotina da instituição escolar. Não raras são as comunidades escolares, situadas em territórios vulnerabilizados, que já tiveram suas aulas interrompidas por conta de ações violentas cometidas por membros do tráfico de drogas (Oliveira, 2016).

Para estabelecer o perímetro escolar de segurança como espaço de prioridade especial do poder público municipal, a prefeitura de Salvador publicou a Lei nº 9.711/2023, assim o definido:

Art. 1º O Perímetro Escolar de Segurança é aquele de prioridade especial do Poder Público Municipal de Salvador, que objetiva garantir, através de ações sistemáticas, a realização dos objetivos das instituições educacionais, cuja finalidade é proporcionar a tranquilidade de alunos, professores e pais.

Art. 2º O Perímetro de que trata a presente Lei será equivalente a círculos de raio correspondente a 300 (trezentos) metros, tendo como centro os portões de entrada e saída das escolas, e deverá ser sinalizado por placas a serem afixadas no entorno do referido raio (Salvador, 2023).

A referida lei municipal legitima o espaço físico que compreende a área escolar, algo que a PM faz há muito tempo, quando a atuação policial não se restringia a intramuros das instituições de ensino, compreendendo que o que acontece no seu perímetro reflete dentro daquela comunidade escolar. Assim, no planejamento para execução do policiamento comunitário escolar especializado se faz a previsão de abordagens policiais preventivas no entorno das escolas a pessoas, veículos, transporte coletivo, estabelecimentos comerciais, especialmente aqueles com venda de produtos direcionados aos estudantes, como lanches, doces e materiais escolares, evitando-se as diversas tipologias de violência contra crianças e adolescentes, especialmente os crimes de abuso sexual e tráfico de drogas.

2.3.1 Tipos de violência escolar

Segundo Charlot (2002), pode-se classificar os episódios de violência na escola em três tipos: a violência na escola, a violência contra a escola e a violência da escola. Define Charlot a violência na escola como aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada às atividades escolares, sendo a escola apenas o lugar de uma violência que poderia ter acontecido em outro lugar. Continua o autor que a violência contra a escola está relacionada com a natureza e as atividades da instituição escolar e toma a forma de agressões ao patrimônio e às autoridades da escola, praticada principalmente por alunos e consiste em atos contra a instituição e contra aqueles que a representam. Charlot arremata que a violência contra a escola está relacionada à violência da escola, ou seja, a violência institucional, simbólica, a qual se manifesta por meio do modo como a escola se organiza, funciona e trata os alunos.

Em seus relatos, Debarbieux (2001), aponta que o quadro de análise aos primeiros trabalhos que serão conduzidos sobre a violência escolar, a dos alunos na escola, bem como a da escola. Para o autor, a violência dos alunos, num primeiro momento, poderia ser considerada ou como uma resistência à opressão sofrida - legítima (na perspectiva "civilizadora" durkheimiana) ou não -, ou, ao contrário, como uma violência integrante, papel deixado ao irracional num sistema que toma a desordem para fazer a ordem.

Em 2015 foi sancionada a Lei 13.185, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional, e no Art. 1º, § 1º, considera intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015).

O *bullying* é considerado uma das violências mais cruéis que atinge crianças e adolescentes. Em seu Art. 2º se caracteriza a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;

- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias (Brasil, 2015, art. 2).

O Parágrafo Único amplia para o *cyberbullying*, quando há intimidação sistemática na rede mundial de computadores, usando os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (Brasil, 2015).

Em 2017 foi sancionada a Lei nº 13.431, que estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). No seu Art. 2º preconiza que a criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social. Importante destaque para o Art. 3º que implica que na aplicação desta Lei serão considerados, além dos fins sociais, especialmente as condições peculiares da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, às quais o Estado, a família e a sociedade devem assegurar a fruição dos direitos fundamentais com absoluta prioridade (Brasil, 2017), não deixando brecha legal de quem tem a responsabilidade de cuidar, zelar e proteger nossa juventude.

Em 2022, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) produziu material informativo que aborda as formas como violência e educação se interseccionam, intitulado Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes. Os autores relacionam os tipos de violência⁶, que são alicerçados em legislações correlatas como a Lei Maria da Penha: violência física, violência psicológica, negligência ou abandono, violência sexual, tráfico, trabalho infantil, abuso financeiro e econômico, violência institucional e violência autoprovocada.

Abramovay (2021) assinala que há outros tipos de violências, especialmente aos referentes à raça, à homofobia, as discriminações relacionadas às desigualdades econômica e segundo a autora, o preconceito se relaciona com a crença preconcebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas,

⁶ Aplicando a conceituação da Lei nº 13.431/2017, explicitadas mais abaixo no texto.

acreditando-se em subalternidades naturais de determinados indivíduos por sua raça/cor, maneira de falar, de se vestir etc. e agindo de maneira diferente por se acreditar na inferioridade de alguns e superioridade de outros.

Em seu Art. 4º, a Lei nº 13.431/2017, descreve as formas de violência, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas:

I - **violência física**, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - **violência psicológica**:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - **violência institucional**, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

V - **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional (BRASIL, 2017, art. 4, grifo nosso).

Aponta Abramovay (2021), que não podemos deixar de anotar a discriminação religiosa. A escola é o espaço onde se encontram crianças, adolescentes e jovens de diferentes níveis e grupos sociais. Assim, indivíduos com

diferentes crenças e identidades, inclusive religiosas, convivem e se relacionam cotidianamente. A discriminação contra adeptos de religiões protestantes, pentecostais e neopentecostais é bastante recorrente, assim como discriminação contra religiões afro-brasileiras (Abramovay, 2021).

E quais são os impactos dessas diversas violências, inicialmente nas nossas crianças e adolescentes, mais futuramente na juventude que poderá se estender a vida adulta? A aplicação de punição corporal contra crianças e adolescentes foi proibida no Brasil através de legislações próprias. Sugere-se que essa proibição da punição física poderia mudar atitudes e condutas sociais em relação a essas práticas de violência, estendendo à violência familiar e doméstica. Precisamos incluir, ainda, outras formas de violência juvenil como abuso infantil, estupro de vulnerável ou atentado ao pudor, cometido por estranhos e até familiares.

Para Krug *et al.* (2002), o impacto sobre as crianças que testemunham violência marital, por exemplo, estão sob risco maior de diversos problemas emocionais e de comportamento, inclusive ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, desobediência, pesadelos e reclamações de saúde física.

Consta no Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência, da Organização Mundial da Saúde (2014), que muitas vezes as consequências da violência atormentam a vida das pessoas por décadas, levando ao consumo inadequado de bebidas alcoólicas e de drogas, à depressão, ao suicídio, à evasão escolar, ao desemprego e a recorrentes dificuldades de relacionamento.

3 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

O rompimento do antigo modelo estrutural policial que centralizava suas ações agora trabalha em parceria com a comunidade, permitindo uma convivência entre policiais e cidadãos, desenvolvendo uma segurança pública realmente participativa. E no ambiente escolar não poderia ser diferente. A aplicação do policiamento comunitário escolar tem mantido essa parceria com as instituições de ensino, especialmente com os alunos que consideram o policial como um parceiro durante as visitas e palestras, desmistificando que a ação policial é sempre repressiva, coadunando com o pensamento de Balestreri (1998) ao afirmar que o policial é um pedagogo da cidadania, um pleno e legítimo educador.

Neste contexto, faz-se importante a intervenção dos professores na mediação de conflitos, uma vez que uma intervenção policial dentro das escolas é vista de forma, muitas vezes violenta, interferindo nessa boa relação. E caso o professor tenha um procedimento padronizado e técnico para fazer a mediação de conflitos existentes na escola haverá grandes possibilidades de prevenção da violência no ambiente escolar.

A Lei nº 9.522/2020 instituiu o “Programa Mediação Escolar” na rede pública de educação do Município de Salvador, com finalidade de, conforme artigo 1º, implementar a cultura de paz no interior das unidades escolares do município, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação pública soteropolitana. No artigo 2º, institui que para a implementação do Programa serão envolvidos todos os servidores em exercício na escola, os quais deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas. O Art. 3º dispõe que o Poder Executivo promoverá ações formativas, destinadas aos agentes promotores das unidades escolares, assistidos em suas práticas e orientações de soluções pacíficas, visando à aprendizagem emocional dos envolvidos (Salvador, 2020).

3.1 DEFINIÇÕES

Para o sociólogo Eric Debarbieux os professores não são preparados para intervir e a maneira como se gerem os conflitos é muito importante, havendo necessidade de formar os professores também para trabalhar em equipe, caso

contrário a porta da escola está aberta para entrar a cultura de violência, uma vez que não se pode mudar a família ou a sociedade, mas se pode mudar a maneira como se trabalha na escola (Wong, 2008).

Para Arendt (1992), a relação entre professores e alunos deve ser pautada pela ética e pela autoridade, portanto a qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca dele, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por esse mundo.

Para Galvão (2004, p. 15) o conflito é:

[...] necessário à vida, inerente e constitutivo tanto da vida psíquica como da dinâmica social. Sua ausência indica apatia, total submissão e, no limite, remete à morte. Sua não explicitação pode levar à violência. Mesmo que se possa confundir com ela, conflito não é sinônimo de violência. Violentos podem ser os meios de resolução ou os atos que tentam expressar um conflito que não pode ser formulado, explicitado. A proposta de mediação escolar tem como objetivo aprender a gerenciar e resolver conflitos assim como na capacidade de tomar decisões, comunicar-se de forma positiva e eficaz, gerar empatia, estabelecer e manter relações interpessoais, utilizar as emoções de forma adequada, utilizar o pensamento crítico e criativo na resolução das querelas. A proposta de instituir, na escola, a resolução pacífica dos conflitos significa preparar a comunidade escolar para aplicar uma proposta de paz: oferecer ferramentas que os auxiliem na busca por uma solução particular para cada caso, sempre respeitando a autoria dos envolvidos e não, somente, ideias prontas para sanar esse ou aquele problema.

Nas situações em que os conflitos não puderam ser resolvidos entre os protagonistas, podendo ser entre alunos, alunos e professores ou funcionários, é necessário que a escola adote ação para implantação de estratégia que permita resolver conflitos de forma pacífica, através do diálogo entre as partes, com os atores internos da própria escola, ação esta conduzida por uma terceira pessoa, o mediador, com uma postura imparcial.

Defende Debarbieux que o sentimento de pertencimento à escola é uma das chaves, pois se um professor ou um aluno está isolado, corre maior risco de ser vítima de violência. Por isso, é preciso apostar na boa convivência escolar. É uma necessidade criminológica para nos proteger da violência escolar, porque os agressores não são corajosos, são jovens que atacam e roubam os da mesma classe social (Wong, 2008).

Para Amaral e Ramos (2018) a escola é um ambiente de constantes conflitos, devido às dificuldades de relacionamento com o jovem atual. Sposito (2003 *apud* Amaral; Ramos, 2018) reforça que a desarmonia entre o ambiente escolar e o universo juvenil gera perdas para todos os membros da comunidade escolar, pois não

proporciona espaços motivadores de aprendizado e vivências, causando desinteresse, indisciplina e apatia entre os jovens, abrindo caminho para as situações conflituosas.

Por outro lado, as juventudes são dotadas de uma positividade que pode cooperar efetivamente na resolução de tais conflitos no ambiente escolar em vez de somente sofrê-los ou rejeitá-los (Matos, 2003; 2006; 2007 *apud* Amaral; Ramos, 2018).

Aproveitando dessa positividade dos nossos jovens, com mentes voltadas para aceitação de mudanças, surge a oportunidade de uma proposta de protocolo de mediação de conflito dentro do ambiente escolar, tecnologia social que vai promover um aprendizado de cunho social ao auxiliar na formação de um modelo novo de relacionamento entre os alunos.

Diante das divergências existentes na escola, decorrente da falta de harmonia entre os estudantes, nasce a necessidade de intervenções como a mediação para proporcionar a redução da violência e promover a cultura de paz.

A mediação se configura como um processo voluntário e confidencial em que aparece a figura de uma terceira pessoa, com características de imparcialidade e sociabilidade, que procura, por meio do diálogo, ajudar as pessoas envolvidas no conflito a alcançarem uma solução reciprocamente aceitável diante do problema apresentado. No entanto, o conflito compreende uma resistência de interesses, podendo ser irremediável, mas, por meio da prática de intervenção, tal conflito pode ser totalmente solucionado, antecipado ou diminuído.

Segundo Vezzulla, a mediação:

[...] é a técnica privada de solução de conflitos que vem demonstrando, no mundo, sua grande eficiência nos conflitos interpessoais, pois com ela, são as próprias partes que acham as soluções. O mediador somente as ajuda a procurá-las, introduzindo, com suas técnicas, os critérios e os raciocínios que lhes permitirão um entendimento melhor (Vezzulla, 1998, p. 15-16).

Durante o atendimento de ocorrências em escolas, onde os policiais militares são solicitados para mediar conflitos, constata-se as palavras de Vezzulla, sendo notório a possibilidade da resolução desse conflito entre a comunidade escolar, necessitando, portanto, do desenvolvimento da técnica de mediação.

De acordo com Moore:

A mediação é geralmente definida como a interferência em uma negociação ou em um conflito de uma terceira parte aceitável, tendo um poder de decisão limitado ou não autoritário, e que ajuda as partes envolvidas a chegarem

voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa. Além de lidar com questões fundamentais, a mediação pode também estabelecer ou fortalecer relacionamentos de confiança a respeito entre as partes ou encerrar relacionamentos de uma maneira que minimize os custos e danos psicológicos (Moore, 1998, p. 28).

Desse modo, é importante enfatizar que não é qualquer pessoa que pode atuar como mediador – este deve apresentar características específicas para que a mediação seja positiva. O mediador deve saber escutar, favorecer o diálogo, apresentar equilíbrio emocional para não tomar parte no conflito e orientar o processo em clima harmônico e respeitoso entre os envolvidos (Amaral; Ramos, 2018).

Apropriando-me das palavras dessas autoras, enfatizo a necessidade de instituir a resolução equilibrada dos conflitos oferecendo aos professores uma tecnologia social com procedimento padronizado para que possam administrar de forma pacífica a mediação de conflito no ambiente escolar e contribuir com a prevenção da violência e a promoção da paz na sua escola.

3.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS CÍRCULOS DE PAZ

Durante as pesquisas deste trabalho fui constando a existência de novas metodologias e estratégias para mediação e resolução de conflitos, especialmente após as ameaças de graves atentados a instituições de ensino e ataques concretizados, fazendo vítimas dentro das escolas, inclusive fatais, no início deste ano de 2023. Foram dias de intenso temor para alunos, professores, direção escolar, funcionários e, também, para pais e responsáveis de estudantes, incluindo a mim, que sentia uma dor e angústia no peito quando minha Júlia saía do calor do nosso lar e se deslocava para a sua escola, local que ela ama e respeita. Seu retorno ao final das aulas do dia me confortava e dava forças para labutar por essa paz e tranquilidade.

Conheci no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) um novo mecanismo de transformação através da Justiça Restaurativa, uma possibilidade de conciliação às vítimas, com a reparação de danos causados pelos conflitos. Uma forma participativa de promoção da paz, baseada na horizontalidade das relações. Não imaginei que diálogos conduzidos por profissionais habitados nos chamados Círculos de Paz transformariam vidas feridas em momentos de paz, através de práticas restaurativas.

Tive a oportunidade de participar do Curso de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa feito por servidores, incluindo juízas, do Tribunal de Justiça da

Bahia, habilitando-me a atuar em situações de conflitos, incluindo nas escolas, praticando o exercício frequente e regular do diálogo entre as pessoas, atendendo ao artigo 13 da Resolução CNJ nº 225/2016 que estabelece:

Art. 13. Somente serão admitidos, para o desenvolvimento dos trabalhos restaurativos ocorridos no âmbito do Poder Judiciário, facilitadores previamente capacitados, ou em formação, nos termos do Capítulo VI, desta Resolução.

Parágrafo único. Os facilitadores deverão submeter-se a curso de aperfeiçoamento permanente, realizado na forma do Capítulo VI, o qual tomará por base o que declinado pelos participantes das sessões restaurativas, ao final destas, em formulários próprios (Brasil, 2016, art. 13).

3.2.1 Compreendendo a Justiça Restaurativa

Os programas de justiça restaurativa têm como fundamento a crença de que as pessoas envolvidas ou afetadas pelo crime devem ter participação ativa na reparação do dano, amenizando o sofrimento que o crime causou e, sempre que possível, tomando providências para prevenir a recorrência do dano. Essa abordagem também é vista como um meio de promover a tolerância e a inclusão, descobrir a verdade, encorajar a expressão pacífica e a resolução de conflitos, construir o respeito pela diversidade e promover práticas comunitárias responsáveis (Nações Unidas, 2021).

O professor Zehr (2008), descreve a justiça restaurativa como sendo um paradigma, uma lente através da qual compreendemos um determinado fenômeno em questão, de uma forma determinada. O paradigma determina como compreendemos a realidade, qual a determinação do sentido comum sobre certo e errado.

Segundo Boonen (2011), a procura por alternativas nos campos culturais, ideológicos e políticos dos anos de 1960 abre as portas para a busca de mudanças comportamentais, com o surgimento do feminismo, os movimentos civis em favor dos negros e homossexuais, a abolição das clínicas fechadas de psiquiatria, o movimento pacifista e o de descolonização, entre outros. Estas demandas também chegam às portas da instituição judiciária, como o surgimento de movimentos alternativos em busca de justiça. A partir disso, vai nascendo nos Estados Unidos a Mediação de Conflitos, espalhando-se rapidamente, tanto no âmbito público quanto no privado, sendo que qualquer pessoa pode se beneficiar dela (Suares, 1999 *apud* Boonen, 2011).

No Manual sobre Programas de Justiça Restaurativa das Nações Unidas (2021), aponta que a justiça restaurativa não é uma abordagem nova e tem raízes históricas que, na maioria das sociedades, precedem o desenvolvimento dos sistemas modernos de justiça criminal e continua a ser praticada por meio de abordagens indígenas e consuetudinárias de justiça e resolução de conflitos.

No Brasil, a Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está delineada na Resolução CNJ nº 225, publicada em 2016, e tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada (Brasil, 2016).

O artigo 1º da Resolução CNJ nº 225/2016 define a Justiça Restaurativa nos seguintes termos:

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma:

I) é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos 3 representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos;

II) as práticas de Justiça Restaurativa serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

III) as práticas restaurativas terão como foco as necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade de reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo fato danoso e as implicações para o futuro (Brasil, 2016, art. 1).

O professor americano Howard Zehr é pioneiro nas pesquisas sobre justiça restaurativa e explica que sistemas convencionais como o judicial e o escolar costumam enfrentar atos danosos a partir das perguntas: Que regras foram quebradas? Quem fez isso? Como punir essa pessoa? Segundo Zehr (2015), justiça restaurativa se estrutura em cima das seguintes perguntas: Quem foi afetado nessa situação? Quais são suas demandas? Quem precisa integrar um processo para resolver a questão? (Zehr, 2015).

A justiça restaurativa pode ser aplicada a casos que variam de conflitos simples até crimes, promovida por meio de diferentes estratégias. Uma prática basilar é a realização dos chamados “círculos restaurativos”, que são rodas de “fala e escuta ativa”, dentro de uma escuta qualificada e reflexiva entre todos os envolvidos.

Diferente do que se pensa, atualmente as práticas restaurativas estão presentes além da aplicação no poder judiciário. Estão presentes nas escolas, por exemplo. Tive, também, a oportunidade de representar a Secretaria da Segurança Pública num grupo de trabalho conduzido pelo TJBA, incluindo o Ministério Público e as secretarias estadual e municipal da educação para a execução da recomendação do Conselho Nacional de Justiça sobre o projeto: 2023 ano pela justiça restaurativa na educação.

Como prova dessa afirmação, em junho de 2022, o CNJ inaugurou uma mobilização do Poder Judiciário, a fim de implementar a justiça restaurativa nas escolas todos país, publicando a Resolução nº 458, acrescentando o artigo 29-A à Resolução CNJ nº 225/2016, considerando que as escolas são espaços privilegiados de convivência, em que se desenvolvem e fortalecem o “ser” e o “conviver”, as relações, a cidadania e a ética, e, portanto, podem ser atores estratégicos para contenção da violência e prevenção de atos que violem os direitos das crianças e dos adolescentes (Brasil, 2022). O Art. 1º Acrescenta o artigo 29-A à Resolução CNJ no 225/2016, com o seguinte texto:

Art. 29-A. O Conselho Nacional de Justiça fomentará e apoiará a implementação de programas, projetos e ações de Justiça Restaurativa no contexto do ambiente escolar, em parceria com os tribunais, a comunidade e as redes de garantia de direitos locais [...] (Brasil, 2022, art. 29-A).

Em agosto de 2023, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação, na cidade de Palmas, Tocantins, quando foram abordadas as melhores estratégias e práticas para o desenvolvimento da Justiça Restaurativa nas instituições de ensino. Na Bahia, foi iniciado o projeto piloto de justiça restaurativa na escola no Colégio da Polícia Militar, unidade Dendezeiros, que detalharei em tópico neste capítulo.

3.2.2 Círculos de paz

As autoras Boyes-Watson e Pranis (2011), descrevem o círculo como um processo estruturado para organizar a comunicação em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente, incorporando e nutrindo uma filosofia de relacionamento e de interconectividade que pode nos guiar em todas as circunstâncias – dentro do círculo e fora dele.

Essa explanação das autoras é perfeita, especialmente quando se referem ao círculo como filosofia de interconectividade. Realmente foi a impressão que tive nos círculos em que participei como conduzida e, também, como facilitadora. De uma forma enigmática, explicada por alguns autores como o resgate da nossa ancestralidade, as pessoas que formam o círculo são imbuídas de uma cumplicidade, onde a consciência do sigilo do que for dito permite que as pessoas exponham a motivação/explicação de tudo que tem causado os conflitos e desenvolvam a empatia pelo grupo.

Como nos ensinam Boyes-Watson e Pranis (2011), o alicerce da estrutura do círculo é formado por dois componentes: primeiro, valores que nutrem bons relacionamentos e, segundo ensinamentos-chave que são comuns nas comunidades indígenas. Juntos, valores que apoiam relacionamentos e ensinamentos antigos criam uma base forte para diálogos muitas vezes desafiadores. Arrematam as autoras: “O círculo também pressupõe que, se o lugar for seguro, estes valores têm mais probabilidade de aflorarem” (Boyes-Watson; Pranis, 2011).

As escolas deverão definir qual o momento e a forma mais acertados para aplicação do círculo da paz, devendo acontecer de forma gradativa e regular para que seja uma ferramenta de comunicação, sensibilização e apoio na resolução dos conflitos e a construção da paz naquele ambiente.

3.2.3 A justiça restaurativa no CPM Dendezeiros

O Colégio da Polícia Militar da Bahia, Unidade do Dendezeiros, considerado o “CPM mãe” uma vez que foi a primeira unidade inaugurada em 1957, foi escolhido pelo TJBA a escola pública piloto para aplicação da justiça restaurativa na comunidade escolar.

No Manual sobre Programas de Justiça Restaurativa das Nações Unidas (2021), relata que, embora até o momento tenham sido realizadas poucas avaliações rigorosas de programas de justiça restaurativa, as suas conclusões indicam em geral que um processo restaurativo, em qualquer estágio do sistema de justiça criminal, tem maior potencial do que o processo de justiça padrão isoladamente considerado para resolver conflitos de forma eficaz, garantindo a responsabilização do ofensor e atendendo às necessidades das vítimas (Nações Unidas, 2021).

Tive a oportunidade de participar de uma apresentação onde alunos do CPM deram seus depoimentos de como esse mecanismo contribuiu para a melhora da convivência no ambiente escolar e a harmonia que estava sendo estabelecida com ações como os “Cinco Minutos de Valores Humanos”, uma ação aplicada pelos próprios alunos, em sua linguagem juvenil, para seus colegas, tratando de assuntos rotineiros, como a importância de palavras como obrigada e desculpas, muitas vezes negligenciadas até por nós adultos.

Existe um planejamento do Conselho Nacional de Justiça para aplicação na Bahia da Justiça Restaurativa na Educação, ampliando para escolas públicas das redes estaduais e municipais de ensino.

3.2.4 Projeto Cinco Minutos de Valores Humanos

Não se tem ainda escritos sobre esse projeto, uma vez que se iniciou em março de 2023 de forma pioneira no CPM Dendezeiros, por solicitação de integrantes do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do TJBA ao Comando da Polícia Militar da Bahia. O projeto Cinco Minutos de Valores Humanos no CPM Dendezeiros, eleito como o projeto piloto do programa institucional de justiça restaurativa juvenil (PROJURJ), onde estão sendo realizados círculos de construção de paz com os alunos e professores.

Segundo relatos dos diretores do CPM Dendezeiros, as atividades do Projeto Cinco Minutos de Valores Humanos consiste em aulas de cinco minutos, pré-estabelecidas em módulos, no início das aulas do turno vespertino, para alunos do Ensino Fundamental II, escolhidos pelos professores para serem piloto no projeto, tendo a participação de professores militares, professores civis e alunos do Clube de Cidadania. Posteriormente foram inseridas todas as turmas do Fundamental I (Colégio da Polícia Militar da Bahia, 2023).

Os professores foram capacitados com curso em Valores Humanos, preparando-os para auxiliar os alunos durante a realização das atividades, inclusive do Curso de Formação de Facilitadores em Processos Circulares - Círculos de Construção da Paz Não Conflitivos, que tem como objetivo capacitar os profissionais para atuarem como facilitadores em Círculos de Construção de Paz, ministrado pelo TJBA (Colégio da Polícia Militar da Bahia, 2023).

Segundo a gestão escolar do CPM Dendezeiros, pode-se destacar como resultados alcançados: a melhoria do comportamento dos alunos das turmas envolvidas no projeto, notadamente, no que tange a redução de conflitos, queixas de professores, ruídos excessivos e brincadeiras em sala de aula; melhoria da capacidade de expressão dos alunos que são instados a falar sobre os assuntos; com a elaboração de Redação sobre os temas, os alunos estão fixando melhor os conteúdos e desenvolvendo a competência escrita; foi realizada pesquisa de satisfação e 97 % dos alunos afirmaram que aprovam o projeto e que este contribuiu para melhorar o seu comportamento (Colégio da Polícia Militar da Bahia, 2023).

Tabela 1- Quantitativo de beneficiários. Salvador, Ba, 2023.

Nº BENEFICIÁRIOS	QUANTIDADE
Professores	15
Alunos do Ensino Médio	28
Alunos do Ensino Fundamental 1	327
Alunos do Ensino Fundamental 2	590
TOTAL	960

Fonte: Colégio da Polícia Militar da Bahia, 2023.

No fechamento desta dissertação foi lançado o livro “COM A PALAVRA O ADOLESCENTE: relatos de experiências – atos de resistência e sobrevivência durante a pandemia causada pela COVID-19”, uma importante produção coletiva de 187 estudantes da Educação Básica do CPM/Dendezeiros, que deixaram escritas históricas filosóficas sobre suas vivências do período pandêmico. Os alunos “filosofaram” de forma a cativar o leitor com suas aventuras, poemas, descobertas e saudades. Uma obra organizada pela professora do colégio Andréia Souza, com apoio da PMBA, Poder Judiciário do Estado da Bahia, Coordenadoria da Infância e da Juventude e da Justiça Restaurativa.

Para degustação deixo um dos textos escritos por um estudante de 16 anos, onde os autores são identificados apenas por sua idade:

Falta

A falta que sinto dos que se foram me faz querer mais a presença dos vivos. O espaço dos que se foram, hoje, é um buraco profundo no qual não afundo. O último olhar, a última benção, um tchau sem saber era um adeus. Dos que se foram restaram lembranças, dos que restaram ficaram as marcas de amores vividos e as marcas de uma batalha que ainda não terminou (Souza, 2022, p. 30).

E assim nossos jovens estudantes do CPM/Dendezeiros deixam seus registros na história da vida sobre esse difícil processo de pandemia que passamos, e eles, tiveram atropelados quase dois anos de sua infância e juventude.

3.3 TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL: PROTOCOLO PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITO ESCOLAR

3.3.1 Entendendo a Gestão Social

O conceito de gestão social está na agenda da academia brasileira, porém não é unânime sua compreensão, como também é desconhecido por grande parte da mesma academia, quiçá no contexto internacional (Tenório; Araújo, 2020). Separando-se os dois termos, podemos entender gestão como administrar ou gerir por um gestor responsável não apenas por recursos, mas especialmente fazer a gestão de pessoas. O social vai englobar o coletivo (uma comunidade), voltado para a sociedade. É a busca de um processo de construção e aprendizado num espaço de relações sociais vinculados, também, a instituições públicas, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida daquela comunidade.

Para Tenório e Araújo (2020), a gestão social pretende, desde seu *éthos* fundamentado no Iluminismo, identificar as contradições impostas pela gestão estratégica e contribuir para a emancipação do ser social, do seu autogoverno por meio de arranjos institucionais, de espaços públicos, que promovam o entendimento intersubjetivo dos seres sociais – espaços nos quais as liberdades individuais sejam subsumidas à liberdade social, uma vez que o “indivíduo não pode ser livre se nem todos forem livres, e nem todos podem ser livres se nem todos forem livres no que é comum” (Habermas, 2015 *apud* Tenório; Araújo, 2020, p. 124).

Pensar em gestão social nos remete a um diálogo envolvendo múltiplos atores: cidadãos, governantes, organizações civis, empresas, estudantes, comerciantes, e todos aqueles que possam contribuir com o coletivo.

Na gestão social, “a verdade só existe se todos os participantes da ação admitem sua validade, isto é, a verdade é a promessa de consenso racional, não é uma relação entre o indivíduo e sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da crítica intersubjetiva” (Giovanni; Nogueira, 2015 *apud* Tenório; Araújo, 2020, p. 412).

3.3.2 A importância do protocolo na mediação de conflitos escolares

A origem etimológica da palavra “protocolo” é oriunda do termo grego *protokollon* (Schäfer, 2015) e seu significado remetia a primeira folha dos livros da época, que tinha como objetivo primordial ofertar um resumo do que aquela obra literária tratava. Tal medida facilitava, à época, a localização de livros, como também evidenciar uma breve sinopse do conteúdo.

Aparentemente um protocolo pode transparecer ser modesto, mas ao se relacionar a uma atividade técnica, o seu emprego pode refletir o desenvolvimento de uma instituição, mas a concepção e execução procedimental está intimamente atrelada em critérios previamente estudados, executados e avaliados, ou seja, possui caráter científico.

Segundo Paz (2020), trata-se o protocolo de um elemento norteador para o exercício profissional, principalmente aquelas atividades laborais com maior propensão de riscos à saúde e integridade física, complementando Cotta (2009), que o protocolo segue etapas, deve apresentar coerência e ser construído de forma ordenada e sistêmica, reduzindo, deste modo, as possibilidades de incongruências na execução de determinada atividade, assim compreendido:

O protocolo funciona como *checklist*⁷, permitindo que o gestor e seu staff estruturam as intervenções iniciais na cena de ação. As ações são flexíveis e adotadas de acordo com o desenrolar do evento. O ato de determinar um servidor público para cada área de atuação faz com que esse profissional se dedique à realização de todas as minúcias com atenção e zelo. Ele tem a consciência de que os aspectos sob sua responsabilidade são decisivos para uma boa resolução do evento. Além disso, ele e seus colaboradores prestarão conta do seu desempenho após o encerramento da intervenção (Cotta, 2009, p. 56).

Analisando por este aspecto, o protocolo se torna mais relevante quando se trata de atividade para mediação de conflito em ambiente escolar, sendo essencial o

⁷ Tem como escopo realizar controle, a fim de que nada seja despercebido no processo de execução, o que poderia comprometer os resultados.

desenvolvimento de um conjunto de ações, previamente estabelecidas, para a promoção da paz social nas escolas. Desta forma, o protocolo tem o escopo de padronizar essas ações de forma objetiva.

Desta forma, podemos extrair algumas características intrínsecas ao protocolo, como a organização ordenada, desenvolvimento de procedimentos e construção de sequência lógica, conforme sugere Chiavenato (2003):

As regras e normas técnicas regulam a conduta do ocupante de cada cargo, cujas atividades são executadas de acordo com as rotinas e procedimentos. A disciplina no trabalho e o desempenho no cargo são assegurados por um conjunto de regras e normas que ajustam o funcionário às exigências do cargo e às exigências da organização: a máxima produtividade. Essa racionalização do trabalho encontrou sua forma mais extremada na Administração Científica, com o condicionamento e o treinamento racionais do desempenho no trabalho. (Chiavenato, 2003, p. 264).

Não obstante não haver uma definição exata sobre qual o melhor formato do protocolo, é possível defini-lo, também, como um conjunto de procedimentos, com vistas a realizar determinada missão. Para tanto, os procedimentos se trata de planos que seguem de forma sequencial e temporal, ou seja, em etapas, com o propósito de executar determinada tarefa (Chiavenato, 2003).

Um outro aspecto relevante à construção de um protocolo, é o fato que deve apresentar fácil compreensão, por parte de seus usuários, devendo, portanto, dispor de uma linguagem acessível, objetiva e clara. Também, é possível utilizar ilustrações, para otimizar o entendimento, como fluxogramas, gravuras, tabelas, dentre outros elementos gráficos (Bellaguarda; Rebello, 2015, p. 06).

A proposta nesta pesquisa é a elaboração de uma minuta de protocolo associado a justiça restaurativa na escola, o que tem demonstrado apresentar resultados mais efetivos, como a experiência descrita acima com os estudantes do CPM/Dendezeiros, promovendo a construção de um ambiente pacífico e harmonioso e propício ao verdadeiro aprendizado, inclusive proporcionando aos professores e funcionários uma escola mais segura.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

4.1 BREVE HISTÓRICO

Descrever a Península Itapagipana é fazer referência ao atraente pôr do sol das belíssimas e calmas praias, do charme dos seus pontos turísticos que vão do religioso com a basílica de Nosso Senhor do Bonfim, erguida em meados de 1700, que recebe devotos do mundo todo, ao gastronômico, com a famosa e tradicional Sorveteria da Ribeira e restaurantes com as irresistíveis iguarias baianas e nordestinas. Não poderia deixar de citar alguns dos pontos turísticos desse pedaço de terra encravado na Cidade Baixa, locais que gostava de frequentar no período em que exerci minhas atividades laborais no CPM da Ribeira, como a Ponta de Humaitá, a Colina Sagrada, o sítio histórico de Monte Serrat, e o bairro de Alagados, que na década de 40 foi se formando pela ocupação irregular de pessoas em situação de vulnerabilidade social com dificuldade habitacional, numa área pertencente à Marinha do Brasil, através da construção de casas sobre palafitas fincadas no mar. Eu poderia escrever várias laudas dessa região que possui belezas naturais e um grande patrimônio cultural, que me traz memórias afetivas de um tempo de felicidade e novas descobertas profissionais e pessoais.

Para uma compreensão de como o território de Itapagipe está organizado, bem como a importância do papel das estruturas representativas no que tange a requalificação do Território, é necessário retornar ao passado, identificar os princípios fundantes dele, que contribuíram diretamente para os estágios de crescimento e desenvolvimento em que a Península se encontra na atualidade. Para melhor ilustrar, a partir de leitura de alguns autores, elaborei um breve relato histórico, tendo como recorte a constituição do Território, objeto de estudo deste mestrado.

Uma resenha histórica de 1915 descrevia a Península de Itapagipe como um lugar pitoresco, localizado no extremo da cidade de Salvador e que, visto da localidade de Plataforma se assemelhava a um grande polvo, cujos tentáculos pareciam disputar entre si, o maior alcance sobre o mar (Carvalho, 1915 *apud* Souza; Souza; Spinola, 2019).

Em 2011, Flexor e Schweizer organizaram e publicaram o estudo “Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural”, e relataram que se constitui numa das áreas mais antigas de Salvador, ocupando diferentes papéis na história da cidade, sendo inicialmente como área de defesa da Baía de Todos os Santos, tornando-se

um ponto de veraneio para as famílias mais abastadas, e mais tarde considerada o polo industrial de Salvador, finalizando a década de 1970 sem perfil econômico definido, ambientalmente devastada e com um dos maiores bolsões de pobreza da cidade: a favela palafita de Alagados.

Nos idos anos de 1948, a Prefeitura de Salvador dividiu a zona urbana em 12 setores, a partir do Decreto Lei nº 701, de 24 de março de 1948 (Flexor; Schweizer, 2011). Continuam os autores que, desta forma, como resultado da referida divisão na prática, ocorreu que foi instalada a zona industrial naquele Território, à época correspondendo aos subdistritos de Mares, Penha e São Caetano. Com o desenvolvimento da indústria, o número de pessoas e de casas no território, vindas de diferentes partes da Bahia e do Nordeste, inclusive de forma clandestina, aumentou consideravelmente. Em decorrência de uma ocupação não planejada, o crescimento ocorreu de forma desordenada, e como consequência, o braço de mar ali existente foi ocupado e deu origem às primeiras casas construídas sobre estacas, popularmente conhecida como palafitas, originando-se ao que anos depois viria a se transformar o Bairro dos Alagados.

A população de baixa renda também se viu atraída pela Península de Itapagipe, pois descobriu que a “Maré”, além de fornecer alimento abundante e gratuito para o sustento de suas famílias, também proporcionava condições para a construção de suas moradias, as quais utilizando-se de uma arquitetura mísera, porém criativa, arrojada e destemida davam lugar ao mundo dos Alagados, onde as palafitas erigidas sobre águas salgadas e lama, se conectavam entre si através de pontes de madeiras toscas (Ferreira, 2005 *apud* Souza; Souza; Spinola, 2019). Tais invasões também são descritas pelo geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001), que em suas obras fazia a defesa de uma organização social que permitisse que a população da periferia pudesse ter uma maior autonomia e poder de decisão, mas não vou trazer suas considerações por ora nesta pesquisa. Apenas devaneios e reflexões sobre outras questões relacionadas ao significado dos territórios e suas desigualdades.

Pontuam Flexor e Schweizer (2011) que com a ocorrência de sucessivas crises, iniciadas a partir da primeira metade da década de 1970, em decorrência da sucessão de ciclos econômicos e de políticas governamentais, a indústria pesada foi a primeira a sentir os impactos (siderúrgica, a mecânica, a de carvão e o setor têxtil) e, isso acarretou a desativação de diversas indústrias. Cabe ressaltar que com a

Península de Itapagipe não foi diferente, com o fenômeno que culminou na desativação de indústrias naquele Território, os moradores sentiram os impactos negativos evidenciado pelo recrudescimento da crise econômica instaurada, frustrando o sonho de melhoria da qualidade de vida de famílias inteiras.

Para Souza, Souza e Spinola (2019), a Península de Itapagipe abrigou no passado um conjunto diversificado de fábricas e manufaturas, e já foi considerada a principal área industrial da Bahia. Em que pese esse seu destaque pretérito, o que na atualidade nela se observa são apenas alguns resquícios desse patrimônio industrial que outrora lá foi erguido, uma vez que vem experimentando um intenso processo de dilapidação e esquecimento.

Ante ao contexto relatado acima, importa destacar que as consequências desse fenômeno, foram o surgimento dos vazios urbanos e o empobrecimento da população, o que se tornou um campo fértil para a atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) e movimentos sociais, além das ações de agentes socioeconômicos, como símbolo de resistência e de defesa, frente aos direitos que lhes foram usurpados. Esses diversos entes passaram atuar para conservar o patrimônio industrial, transformando em museus, centros culturais e/ou sociais (Dambro, 2004 *apud* Flexor; Schweizer, 2011).

Ainda no que concerne às consequências oriundas da desativação das indústrias, em Itapagipe predominou o abandono, a degradação e o descaso governamental, se destacando predominantemente, apenas as ações empreendidas pela comunidade, que se uniu para revitalizá-la e tornar um lugar mais agradável para se viver (Flexor; Schweizer, 2011), situação confirmada por Souza, Souza e Spinola (2019), que apontam que os vestígios materiais das indústrias ainda resistem ao tempo, algumas remodeladas para outros usos como áreas de armazenagem, empreendimentos comerciais, igrejas, escolas, outras demolidas para dar lugar a empreendimentos imobiliários, praças e estacionamento, engolfados pela expansão urbana e pelos novos padrões urbanísticos.

Flexor e Schweizer (2011), destacam que, na época da pesquisa, a Península de Itapagipe possuía uma população de mais de 175 mil habitantes, acumulando um elevado índice de analfabetismo e classificada como uma das áreas mais pobres da cidade. A península é constituída por quatorze bairros, assim caracterizados:

- a) eixo turístico – que concentra o patrimônio histórico e cultural, compreendendo os bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem e do Uruguai;

b) área mista – que compreende os bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma e Mares, que abrigam comércio e residências;

c) área dos Alagados – constituída pelos bairros da Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai, que reúnem a maior parcela da população de baixíssima renda. (Flexor; Schweizer, 2011, p. 16).

Cabe ainda destacar que Itapagipe é uma das áreas mais atraentes e aprazíveis da Cidade do Salvador, em virtude dos patrimônios histórico e arquitetônico, além das paisagens urbanas, conforme citado por Flexor e Schweizer (2011, p. 16):

Basílica do Bonfim, Forte e Igreja de Monte Serrat, Igreja da Boa Viagem, Convento da Penha, Igreja dos Mares, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Casa Amado Bahia, Clube de Regatas Itapagipe, Sorveteria da Ribeira, Hospital de Irmã Dulce, Hospital Couto Maia e Sagrada Família, Abrigo D. Pedro II, Colégio Militar, Estação da Leste Brasileiro, enseada da Ribeira etc. (patrimônios histórico e arquitetônico). Baía de Todos os Santos, Porto dos Tainheiros, praia da Ribeira, Alagados, Subúrbio Ferroviário etc. (paisagens urbanas).

A partir do ano de 1990, no território da Península de Itapagipe passou a existir demandas de entidades que representavam a população e, estas receberam apoio por meio de assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com destaque para a união de esforços da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), o Núcleo de Articulação Institucional (NAI) e a Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI), que representavam e ainda representam a população e diversas entidades de diferentes esferas (governamentais, fundações, grupos religiosos, grupos ligados ao meio ambiente, universidades, dentre outros atores sociais), para, a partir dessa rede, buscar a melhoria da condição de vida da população do local (Flexor; Schweizer, 2011).

Durante atividades das disciplinas do mestrado, fizemos diálogos informais com integrantes da CAMMPI, organização popular formada por mais de 40 entidades locais, composta por lideranças comunitárias, grupos artísticos, religiosos e culturais, associações de moradores, grupos produtivos e outras pessoas que defendem os interesses da Península. Apontaram diversos problemas atuais no território, como a ocupação irregular, alagamentos, insegurança e até poluição sonora, sem falar, também, da poluição visual, expressada pela existência de galpões antigos abandonados no local, situações essas facilmente verificadas em reclamações nas mídias sociais e visitas técnicas feitas nos bairros da Península.

Em 2000, a Rede CAMMPI e o NAI promoveram um processo de construção coletiva e criaram o Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável (PRDI), um modelo de gestão compartilhada no território da Península de Itapagipe, sendo sua última revisão no ano de 2008, contemplando a sociedade civil organizada, o governo e empresariado local, numa estratégia de ação para o desenvolvimento sustentável, que priorize ações de autocuidado e corresponsabilidade em busca de uma melhor qualidade de vida para a população local (CAMMPI; NAI, 2008).

Segundo Flexor e Schweizer (2011), concomitante à atuação de representantes de moradores e de órgãos públicos, já aglutinados pela CAMMPI e pelo NAI, se destaca também a integração desses grupos que passaram a aproveitar a estrutura física de indústrias que estavam sem utilização ou em situação de abandono. Na esteira das ações integrativas, surge como referência o caso do Shopping Bahia Outlet Center, que se materializa a partir da ocupação de um antigo galpão da fábrica de chocolates Chadler, no bairro do Uruguai. Para esses autores, esse é um exemplo contundente de que é possível repensar e destinar uma nova função para espaços, até então considerados antigos e que estavam em desuso. Além disso, o referido caso tem contribuído para a geração de trabalho e renda para pessoas que exerciam a profissão de costureiras, além dos impactos indiretos por meio de iniciativas diversas como os Arranjos Produtivo Locais (APL). Outra perspectiva que tem ganhado destaque na Península de Itapagipe é a potencialização da atividade turística religiosa por meio da criação do arranjo produtivo local APL - Território Santo, que ganhou força a partir da canonização de Santa Dulce dos Pobres, e requalificação do caminho da fé, sendo conhecido como Território Santo.

Segundo consta no PRDI, moradores da Península, em especial dos bairros de população com menor nível de renda, vem-se instalando um clima de tensão caracterizado de um lado por uma juventude ociosa, sem oportunidades de formação para o desenvolvimento pessoal e sem perspectivas futuras diferentes da realidade que vivenciam, sendo presas fáceis para a criminalidade e tráfico de drogas, e de outro uma ação policial unicamente repressiva, truculenta, corrupta, discriminatória e, por vezes, em desrespeito à lei, contribuindo para a disseminação em cadeia da violência (CAMMPI; NAI, 2008).

O relatório apontou que ação policial esporádica e repressiva não tem demonstrado qualquer eficácia e as iniciativas de organizações locais junto a crianças, adolescentes e jovens, com forte caráter preventivo, não têm sido suficientes para

reverter este quadro, carecendo de uma presença ampla, integrada e continuada do Estado, para gerar novas oportunidades para a juventude e para as famílias, sem criar a dependência que elimina a iniciativa pessoal e comunitária. Por outro lado, os conselhos comunitários de segurança, em número de três, não conseguem cumprir a sua missão de promover a aproximação entre a polícia e a comunidade (CAMMPI; NAI, 2008).

Ainda com respeito à degradação do meio ambiente na região Itapagipana, um fato preocupante é a prática da pesca com bomba, o que tem contribuído para diminuir, ainda mais, a piscosidade na Baía de Todos os Santos e as medidas tomadas para buscar coibir esta prática ainda não têm apresentado eficácia (CAMMPI; NAI, 2008).

A contextualização ora exposta acerca do Território da Península Itapagipana remonta às características do processo de ocupação de outros territórios na Bahia e no Brasil. Ele é percebido como um Território pulsante, com uma história rica e que apresenta para o mundo seus atrativos do patrimônio histórico-cultural e suas belas paisagens urbanas. Contudo, é importante ressaltar que o que distingue a Península de outros territórios, é a capacidade de resistência e resiliência dos povos que lá residem, além de alimentarem uma identidade e uma identificação com o lugar onde vivem. Outra marca que os caracteriza é a crença e, porque não dizer, o sonho de construir um futuro melhor para os moradores, a partir do fortalecimento das ações desenvolvidas pelas estruturas representativas existentes na própria Península.

4.2 EIXO DA SEGURANÇA PÚBLICA

No eixo da segurança pública, o território Itapagipano conta com a atuação operacional das instituições das forças estaduais de segurança da Polícia Militar da Bahia, Polícia Civil da Bahia e Corpo de Bombeiros Militares da Bahia. Na esfera do município, a atuação é desenvolvida através da Guarda Civil Municipal.

O parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição Federal (CF) estabelece que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988). Na Polícia Militar da Bahia a atividade de segurança pública é exercida na Península de Itapagipe pela 17ª Companhia Independente de Polícia Militar (17ª CIPM), responsável pelo policiamento ostensivo e promoção da ordem pública, da vida, da liberdade, do patrimônio e do meio ambiente, de modo a assegurar, com

equilíbrio e equidade, o bem estar social naquele local, através da filosofia do policiamento comunitário, incluindo o trabalho da Base Comunitária de Segurança (BCS), localizada no bairro do Uruguai, aproximando a PM da sociedade. A PMBA, através da 17ª CIPM, pela sua missão constitucional, relaciona-se com todos os segmentos da sociedade, entidades e órgãos estabelecidos na península.

Importante destacar a presença do complexo de unidades administrativas da PM denominado Vila Policial Militar do Bonfim (VPMB), sediada na Av. Dendezeiros, como a Academia de Polícia Militar, Instituto de Ensino, Hospital e Odontoclínica, que apesar de não desempenharem a função de policiamento ostensivo nas ruas, atraem grande circulação de viaturas e de policiais militares, o que ao final também promove a segurança pública no local.

Sobre a missão constitucional dos Bombeiros, no mesmo parágrafo 5º finaliza: “aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (Brasil, 1988). Na Península de Itapagipe está localizado na Ribeira o 12º Batalhão de Bombeiros Militares (BBM) – SALVAR, executando a prevenção e combate a incêndio, ações de defesa civil, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, vistorias técnicas, salvamento aquático. Unidade de intervenção em suporte básico de vida em ambiente pré-hospitalar e locomoção de vítimas de acidentes e resgate em toda Salvador e Região Metropolitana de Salvador (RMS). Na Calçada tem a sede do Subgrupamento de Bombeiros Militares do 1º BBM, responsável pela defesa civil, busca e salvamento e combate a incêndios, atuando em toda Cidade Baixa e Suburbana.

O artigo 144 da Constituição Federal em seu parágrafo 4º dispõe que “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (Brasil, 1988). No território de Itapagipe, a 3ª Delegacia Territorial (DT), sediada no bairro do Bonfim, é o órgão da segurança do Estado que apura as infrações penais e sua autoria por meio da investigação policial, servindo, em regra, de base à pretensão punitiva do Estado através do Ministério Público. Desta forma, a Polícia Civil da Bahia, através da 3ª DT, compondo o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social da Bahia, mantém estreito relacionamento com todas as associações, órgãos e sociedade civil organizada da Península de Itapagipe.

Na esfera do município, a atuação é desenvolvida através da Guarda Civil Municipal (GMS), que abrange toda a área de Salvador e presente no território em

questão. Segundo a Constituição Federal de 1988, os municípios não têm atribuição específica de atuarem na segurança pública, excetuando a referente à proteção dos seus bens e serviços, conforme descrito no art. 144 § 8º (Brasil, 1988), porém são de fundamental importância para provê-la. No Art. 2º da lei municipal de criação, a GMS tem por finalidade proteger os bens, serviços e instalações do Poder Público Municipal (Salvador, 2007). Contribui, também, com os demais órgãos de segurança pública para a manutenção da ordem no município e com a prevenção à violência ao cidadão em Salvador. Assim como a Polícia Militar, a Guarda Municipal é acionada pela população para atendimento de situações de segurança pública, algumas delas as mesmas ocorrências da PM, e se relaciona com todos os órgãos e instituições da Península de Itapagipe.

Destaca-se, ainda, que na Península de Itapagipe, são localizados quatro dos 16 Colégios da Polícia Militar existentes, localizados na Av. Dendzeiros, Luiz Tarquínio, Ribeira e Lobato, e a Creche da PM, sediada na VPMB, contribuindo com a educação de alunos filhos de policiais militares e da comunidade do entorno do território Itapagipano e até de bairros longínquos, pela excelência do ensino público ofertado.

4.3 COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA RIBEIRA

No planejamento inicial do meu projeto, a pesquisa seria executada no Colégio Estadual Presciliano Silva, localizado na Ribeira, porém, no decorrer dos trabalhos fui enfrentando dificuldades de me reunir com a gestão escolar, sempre imbuída de resolução de tarefas inerentes a escola, especialmente no primeiro semestre de 2023 com as ameaças de invasões aos estabelecimentos de ensino de todo o Brasil, quando, por questões de segurança, restringiam-se o acesso de pessoas estranhas aqueles espaços, e considerando que estava vencendo o limite do prazo para concluir este mestrado, encontrei no Colégio da Polícia Militar, unidade da Ribeira, um ambiente mais favorável para aplicação da pesquisa, inclusive sendo uma escola que já desempenhei minhas atividades laborais e reencontrei professores e discentes.

Considerando que o principal desafio deste mestrado é ser simultaneamente interdisciplinar e profissional, e tem a proposta de qualificação territorial, este curso nomeou a Península de Itapagipe como território objeto de estudo, e eu, por fim, elegi

o Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes, Unidade da Ribeira, localizado na Avenida Beira Mar, 481, bairro da Ribeira, Salvador, Bahia, CEP: 40.420-340, para minha pesquisa.

Para contar uma breve história do nascimento do CPM/Ribeira na Península de Itapagipe, busquei suporte acadêmico na dissertação de mestrado da professora Graça Pereira, docente do referido estabelecimento de ensino, onde relatou que o Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes, historicamente, foi criado como uma unidade escolar comum da rede pública estadual, sem laços com a polícia. Contudo, a partir de 2006 passa a ter convênio com a Polícia Militar da Bahia pelo Decreto 9.835, publicado em Diário Oficial em 22 de fevereiro de 2006 (Pereira, 2022).

Encontrei nos registros de Pereira (2022), que o colégio João Florêncio Gomes teve seu ato de fundação publicado através do Decreto nº 17.624, no Diário Oficial da Bahia de 31 de dezembro de 1959, quando passa a ser uma unidade escolar independente do Colégio Central. Existem diversas controvérsias quanto a legítima data de inauguração do colégio, inclusive com uma placa que existe na unidade escolar que data a inauguração em 08 de junho de 1953.

Originalmente, o prédio começou a funcionar como um anexo, na época denominado setores do Colégio da Bahia, hoje Colégio Central, um dos colégios mais antigos a ofertar o antigo Ensino Secundário, hoje Ensino Médio. Ainda mais prestigiado por ter a posição singular de estar equiparado ao colégio Dom Pedro II, o colégio se dedicava à preparação dos estudantes para o ingresso nas unidades de Ensino Superior (Pereira, 2022). O que não é diferente atualmente, uma vez que o CPM/Ribeira prepara seus alunos para o ingresso em cursos de nível superior, especialmente ao curso de oficiais da Polícia Militar, bem como ao mercado de trabalho.

Continua nos contando Pereira (2022), que Anísio Teixeira, durante o período em que foi pela segunda vez designado como secretário de Educação e Saúde da Bahia, entre os anos de 1945 e 1951, conseguiu liberdade administrativa para implantar as mudanças necessárias na forma como a Educação estava estruturada nesta unidade federativa. Isso foi possível pois, segundo Dick e Venas (2020), ao invés de esperar a aprovação do plano estadual de educação, Teixeira administrou sua secretaria por meio de decretos e portarias. Teixeira utilizou-se da estratégia da criação de polos diversificados em pontos estratégicos da cidade, atendendo a uma demanda de diversos bairros composto por populações de filhos de proletários, que

não dispunham recursos para estudar no centro da cidade (Dick; Venas, 2020 *apud* Pereira, 2022), tarefa que os colégios da PM continuam investindo nessa premissa de oportunizar o ingresso em escolas públicas de qualidade a populações originadas da periferia das cidades, incluindo as unidades de ensino localizadas no interior do Estado.

Em 07 de março de 1948, são criados anexos do Colégio da Bahia, o que se denominou de setores na época, com previsão inicial de serem cinco setores, contudo somente o João Florêncio Gomes, o Colégio Duque de Caxias, no populoso bairro da Liberdade, e o Colégio Severino Vieira, no bairro de Nazaré entram em funcionamento. É importante esclarecer que todos os colégios estaduais/públicos estavam concentrados na cidade de Salvador, e ao escolher o bairro da Ribeira para implantação do colégio, Anísio Teixeira anteviu a possibilidade que tanto a população da Península de Itapagipe tivesse acesso a essa etapa de ensino, como, também que a população menos favorecida do chamado subúrbio ferroviário também conseguisse ser amparada (Pereira, 2022).

A pesquisa da professora Pereira (2022) norteou a construção desta história do CPM/Ribeira, uma vez que estava com dificuldade para encontrar registros históricos sobre o colégio, inclusive nos arquivos, o que é reforçado em seu texto de dissertação:

A documentação sobre a história do colégio é inexistente na unidade escolar e muito escassa nos diversos repositórios de arquivos no estado da Bahia. Dessa forma não foram encontradas referências confiáveis que pudessem certificar qual a legítima data de inauguração e outros fatos históricos ligados ao colégio (Pereira, 2022, p. 10).

Mas essa ausência de registros históricos não diminui o excelente trabalho na área de educação pública promovida pelo colégio, que atualmente é um estabelecimento de ensino público mantido e administrado pela Polícia Militar da Bahia em parceria com a Secretaria da Educação da Bahia, através de um sistema de convênio entre as duas partes, no qual elementos norteadores da educação via instrução militar e normas da Secretaria de Educação do Estado.

Como já descrito, os CPM incentivam seus discentes a seguirem a carreira profissional militar, mas outro objetivo importante a ser destacado é a atenção voltada às possibilidades dos seus educandos se tornarem empreendedores, tanto no campo empresarial, institucional, quanto no campo social, com educação que promove o desenvolvimento da autoestima dos alunos, bem como a sua capacidade de liderança,

responsabilidade e disciplina, em relação ao grupo e a si mesmo. Tais características são de fundamental importância para o trabalho pedagógico desenvolvido no CPM.

Em 2023, ano da pesquisa deste mestrado, o CPM/Ribeira ofereceu o curso regular do 6º ano do ensino fundamental II, até a 3ª série do ensino médio, atendendo a uma clientela originária de bairros vizinhos, do subúrbio Ferroviário, bairros mais distantes, e, em alguns casos, alunos que moram nas Ilhas de Maré e de Itaparica. Neste ano letivo, estão matriculados 875 alunos, sendo 391 no turno matutino e 484 no turno vespertino, contemplando assim os dois turnos, com o índice mínimo de evasão escolar e repetência. A média de alunos por turma em sala de aula varia entre 23 a 30 estudantes, considerado excelente para uma instituição pública de ensino.

O ingresso nos CPM é por inscrição em processo seletivo para admissão de alunos nas 16 instituições do estado, com vagas destinadas aos filhos de militares e bombeiros estaduais, servidores públicos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e pessoas da comunidade, distribuídos em percentuais de vaga oferecidas, a depender do município, e edital divulgado no Diário Oficial do Estado. O processo é concluído com sorteio eletrônico.

Suas instalações contam com, além das salas de aula, laboratório de ciências e informática, sala de som e imagem, biblioteca, ginásio de esportes, auditório e sala para articulação de área e assistência social.

Conta, ainda, com uma direção e vice direção da Secretaria Estadual da Educação, direção e direção adjunta da PM. O corpo docente da escola é constituído de profissionais graduados, habilitados e selecionados através de concurso público, embora tenham profissionais militares em contrato temporário.

O quadro de funcionários e professores (civis e militares) do Colégio da PM da Ribeira está assim distribuído em 2023: 21 funcionários nas funções de merendeira, cozinheira, servente, auxiliar administrativa/recepcionista e porteiro; 47 professores servidores da Secretaria Estadual da Educação, e 13 instrutores militares, pertencentes aos quadros da PM e que exercem atividade de magistério em seu horário de folga do serviço policial. O Serviço de Orientação Psicopedagógica e de Assistência Social possui quatro psicólogos, uma assistente social e uma psicopedagoga.

A direção militar possui um efetivo de 43 policiais militares com a tarefa precípua de manutenção dos princípios da disciplina dos discentes e desempenham, também, as tarefas diretivas e administrativas em apoio a direção pedagógica.

5 RESIDÊNCIA SOCIAL: BATALHÃO ESCOLAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

A Residência Social (RS) é um componente obrigatório da estrutura curricular deste Mestrado, devendo os estudantes realizarem uma experiência prática acadêmico-profissional, preferencialmente fora do seu território, e conforme descrição da disciplina, objetiva complementar e enriquecer a formação em gestão social do desenvolvimento.

5.1. RESIDÊNCIA SOCIAL: TECNOLOGIA DE ENSINO

O conceito foi utilizado inicialmente por Fischer (2001) e integrou a proposta do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia encaminhado ao Ministério da Ciência e Tecnologia/Fundo Verde-Amarelo. Desde então, esta metodologia vem sendo desenvolvida como mecanismo transversal na formação em gestão social de estudantes de graduação e de pós-graduação, uma vez que um dos propósitos fundamentais do Programa é precisamente testar modelos de formação de gestores sociais (Schommer; França Filho, 2010).

Os professores Schommer e França Filho (2010), explicam que a ideia de uma prática de residência social enquanto atividade contribuindo para a formação de gestores sociais representa uma iniciativa bastante inovadora. Tal ideia inspirou-se, parcialmente, a residência médica, que é uma prática realizada no último ano da formação em medicina, e que consiste num conjunto de atividades eminentemente práticas que são desenvolvidas pelo formando, sob a tutoria de professores supervisores.

Como tecnologia social, a RS me proporcionou uma experiência de articulação de conhecimento teórico e a vivência como a outra organização o aplicava na prática. A convivência com os profissionais do Batalhão de Polícia Escolar (BPESc) da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), gestores escolares e demais profissionais alagoanos me permitiu uma visão mais ampla da temática da minha pesquisa. Como nos ensinam Schommer e França Filho (2010), a aprendizagem propiciada pelas próprias experiências de ensino, pesquisa e extensão que vêm ocorrendo no âmbito do PDGS/CIAGS/UFBA mostra que o reconhecimento e o fomento à aprendizagem que ocorre pela prática compartilhada constituem um caminho relevante para a construção de conhecimentos afinados com a natureza particular da gestão social.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA ESCOLAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

Para uma troca de experiência na área de gestão de policiamento escolar, escolhi o Batalhão de Polícia Escolar da Polícia Militar de Alagoas para a Residência Social, que ocorreu no período de 10 a 19 de janeiro de 2022. É uma unidade operacional que integra o Comando de Policiamento da Capital (CPC) em Maceió/AL, e sua missão é de planejar, coordenar e executar o policiamento ostensivo nas regiões adjacentes às escolas públicas e privadas da capital alagoana, agindo preventivamente e repressivamente, de forma integrada, visando à proteção do ambiente educacional. Sua área de atuação abrange a capital alagoana, entre escolas da rede estadual, municipal e particular, preservando a segurança de crianças, jovens e adultos das redes de ensino e comunidade adjacente. Toda a pesquisa foi direcionada sobre a execução do policiamento escolar, medidas preventivas de combate à violência nas escolas e mediação de conflito no ambiente escolar, objeto do meu estudo no mestrado.

Minha solicitação de RS foi acolhida com muita satisfação e interesse, pois foi a primeira oportunidade em que o Batalhão Escolar recebeu uma pesquisadora nesse processo, sendo, portanto, um aprendizado mútuo. O compartilhamento das experiências e informações foram proveitosas para ambos.

O objetivo geral da RS foi o de averiguar as manifestações de violência nas escolas alagoanas e verificar se o Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas executa a mediação de conflitos no ambiente escolar e se possui protocolo de atuação, e os objetivos específicos foram:

- Conhecer a estrutura do Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas;
- Fazer levantamento das principais manifestações de violência nas escolas de Maceió;
- Verificar se os policiais militares de Alagoas executam mediação de conflito nas escolas e se possuem protocolo ou rotina similar;
- Compartilhar minha experiência de quando fui comandante da Ronda Escolar na Polícia Militar da Bahia; e
- Contribuir com ideias para medidas de prevenção a violência no ambiente escolar.

5.3 INSTITUIÇÕES VISITADAS

Seguindo meu plano de trabalho, no primeiro dia da RS tive o encontro inicial com o comando do Batalhão Escolar (seus gestores) e conheci as instalações físicas da sede do Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas, localizado na Rua Barão José Miguel, nº 703, Bairro Farol, um local da capital alagoana que foi praticamente desabitado tendo em vista que os imóveis foram comprometidos, e que segundo informações coletadas, por conta de rachaduras no solo que teriam sido provocadas pela atividade da mineradora Braskem, sendo que o fenômeno seria resultado da extração de sal-gema, uma substância utilizada para a fabricação de soda cáustica e PVC, atividade esta que teria gerado instabilidade no solo e ocasionado o desmoronamento de casas e asfaltos. Muitos moradores já foram relocados e indenizados, mas alguns ainda continuam na região. Já iniciei meus trabalhos com um grande aprendizado sobre as especificidades locais.

Após conhecer as diversas seções administrativas da unidade policial, fiz uma apresentação detalhada do meu curso do mestrado, do objeto de minha pesquisa, do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA e da Residência Social, uma vez que era a primeira vez que o Batalhão Escolar acolhia uma pesquisadora para uma RS. Tive a oportunidade de explicar sobre a importância de estarmos desenvolvendo nossas pesquisas do mestrado num território específico da cidade de Salvador, a Península de Itapagipe, especificidade que deixou os gestores alagoanos impressionados com o compromisso da UFBA com sua comunidade e alunos.

Aproveitei a oportunidade e fiz uma breve apresentação do trabalho desenvolvido pela Ronda Escolar da Polícia Militar da Bahia. Foram momentos de troca de experiências tanto acadêmicas como profissionais e até de aprendizado pessoal.

Durante os dias em que estive no Batalhão Escolar fiz a pesquisa e o levantamento das principais manifestações de violência nas escolas de Maceió, atendidas pelo Batalhão Escolar, sendo as mais recorrentes no ano de 2019, antes da pandemia, tendo em vista que as escolas permaneceram fechadas ou em atividades remotas em 2020 e 2021, conforme detalhamento no quadro abaixo:

Tabela 2 - Ocorrências mais relevantes nos anos de 2019, 2020 e 2021. Salvador, Ba, 2023.

OCORRÊNCIAS MAIS RELEVANTES	QUANT		
	2019	2020	2021
Furto	22	3	4
Ameaça	19	2	2
Vias de fato	18	1	1
Apoio a direção	8		
Roubo	8	3	3
Agressão	6		
Usuário de entorpecentes	4		
Tentativa de suicídio		2	
Tentativa de furto		2	
Porte ilegal de arma		1	
Lesão corporal		1	
Violência sexual contra criança ou adolescente			2
Tráfico			1
Total das ocorrências mais relevantes	85	15	13
Total de todas as ocorrências	156	21	31

Fonte: Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas, 2022.

Como já descrito anteriormente, o Batalhão de Polícia Escolar é uma unidade operacional da Polícia Militar de Alagoas, com a missão de promover a tranquilidade pública no ambiente escolar, nas instituições públicas do ensino regular, em tempo integral e aquele com ênfase em jovens e adultos, adotando parcerias com órgãos criados para assegurar a exigibilidade dos direitos da criança e do adolescente, buscando ações de prevenção à violência e difundindo a cultura de paz com foco na juventude, especialmente na capital alagoana.

O policiamento é realizado nos três turnos. Além das rondas preventivas feitas nas viaturas, há o motopatrulhamento feito nos turnos da manhã e tarde. À noite a ronda é feita somente com a utilização das viaturas quatro rodas. Durante a execução do policiamento são realizadas palestras e orientações sobre drogas e a violência no

ambiente escolar. Esse trabalho educativo e preventivo é feito também com as crianças, através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Seu objetivo é orientar estudantes quanto ao perigo das drogas, tanto ilícitas quanto as lícitas, por meio de palestras ministradas pelos próprios policiais do Batalhão.

Nesse contato com a gestão do Batalhão Escolar obtive um panorama da execução operacional do policiamento escolar na capital alagoana, podendo fazer um comparativo com o trabalho desenvolvido pela Ronda Escolar aqui na Bahia. Foram compartilhados saberes de ambas as partes.

Para a visita técnica em escola pública foi escolhida e indicada pelo Batalhão Escolar a Escola Estadual Professor Afrânio Lages, integrante do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas (CEPA), um dos maiores complexos educacionais da América Latina, localizado no Bairro Farol, em Maceió, sendo recepcionada pela Diretora Adjunta, a professora Corina Prado.

Segundo a gestora escolar, a unidade funciona em Ensino Integral para os 409 alunos do Ensino Médio, indo além de uma jornada ampliada de estudos, propondo uma aprendizagem mais ampla e desenvolvendo não só o aspecto cognitivo/intelectual, mas também o emocional, físico, social e cultural dos estudantes.

O desenvolvimento integral do aluno ocorre por atividades que vão além do currículo tradicional, com a oferta de disciplinas eletivas, projetos integradores, clubes juvenis e estudos orientados, dentre outras. Essas ações podem ser contempladas em iniciativas de protagonismo juvenil voltadas ao esporte, cultura, inclusão social, iniciação científica, entre outros.

Destacou a professora Corina que os principais incidentes de violência naquela instituição pública de ensino, não muito diferente das demais escolas públicas, são referentes a racismo, LGBTfobia e violência sexual doméstica que termina por incidir em episódios de violência dentro dos muros escolares. Com relação ao tráfico de drogas, segundo a gestora escolar, existe uma suspeita do uso de substância entorpecente pelos adolescentes, porém sem a devida comprovação (flagrante).

Em virtude da situação mundial de pandemia causada pelo COVID-19 e na época da RS a disseminação do vírus da H₃N₂, havendo uma recomendação e necessidade de restrição de contato físico e revezamento dos setores administrativos das repartições públicas, com registro de baixas por atestados médicos ao serviço do

efetivo policial, tanto dos integrantes do batalhão como também da delegacia que foram afastados, o que limitou alguns encontros presenciais e entrevistas com efetivo operacional que executam o policiamento diário nas escolas e outras atividades que poderiam ser executadas em situação de saúde pública normalizada, contudo ainda foi possível o levantamento básico de informações dentro dos limites aceitáveis.

Este dia foi muito produtivo quando tive a oportunidade de me reunir com o efetivo que executa o policiamento escolar nas instituições de ensino e ouvi depoimentos de alguns policiais militares do Batalhão Escolar que trabalham diariamente em contato com a comunidade escolar. Declararam que não há ocorrências todos os dias, uma vez que trabalham em parceria com os gestores escolares e ministram palestras sobre temas diversos, aproximando-se dos alunos. Corroboraram com as declarações da gestora escolar referente aos problemas enfrentados com violência no ambiente escolar, destacando-se o racismo, LGBTfobia e alguns casos de uso de substância entorpecente ilícita, sendo a maconha a mais comum.

Uma declaração que se repetiu entre os profissionais da segurança pública foi o acionamento do Batalhão Escolar em casos de comportamentos em desacordo com o regulamento ou regimento da escola, sendo, portanto, uma infração disciplinar e não uma tipificação penal. Muitas vezes o discente não obedece aos regramentos estabelecidos pela escola e o/a docente ou a gestão escolar se intimidam em aplicar uma sanção disciplinar e recorrem ao apoio policial, que neste caso não é competência da PM a sua resolução, podendo, inclusive, causar um desconforto a atuação policial e até um abuso de autoridade por parte dos agentes da segurança pública.

Sendo o Batalhão Escolar uma unidade da Polícia Militar prestadora de serviço público essencial, com funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, que atua algumas vezes em apoio ao policiamento ostensivo em outras unidades da PM, aproveitei o final de semana, quando havia um número reduzido de policiais militares trabalhando e circulando pelo quartel, e me dediquei ao levantamento de informações referentes as principais manifestações de violência nas escolas de Maceió.

Foi um pouco mais trabalhoso do que planejei uma vez que não há dados sistematizados na unidade referente aos atendimentos prestados aos estabelecimentos de ensino, tornando-se uma tarefa de pesquisa manual, o que me

consumiu um tempo além do previsto. Mas, consegui boas informações permitindo uma visão geral das principais ocorrências atendidas pelo Batalhão Escolar. Para algumas dúvidas técnicas das ocorrências foi necessário aguardar até a segunda-feira para esclarecer com o responsável pela compilação dos dados estatísticos no Batalhão.

Durante as visitas na sede da unidade tive a oportunidade de conhecer a frota de veículos (viaturas padronizadas) utilizados no desempenho do policiamento escolar. A frota automobilística é mantida através de um convênio com a Secretaria de Educação do Estado que disponibiliza veículos locados e promovem a manutenção dessa frota, proporcionando uma garantia da prestação de serviço do Batalhão nas instituições de ensino. Em Salvador a frota da Ronda Escolar é mantida pela PM e algumas vezes há limitação de recurso orçamentário para a manutenção da viatura dificultando o atendimento de ocorrências nas escolas.

Um fato que me chamou a atenção e relatei ao comando do Batalhão foi o de que as viaturas da unidade possuíam presídio, um compartimento fechado com grades instaladas na parte traseira do veículo policial, conhecido popularmente como “camburão”, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) proíbe em seu artigo 178 o transporte de adolescente em compartimento fechado de fundo de viatura:

Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional **não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial**, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade. (Brasil, 1990, art. 178, grifo nosso).

Segundo me informaram no Batalhão, a condução de crianças e adolescentes, vítimas ou infratoras, é feita no interior da viatura, não se utilizando o presídio, sendo esse compartimento usado em caso de prisão e condução de pessoa adulta após cometimento de crime.

Compartilhei com os PMs do Batalhão Escolar que as viaturas da Ronda Escolar de Salvador que executam o policiamento escolar não possuem esse compartimento fechado, sendo disponibilizado outro veículo padronizado com presídio utilizado em caso de prisão de pessoa maior de 18 anos em cometimento de crime com participação de menor, sendo o maior conduzido em viatura com presídio e o adolescente infrator no interior do veículo policial da Ronda Escolar, evitando ser

submetido a condições que possam pôr em risco sua integridade física ou ferir sua dignidade.

Apesar de não estar previsto no meu Plano de Atividades da Residência Social, fiz uma visita técnica a uma unidade da Polícia Civil de Alagoas, onde fui muito bem acolhida pela Delegada Bárbara Arraes, titular da Delegacia Especial da Criança e do Adolescente (DECAC) de Maceió, que recepciona as ocorrências envolvendo o menor infrator. Resolvi incluir esta unidade policial para entender o direcionamento das ocorrências policiais envolvendo crianças e adolescentes, especialmente as provenientes das escolas.

Inicialmente fiz uma breve apresentação do meu curso do mestrado e do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA, e expliquei os objetivos da Residência Social, pois a delegada não conhecia, e detalhei o objeto de minha pesquisa. Fiz, também, uma breve apresentação do trabalho desenvolvido pela Ronda Escolar da PM da Bahia, especialmente das minhas experiências como gestora. A delegada Bárbara se mostrou impressionada e muito interessada na RS da UFBA. Respondeu aos meus questionamentos e pude compreender o trâmite de uma ocorrência naquela cidade.

Em Maceió as ocorrências policiais são registradas numa unidade policial chamada Central de Flagrantes e posteriormente encaminhadas às unidades competentes e/ou especializadas da Polícia Civil, a depender da tipificação penal. Segundo a Delegada Bárbara, os principais registros de atos infracionais naquela delegacia cometidos em instituições de ensino por adolescentes são a injúria e difamação via rede social e contra a dignidade sexual. Sobre ocorrências de tráfico de drogas nas escolas, segundo a delegada titular, quase não há registros naquela especializada, o que significa que elas não existem, podendo acontecer subnotificações ou notificação sem a pontuação de escola como o local do cometimento do delito.

5.4 COMPARTILHAMENTO RECÍPROCO DE CONHECIMENTOS

O compartilhamento de informações sobre policiamento comunitário escolar e forma de atuação das Polícias Militares da Bahia e Alagoas foi um ponto a se destacar na RS, uma vez que o policiamento escolar desenvolvido pela Polícia Militar da Bahia, através da Ronda Escolar (o qual exerci a gestão), está padronizado,

inclusive através do Curso de Operador de Policiamento Comunitário Escolar, atualmente executado de forma remota organizado durante a minha gestão, quando conseguimos a aprovação do Plano de Ensino do referido curso na PMBA, oportunizando que policiais militares de outras Polícias Militares do Brasil pudessem participar do curso que foi totalmente *on-line*. Dois policiais do próprio Batalhão Escolar participaram do nosso curso e durante a RS demonstraram interesse de que a equipe da Ronda Escola da Bahia disponibilizasse esse curso para toda a tropa do Batalhão Escolar de Maceió.

Minha passagem pela gestão da Ronda Escolar facilitou em muito a RS, no entendimento do serviço prestado pelo Batalhão Escolar e na possibilidade de deixar contribuições com a socialização da metodologia do policiamento escolar executado em Salvador.

O Batalhão Escolar não conhecia o processo da RS e pela primeira vez acolheu uma pesquisadora em sua sede, constatando a importância desse processo e a riqueza de aprendizado, de ambos os lados. Ficaram encantados com esse projeto da UFBA e agradecidos pela oportunidade de contribuírem com as pesquisas acadêmicas.

A Residência Social foi cumprida com êxito, inclusive destaco a importância da troca de experiência entre as atividades de policiamento escolar para a prevenção à violência no ambiente das escolas desenvolvidas na Polícia Militar da Bahia e na Polícia Militar de Alagoas. Infelizmente o Batalhão Escolar não possui protocolo e nem procedimento formalizado para mediação de conflito em ambiente escolar, o que me ensejou a construir um relatório técnico das atividades desenvolvidas durante a RS, bem como me comprometi em compartilhar o resultado da tecnologia social apresentada ao final deste curso para que seja aplicado ou adaptado a realidade alagoana.

Todas as visitas técnicas e encontros foram registrados através de fotografias, bem como a organização acolhedora fez publicação da RS em suas redes sociais, pontuando de forma positiva a realização da pesquisa no Batalhão Escolar, conforme fotos e endereço eletrônico apresentado em relatório técnico, também utilizado para apontamento das atividades realizadas durante a RS.

Ponto como limitador da pesquisa as restrições sanitárias da pandemia pelo COVID-19 e disseminação do vírus H₃N₂, que além de afastar os profissionais de seu

ambiente de trabalho, amedrontava as pessoas de me receberem pessoalmente, o que fora contornado com algumas conversas por telefone.

6 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa e proposição da tecnologia de gestão social, importante destacar que sendo este Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, optou-se pelo território da Península de Itapagipe. Nesse território, foi eleito o Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes, localizado na Avenida Beira Mar, 481, Ribeira, Salvador, Bahia, CEP: 40.420-340, estabelecimento de ensino que contempla alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, sendo receptiva para o desenvolvimento desta pesquisa, tanto pelos professores e alunos, como pela gestão escolar.

Entendendo um pouco as ferramentas de pesquisa utilizados, é importante conhecer que o termo metodologia deriva da palavra “*methodus*”, do latim, que significa método, que, segundo o dicionário Aurélio, dentre os seus conceitos, constitui-se no processo racional para chegar ao conhecimento ou demonstração da verdade.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) o método científico é definido como [...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatos; Marconi, 2003, p. 83).

O método de pesquisa utilizado será o qualitativo. Segundos os ensinamentos de Maria Cecília de Souza Minayo:

A pesquisa qualitativa responde por questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1993, p. 21).

Nos ensina o sociólogo Pierre Bourdieu (1999) que a escolha do método não deve ser rígida, porém, rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor.

6.1. DESENHO DA PESQUISA

Este mestrado aconteceu durante a crise sanitária causada pela pandemia do COVID-19, justamente no primeiro ano do curso em 2020, uma lacuna de tempo que causou um impacto mundial, o que em alguns momentos também dificultou tanto a ocorrência das aulas, que passaram a ser intermediadas virtualmente, bem como durante a pesquisa, sendo necessária algumas adaptações e alterações da condução proposta no projeto original.

No transcorrer deste mestrado eu fui amadurecendo como pessoa, profissional da segurança pública e como pesquisadora, tendo minhas percepções se afluído, especialmente em relação às mudanças de comportamento das pessoas, o que não foi diferente com a comunidade escolar. Com as reverberações proporcionadas pela pandemia mundial, no retorno às aulas presenciais, os estudantes se apresentam mais inquietos, impacientes e agressivos, conforme presenciemos nas notícias da mídia no início de 2023 com os incidentes de extrema violência em algumas escolas do país, inclusive com episódio morte.

As dificuldades estabelecidas pelas gestões escolares (incluindo de outros estabelecimentos de ensino) para aplicação desta pesquisa só me foi clareada quando adentrei ao CPM Ribeira e pude perceber a angústia dos professores e funcionários ao discursarem sobre a atual conjuntura da escola. Confesso que me equivoquei como pesquisadora, propondo, inicialmente, em fazer perguntas em busca de respostas que eu já sabia e convivo há mais de 33 anos na minha profissão de policial militar e no planejamento de propor sozinha um protocolo sem a escuta de órgãos de sociedade civil, especialmente cursando gestão social. A temática da violência não é um tema agradável e pode desencadear recordações ou sensações incômodas, tanto que não obtive o êxito de ter as respostas dos pesquisados que planejei. Mas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante o curso e a pesquisa, considero um resultado respeitável, apesar de não ser o esperado, contudo avalio a finalização deste trabalho um estado da arte, distinto do que esperava ao concluir o projeto inicial. Coisa de pesquisadora inexperiente.

Para a execução deste projeto, a pesquisa foi dividida em cinco fases, utilizando-se o Colégio da Polícia Militar da Ribeira como o universo do estudo, assim resumidamente apresentadas:

1ª Fase: realizar pesquisa bibliográfica com revisão de literatura da temática em questão.

2ª Fase: através de pesquisa documental levantar as principais ocorrências de violência no colégio.

3ª Fase: aplicação de oficina pedagógica para identificar as principais manifestações da violência que ocorrem no Colégio e confeccionado o mapa cognitivo.

Na 4ª Fase: Através da técnica de entrevista semiestruturada, com o acompanhamento de um roteiro balizador, de forma individualizada, será entrevistada a gestão escolar (diretora pedagógica e diretor militar) sobre as manifestações de violência no colégio, como lidam com casos de violência ocorridos no âmbito escolar e se teria interesse em aplicar mediação de conflito na escola (Apêndice A).

Através de aplicação de questionários identificar a percepção dos funcionários e da gestão escolar sobre as manifestações dos tipos de violência que ocorrem no CPM/Ribeira (Apêndice B).

5ª Fase: proposição de tecnologia de gestão social para mediação de conflito no ambiente escolar (Apêndice C).

6.2. PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Inicialmente fiz muitas reflexões e um desenho mental da minha trajetória de vida como profissional da segurança pública em contato estreito com a temática da violência nesses anos de atuação policial, concentrando-me na experiência vivenciada no CPM Ribeira, quando exerci a função de diretora adjunta. Aproveitando-me desta expertise, construí as indagações dos questionários, bem como as expressões da roleta na oficina pedagógica

Na primeira fase, realizei uma pesquisa bibliográfica, com uma revisão aprofundada de literatura da temática em questão, a qual resultou do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhido, permitindo um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa (Silva; Menezes, 2005), para fundamentar a necessidade de mediação de conflito no ambiente escolar, visando propor uma tecnologia de gestão social para a prevenção da violência.

Em minhas pesquisas bibliográficas, fiz um levantamento das principais legislações e autores que trazem abordagens voltadas para algumas violências na escola, destacando-se a socióloga e doutora em Ciências da Educação pela Universidade da França, a brasileira Miriam Abramovay, um dos principais nomes quando se trata de pesquisas sobre a violência nas escolas, e há quase duas décadas estuda em profundidade esse tema. É autora e coautora de vários livros e inúmeros artigos nas áreas de educação, ciências sociais, gênero, violências nas escolas e juventudes.

Outra importante fonte de pesquisa foi o filósofo francês radicado no Brasil, Bernard Jean Jacques Charlot, que desde a década de 1980, ainda em Paris, dedicou suas pesquisas e trabalhou em um conceito que explica de maneira mais abrangente e menos preconceituosa histórias de sucesso e de fracasso escolar: a relação dos alunos com o saber e a escola (o sujeito não se apropria de um saber, sem isolar sua história, sua gênese e seus conhecimentos anteriores, acumulados).

O francês Éric François Patrick Debarbieux, doutor em filosofia e conhecido por seu trabalho sobre violência nas escolas e por suas reflexões pedagógicas, foi uma inspiradora fonte de informações para este projeto. Autor de diversas obras sobre a temática e especialista em *bullying*.

Diversos outros autores também foram pesquisados e seus saberes registrados nas linhas deste trabalho, com contribuições em várias áreas do conhecimento.

Além da pesquisa bibliográfica que norteou a base teórica, a metodologia utilizada na segunda fase da pesquisa para atingir os objetivos citados para cada atividade proposta consistiu em um levantamento das ocorrências de violência registradas no colégio, através de pesquisa documental no Sistema Escolar, buscando-se refinar, nas informações contidas nos registros próprios feitos pela gestão militar, de forma complementar à pesquisa bibliográfica dos principais autores consultados, e contextualizar a comunidade escolar. Os CPM possuem um controle de ocorrências de atos de indisciplinas praticados por estudantes que são registrados em Boletins Internos Ostensivos e inseridos no Sistema Escolar (eletrônico), e quando punidos por transgredirem o regulamento interno do colégio, sofrem decréscimo em pontuação o que pode gerar um conselho de disciplina formado por direção pedagógica e militar, professores e policiais militares que trabalham na escola, que ao final decidem pela permanência do aluno na rede CPM ou não. Nesse documento

também se pontuam ações positivas dos alunos que acumulam pontos e elevam sua pontuação disciplinar.

Foram pesquisados os anos de 2019, ano que antecedeu o processo pandêmico do COVID-19 que acarretou a suspensão das aulas presenciais por dois anos com adoção de aulas *on line* para as escolas, e o ano de 2022 de retorno integral das aulas presenciais.

A terceira fase da pesquisa consistiu em identificar as principais manifestações da violência que ocorrem no Colégio da Polícia Militar da Ribeira, considerando, também, o seu entorno, através da construção de mapa cognitivo, com aplicação de oficina pedagógica aos alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio (1ª a 3ª Série), com idades que variavam de 11 a 18 anos, para a obtenção de dados e informações dos participantes, assim executada:

a. Oficina pedagógica

As oficinas pedagógicas podem ser utilizadas como uma metodologia de trabalho em grupo, caracterizada pela “construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências” (Candau, 1999, p.23), em que o saber não se constitui apenas no resultado do processo de aprendizagem, mas também no processo de construção do conhecimento. Assim, desenvolve-se uma experiência de ensino e aprendizagem em que educador e educandos constroem juntos o conhecimento num “... tempo-espaco para vivência, a reflexão, a conceitualização: como síntese do pensar, sentir e atuar. Como o lugar para a participação, o aprendizado e a sistematização dos conhecimentos” (Gonzáles Cubelles *apud* Candau, 1999, p.23).

Esta oficina foi aplicada aos estudantes do Ensino Fundamental II componentes do 6º ao 9º Anos, e do Ensino Médio, integrantes das 1ª a 3ª Série, objetivando a construção de um mapa cognitivo através de uma brincadeira antiga e divertida que é a roleta (Apêndice D), com frases curtas adequadas a linguagem dos jovens, instigando o aluno à reflexão e ao compartilhamento das impressões desse ator social dos tipos de violência que eles percebem no seu ambiente de aprendizado.

Para tornar a oficina atraente aos estudantes, especialmente por tratar da temática da violência, optei pela roleta virtual, linguagem tecnológica atraente para a idade dos jovens, o que foi muito bem aceita pelo público presente.

No ano letivo de 2023, estão matriculados no CPM/Ribeira 875 alunos, sendo 484 no Ensino Fundamental II onde cursam do 6º ao 9º Anos, e 391 cursando o Ensino

Médio que abrange da 1ª a 3ª Série. Para realização da oficina pedagógica, foram selecionados pela direção escolar discentes representantes de todas as turmas, com amostra de 99 alunos, de ambos os gêneros, divididos em dois grupos: no turno vespertino, 33 alunos do Ensino Fundamental II, e no turno matutino, 66 alunos do Ensino Médio, possibilitando uma participação ampliada e uma excelente representatividade de 11,3% do total dos estudantes do colégio.

Os estudantes foram reunidos no auditório da escola, fiz minha apresentação pessoal como tenente coronel da PM, ex-diretora adjunta daquela instituição de ensino e, também, como mestrande da UFBA, apresentando de forma didática nosso programa do mestrado. Saliento que para minha alegria reencontrei alguns alunos ainda da época de minha gestão que estudavam no Fundamental I, e agora, crescidos, estavam cursando o Ensino Médio. Os laços de confiança foram estabelecidos de forma carinhosa e profissional, o que me permitiu aplicar a oficina com muita receptividade e franqueza, percebidas nas falas e declarações dos estudantes. Independentemente do resultado da oficina, que foi muito além do que planejei, foi um momento gratificante para mim como pessoa e profissional, uma vez que o meu trabalho desenvolvido com o alunato de 2013 a 2016 ainda rendia bons frutos.

Após minha apresentação e o motivo que eu retornava ao colégio, expliquei como se daria a oficina pedagógica e demonstrei o funcionamento da roleta virtual, que os alunos imediatamente demonstraram interesse.

A roleta foi projetada na parede com uso de projetor de multimídia e explicado que a cada frase e/ou expressão sorteada aleatoriamente na roleta, os alunos expressassem oralmente o que pensavam ou sentiam sobre o assunto. A roleta continha frases e/ou expressões que, caso houvesse episódio de violência no ambiente, seriam momentos do seu ápice:

- **VOLTAR PRA CASA**
- **CHEGADA NA ESCOLA**
- **INTERVALO DA MERENDA**
- **MEUS COLEGAS**
- **MINHA ESCOLA**
- **SAÍDA DA ESCOLA**
- **MEUS PROFESSORES**
- **BULLYING**

A roleta virtual era acionada a girar através do comando em computador, e parava aleatoriamente em uma frase e/ou expressão diferente a cada acionamento, os estudantes se expressavam oralmente sem qualquer identificação do aluno, e as palavras ditas eram devidamente anotadas. Impressionou-me a reincidência de palavras ditas pelos alunos em determinadas expressões ou frases sorteadas, sinalizando que o sentimento dos presentes estava coadunando uns com os outros.

Ao final da oficina os estudantes expressaram o quanto gostaram de participar da pesquisa (disseram que foi uma brincadeira divertida e que se sentiram bem em falar/desabafar), bem como salientaram que esperavam um resultado benéfico para os alunos e a escola. Isso me imbuí de mais responsabilidades para finalização deste trabalho e devolutiva social.

Figura 1- Roleta. Salvador, Ba, 2023



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

b. Mapa cognitivo

Bastos (2002, p. 67) traz uma definição de mapa cognitivo, citando Laszlo, Masulli, Artigiani e Csanyi (1995) como o “processo pelo qual um organismo representa o ambiente em seu próprio cérebro”. Completa indicando que os mapas envolvem conceitos e relações entre conceitos existentes no ambiente social do indivíduo.

Os mapas não são representações estáticas do ambiente, eles vão variar com as experiências e percepções destas as quais o indivíduo está atrelado (Bastos, 2002).

Uma importante característica dos mapas cognitivos é que estes estruturam regularidades percebidas; são fatos regulares e cotidianos, experiências ensinadas, ouvidas, praticadas que o consolidam. São estruturas epistemológicas que norteiam a ação da pessoa, sendo, desta forma, flexíveis e “utilizados para perceber as relações entre comportamentos variados e resultados semelhantes” (Bastos, 2002, p. 67).

Para esta pesquisa utilizei a variação do mapa cognitivo conhecida como “mapa de identidade” (Bastos, 2002). Consiste na descrição do terreno cognitivo através da identificação dos conceitos que as pessoas recuperam para indicar sua compreensão de um problema ou domínio em particular.

Após a releitura das palavras expressadas oralmente pelos estudantes, foi confeccionado o Mapa Cognitivo, em formato de uma pomba (Apêndice E), ave que é o símbolo universal da paz e harmonia e possui incrível habilidade de voar, utilizando-se as principais palavras expressadas pelos estudantes.

Na 4ª Fase da pesquisa busquei investigar a percepção da gestão escolar, dos professores e funcionários sobre as manifestações dos tipos de violência que ocorrem no CPM/Ribeira e mediação de conflito, sendo aplicados dois tipos de pesquisa:

- Através da técnica de entrevista semiestruturada, composta por questões abertas e com o acompanhamento de um roteiro balizador, de forma individualizada, foi proposta a entrevista à gestão escolar (diretora pedagógica e diretor militar) sobre as manifestações de violência no colégio, como lidam com casos de violência ocorridos no âmbito escolar e se teria interesse em aplicar mediação de conflito na escola (Apêndice A).

- Aplicado questionários no *google forms* com perguntas abertas e fechadas direcionados a uma amostra de 15 professores e 10 funcionários da escola para identificar se presenciou conflitos ou violência entre alunos, se foi vítima de desrespeito por parte de algum discente, se sofreu violência e qual tipo, se possui conhecimento sobre mediação de conflitos e seria voluntário para ser um mediador. O *link* do questionário foi distribuído pela direção pedagógica nos diversos grupos do aplicativo *watts app* de professores, coordenadores e funcionários com a solicitação do seu preenchimento. As respostas foram extraídas do *google forms* e apresentadas em gráficos (Apêndice B).

A quinta e última fase consistia na proposição da construção de um protocolo para mediação de conflitos, a entrega da tecnologia de gestão social, para mediação

de conflito no ambiente escolar, com intervenções do processo da justiça restaurativa, objetivando-se a promoção da paz social na escola, através do diálogo com os discentes e comunidade escolar, o que será mais bem detalhado no tópico seguinte, na análise dos resultados.

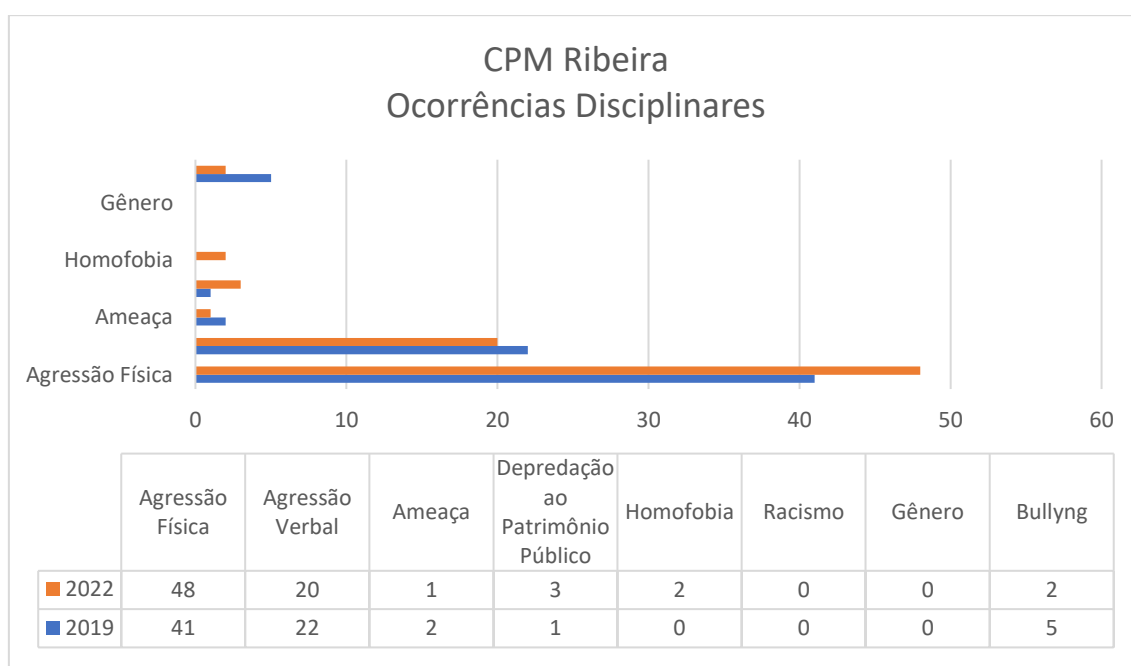
6.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como detalhado anteriormente, o CPM/Ribeira é um estabelecimento de ensino público mantido e administrado pela Polícia Militar da Bahia e a Secretaria da Educação da Bahia, através de um sistema de convênio entre as duas partes, compartilhando a direção pedagógica, da SEC, e direção militar da PM.

Após a aplicação das técnicas metodológicas, depurados os dados coletados, apresento os resultados obtidos e as respectivas análises.

Após análise dos dados coletados no Colégio da Polícia Militar da Ribeira, extraídos do Sistema Escolar dos anos de 2019 e 2022, conforme Figura 2, foram registrados no ano de 2019, último ano letivo antes da crise sanitária da pandemia do COVID-19, 71 ocorrências disciplinares no CPM/Ribeira, e em 2022, ano de retorno das atividades escolares presenciais, 76 ocorrências, apresentando um aumento de cerca de 9%.

Figura 2 - Ocorrências Disciplinares do CPM/Ribeira. Salvador, Ba, 2023.



Fonte: Sistema Escolar do CPM/Ribeira, 2023.

As principais ocorrências registradas foram 41 agressões físicas em 2019 e 48 no ano de 2022, um aumento em 18%. Em 2019 foram registradas 22 agressões verbais e 20 em 2022, apresentando uma redução de 9%. Nas ocorrências de ameaça, em 2019 foram notificados dois casos, reduzindo pela metade em 2022 com apenas um caso. Já no tipo de depredação ao patrimônio público, um caso foi registrado em 2019 e subiu para três em 2022, aumentado em 200%. O mesmo ocorreu com homofobia que não houve registro 2019 e no ano de 2022 foram duas punições. Os registros de *bullying* foram reduzidos em mais de 100%, quando em 2019 foram cinco ocorrências e em 2022 notificadas duas, o que não condiz com as palavras depuradas no mapa cognitivo, quando os estudantes repetiram diversas vezes a palavra *bullying* como um tipo de violência recorrente no colégio. Racismo e gênero não tiveram ocorrência nos anos pesquisados.

Necessário fazer o registro solicitado pela gestão escolar de que no retorno das aulas presenciais em 2022, estando os estudantes fora da escola por dois anos, houve subnotificação das ocorrências, quando se optou pelas conciliações e a busca de soluções consensuais entre as partes através de diálogos, ao invés de registros escritos e punições disciplinares, avaliando que esse retorno estava sendo penoso tanto para os estudantes como para os funcionários e professores, havendo a necessidade de maior compreensão e acolhimento entre vítima, autor e comunidade escolar. Caso todas as ocorrências fossem registradas e apuradas teríamos um número mais elevado de registros e punições.

Na fase seguinte, foram relacionadas todas as palavras expressadas oralmente pelos estudantes durante a oficina pedagógica, sendo agrupados na tabela abaixo e separada por cores, dependendo da quantidade de vezes que foram repetidas, sendo sinalizada a fonte na cor vermelha as palavras repetidas de sete a oito vezes durante a oficina, na cor verde as palavras repetidas de três a cinco vezes, na cor roxa duas repetições e na cor preta apenas uma repetição.

Tabela 3 - Quantitativo de palavras expressadas durante a oficina pedagógica.
Salvador, Ba, 2023.

PALAVRAS/EXPRESSÕES	Nº REPETIÇÕES
DESRESPEITO	8
ESTRESSE	7
BULLYING	6
FELICIDADE ASSÉDIO HUMILHAÇÃO TRISTEZA ALEGRIA BRIGA	5
ASSALTO RACISMO ALÍVIO	4
INSEGURANÇA SONO FALTA DE ESTRUTURA PRECONCEITUOSOS INTOLERÂNCIA RELIGIOSA GORDOFOBIA	3
PAZ MEDO RAIVA CANSAÇO ANSIEDADE COMIDA EMPURRA-EMPURRA ÓDIO CONFORTO AGRESSIVOS HOMOFOBIA MACHISMO FOME FOFOCA GRITARIA CORRERIA INSUPORTÁVEIS	2
DESCANSO ESTUPRO TÉDIO ANGÚSTIA DESCONFORTO RESPONSABILIDADE PONTUALIDADE	

PRESSÃO PSICOLÓGICA
LAZER
AGRESSÃO FÍSICA E VERBAL
ASSÉDIO CONTRA AS MENINAS
PEGAÇÃO
CONFUSÃO
RESENHA
DESGOSTO
DESUNIÃO
NOJO
COMPANHEIRISMO
DESORGANIZADA
APRENDIZADO
FALSIDADE
EVOLUÇÃO
CONQUISTA
LIDAR COM PROBLEMAS
MOFO
ASSÉDIO MORAL
INCÔMODO
"NÃO POSSO BATER NA ESCOLA,
PEGO NA RUA"
NEGLIGÊNCIA
NÃO SABEM OUVIR
ALTOS E BAIXOS
INCOMPREENSIVOS
INFERIORIDADE
ATENCIOSOS
DESORGANIZADOS
SOBRECARGA
FALTA DE FOCO
DEBOCHADOS
COMPARAÇÃO
COMPETIÇÃO ENTRE ALUNOS
PERFECCIONISMO
FALTA DE VERDADE
SUPERIORIDADE
CONHECIMENTO
SEXUALIZAÇÃO
CALVICE
XENOFOBIA
RACISMO RECREATIVO
GAGOFOBIA
PADRONIZAÇÃO
LGBTFOBIA
PRECONCEITO COM ALTURA
CAPACITISMO

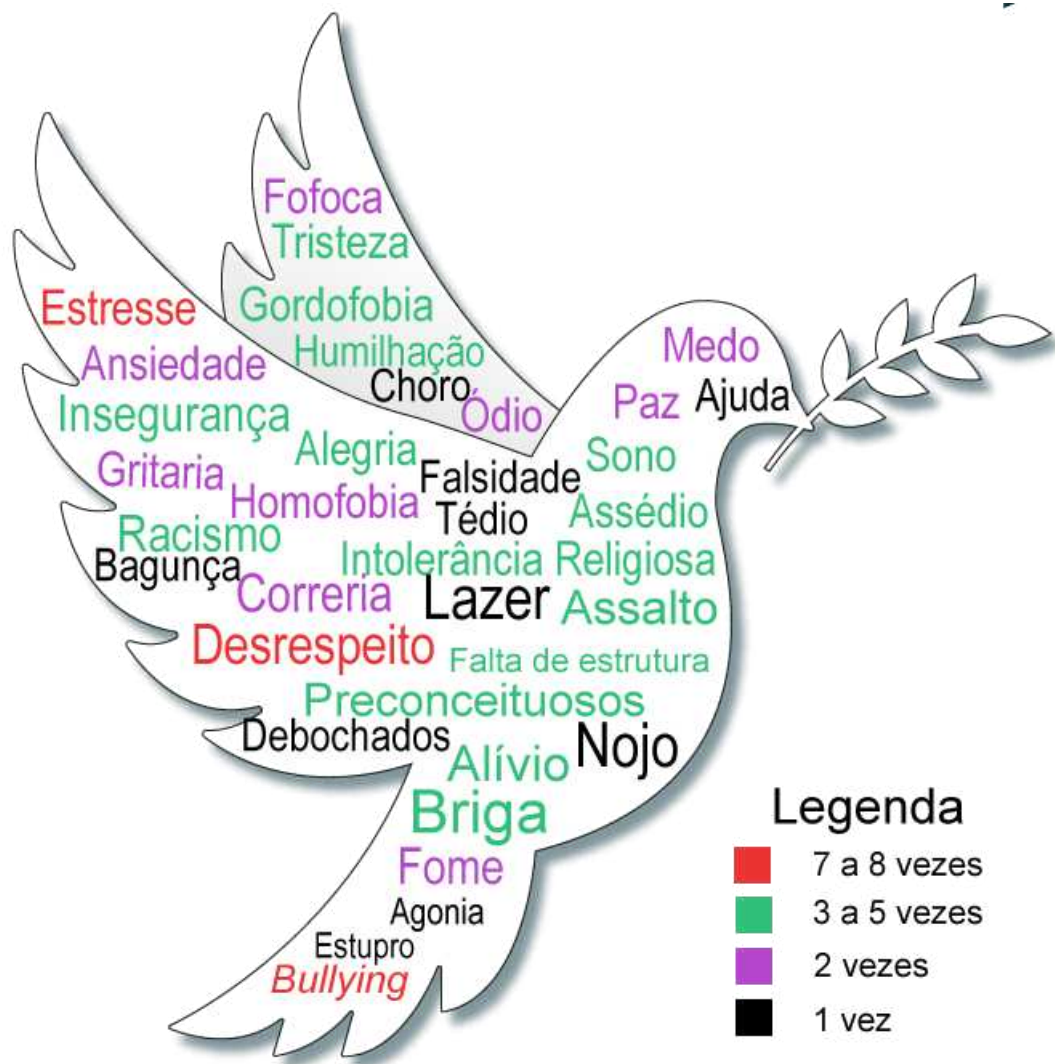
SEGURANÇA
LIVRAMENTO
PRIVACIDADE
ACONCHEGO
VIOLÊNCIA
ESTUDAR
ACABE LOGO A AULA
DESESPERO
ACOLHIMENTO
FILA
BAGUNÇA
BRINCADEIRA
MUITO ESPORRO
FALSIDADE
IRRITANTES
AMIGOS FORA DA ESCOLA
COBRAS
PEDINTES DE MATERIAIS E
LANCHES
AJUDA
IR PRA CASA
DOR DE CABEÇA
PREGUIÇA
AGONIA
BABADO
PACIÊNCIA
LEGAL
QUALIFICADOS
PERSISTENTES
EXIGENTES
MENTIRA
DEPRESSÃO
APELIDO
ESTRUTURA DO CORPO
CHORO
ESCROTIDÃO
CONDIÇÕES FINANCEIRAS
AUTISMO
DISCRIMINAÇÃO POR NÃO
SABER MARCHAR
PRECONCEITO COM
DEFICIENTES
XENOFOBIA

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Da relação da tabela, foi construído o Mapa Cognitivo com as palavras mais repetidas pelos estudantes durante a oficina pedagógica e agrupadas em formato da ave pomba, sendo desrespeito, *bullying* e estresse as mais reiteradas. Assédio, humilhação, tristeza, assaltos, racismo e brigas também foram citados diversas vezes.

Tivemos registros de ocorrências de palavras que não se repetiram, mas muito significativa para quem expressou como intolerância religiosa, xenofobia, gordofobia, assédio a meninas, condições financeiras, estupro, pressão psicológica, comida, machismo, agressão física e verbal, LGBTfobia, gagofobia dentre outras que podem ser consultadas na tabela.

Figura 3 - Mapa cognitivo. Salvador, Ba, 2023.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Foram expressas, também, palavras positivas em relação a escola como felicidade, alegria, paz, amigos fora da escola, resenha, companheirismo, aprendizado, conquista, evolução dentre outras, que nos possibilita julgar que os estudantes ainda encontram no ambiente escolar sensações prazerosas de frequentarem o colégio, apesar das dificuldades e ocorrências de episódios de violência.

Os tipos de violências elencadas pelos estudantes do CPM/Ribeira estão de acordo com aqueles apresentados pelos estudiosos em suas obras descritas anteriormente, sugestionando que os tipos ocorrências violentos são comuns.

Para a coleta de dados junto a gestão escolar foi realizada a entrevista semiestruturada, que permitiu acessar os pensamentos e as concepções dos entrevistados sobre a temática objeto da pesquisa, sendo acompanhado de um roteiro com questões que serviram como balizadores.

O roteiro da entrevista foi assim desenhado:

Perguntados há quanto tempo estava na direção do Colégio da Polícia Militar da Ribeira, obtive como resposta há quatro anos pela direção pedagógica e apenas três meses a gestão militar, sendo que o atual diretor militar fora nomeado recentemente para o cargo.

Questionados se havia ocorrência de episódio de violência no colégio, a direção pedagógica negou ter episódios de violência no CPM/Ribeira, porém a direção militar afirmou ter ocorrências, citando os tipos de violências mais recorrentes o *bullying*, agressão física ou verbal, depredação do patrimônio, discriminações de gênero, homofobia, intolerância religiosa e racismo, corroborando com as informações dos funcionários e professores, bem como a maioria das palavras proferidas pelos estudantes durante aplicação da oficina pedagógica. Complementando a gestão militar que no caso de ocorrência de violência no colégio, é feita as intervenções com registro de comunicação escrita do fato, apuração com todos os envolvidos e os responsáveis pelos estudantes são informados, e, a depender da situação, há encaminhamento para delegacia do menor infrator.

Perguntados se já houve a necessidade de a gestão escolar acionar a Polícia Militar (Ronda Escolar ou Companhia da PM da área) para intervir em alguma ocorrência de violência dentro da escola, ambas as gestões responderam em negativa.

Inquiridos de como achava que a gestão escolar poderia contribuir para evitar a violência dentro da escola, sugeriram o desenvolvimento de projeto de conscientização e formação da cultura de paz entre o corpo discente, docente, funcionários e militares; maior diálogo entre direção, professores e os alunos; convidar os pais para reuniões na escola; palestras sobre o respeito e relações interpessoais; intervenção mais ativa da direção e/ou funcionários com alunos que se envolvem em casos de violência; suspender alunos e alunas em casos de violência; os alunos serem escutados pela escola

Questionados se aceitariam receber algum treinamento ou capacitação para fazer mediação de conflito na escola, incluindo apoio da Justiça restaurativa, prontamente responderam afirmativamente, destacando que a violência é um fenômeno social que pode “aparecer” em qualquer coletivo, inclusive no CPM/Ribeira.

Depurando-se as respostas dos gestores do colégio durante a entrevista, faço observação de que as visitas que fiz ao estabelecimento de ensino, presenciei a diretora pedagógica sempre muito atarefada e preocupada com a administração do colégio, tendo limitada disponibilidade para uma conversa mais detalhada. Ressalta-se, ainda, que a responsabilidade pela disciplina dos estudantes no CPM/Ribeira é da gestão militar, sendo as funções das áreas pedagógicas e disciplinares bem definidas entre as duas gestões, porém administram em parceria e desenvolvimento de estratégias conjuntas para o funcionamento do CPM.

Conforme vai se observar nas respostas do questionário abaixo com funcionários e professores, há algumas discordâncias do entendimento da gestão pedagógica, mas alinhada com a gestão militar.

No período da pesquisa, o Colégio da PM da Ribeira possuía um quadro de 21 funcionários, nas funções de merendeira, cozinheira, servente, auxiliar administrativa/recepcionista e porteiro, e um quadro de 47 professores, servidores da Secretaria da Educação do Estado, e 13 instrutores militares, pertencentes aos quadros da PM e que exercem atividade de magistério em seu horário de folga do serviço policial. A direção militar possui um efetivo de 43 policiais militares com a tarefa precípua de manutenção dos princípios da disciplina dos discentes e desempenham, também, as tarefas diretivas e administrativas em apoio a direção pedagógica.

O questionário aplicado aos professores e funcionários do colégio teve baixa adesão com apenas cinco devolutivas de respostas, apesar das tentativas de

incentivo para a participação das categorias, que foram consolidadas conforme abaixo:

1. Você já presenciou ou tomou conhecimento de algum ato de violência dentro da escola? Caso tenha marcado sim, informe qual.

Dos pesquisados, 48% responderam afirmativamente terem tomado conhecimento de algum ato de violência dentro da escola e 52% negaram terem vivenciados tal situação.

Figura 4 - Relação dos respondentes sobre ato de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

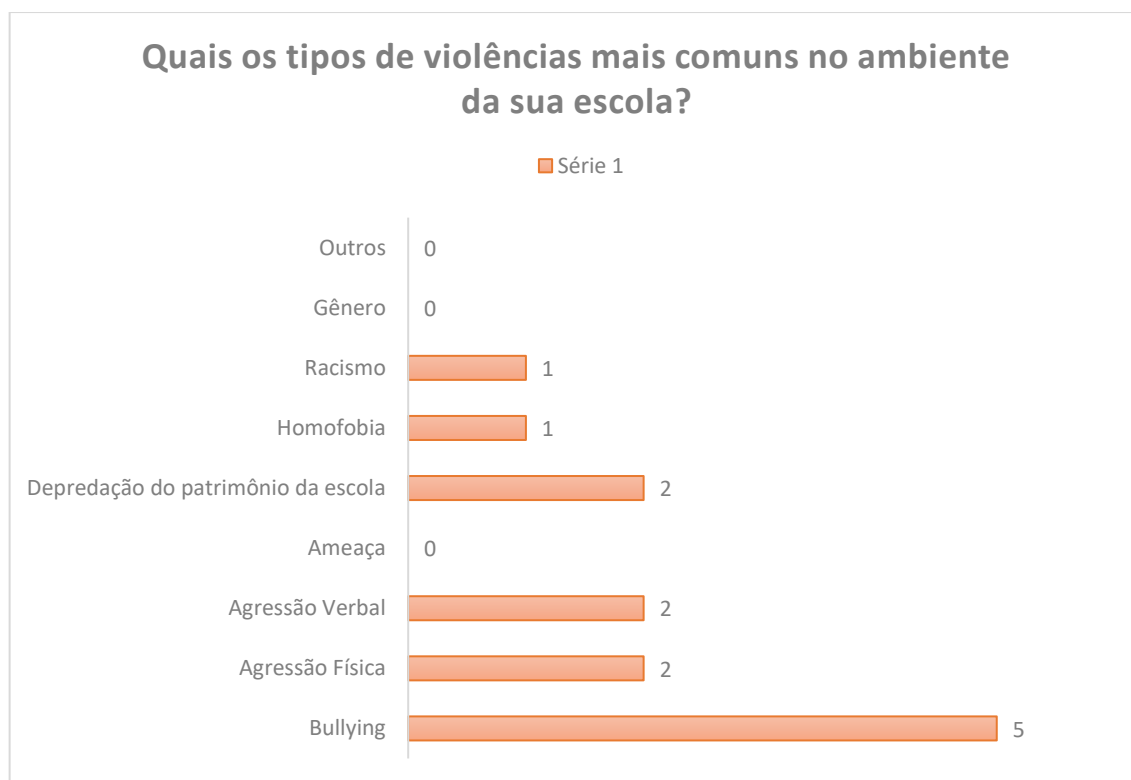
Três respondentes indicaram os tipos de violências que presenciaram: *bullying*, assalto ao patrimônio da escola, violência entre alunos e agressão entre dois alunos quando um agrediu o outro com um relógio de pulso, fazendo-o de instrumento cortante, denotando uma constância dos registros de *bullying* nas ocorrências escolares.

2. Quais os tipos de violências mais comuns no ambiente da sua escola?

Sobre os tipos de violências mais comuns na escola, os participantes assim responderam para as opções de respostas: 100% indicaram o *bullying*, 40%

apontaram para agressão física e o mesmo percentual para agressão verbal, 40% para depredação do patrimônio da escola, 20% apontaram para homofobia com mesmo percentual para o racismo, e nenhum apontamento para gênero e ameaça.

Figura 5 - Relação dos respondentes sobre tipos de violências comuns na escola. Salvador, Ba, 2023.



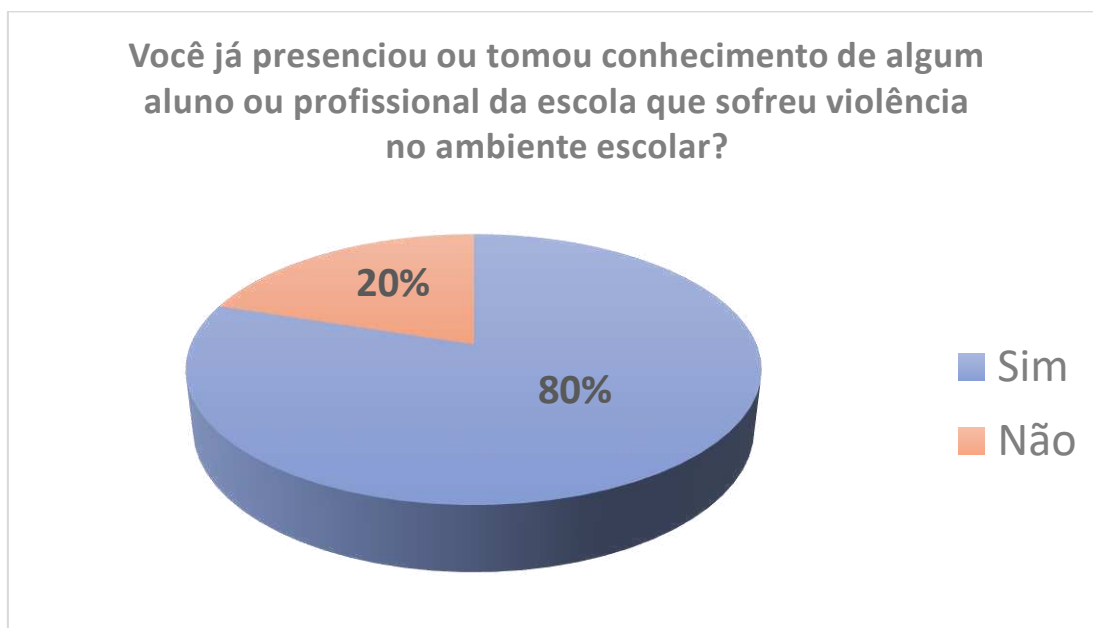
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Observa-se que novamente o *bullying* corresponde como um dos principais atos de violência, seja física ou psicológica, entre a comunidade escolar, não sendo diferente no CPM/Ribeira.

3. Você já presenciou ou tomou conhecimento de algum aluno ou profissional da escola que sofreu violência no ambiente escolar? Caso tenha marcado sim, informe qual.

Dos participantes, 80% responderam que já presenciaram ou tomou conhecimento de algum aluno ou profissional da escola que sofreu violência no ambiente escolar, e 20% pontuaram negativamente.

Figura 6 - Relação dos respondentes sobre aluno ou profissional que sofreu violência no ambiente escolar. Salvador, Ba, 2023.



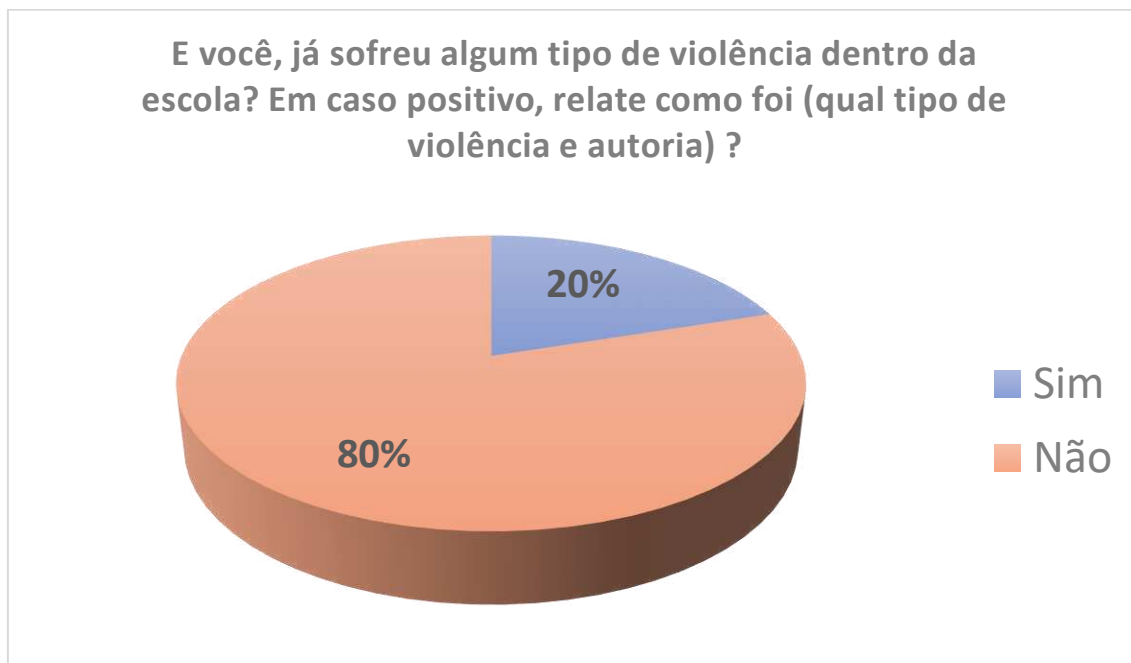
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Dos respondentes que marcaram sim, registraram como violência a agressão verbal contra funcionário e violência verbal (aluno desrespeitou professor), ocorrências comumente relatadas em visitas a estabelecimentos de ensino durante meu trabalho como policial militar.

4. E você, já sofreu algum tipo de violência dentro da escola? Em caso positivo, relate como foi (qual tipo de violência e autoria)

80% dos pesquisados negaram que tenham sofrido algum tipo de violência dentro da escola e dos 20% que relataram ter sofrido algum tipo de violência, apontaram o assédio moral por parte da gestão escolar, *bullying* e briga. Como autoria apresentaram a direção da escola e os alunos entre si.

Figura 7 - Relação dos respondentes se sofreu algum tipo de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.



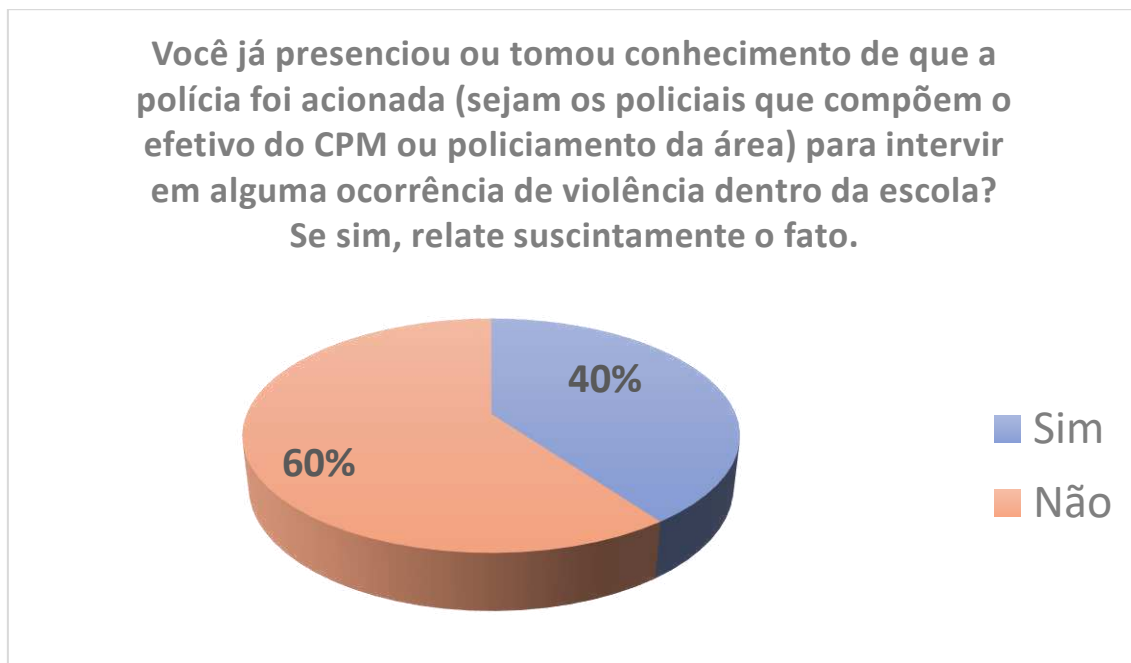
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Fica latente na leitura das respostas que alguns tipos de violências se repetem e coadunam com as pesquisas descritas acima dos autores apresentados, sendo o *bullying* repetitivo, urgindo medidas preventivas nos ambientes escolares.

5. Você já presenciou ou tomou conhecimento de que a polícia foi acionada (sejam os policiais que compõem o efetivo do CPM ou policiamento da área) para intervir em alguma ocorrência de violência dentro da escola? Se sim, relate sucintamente o fato.

Um número significativo de respondentes, 40%, informaram terem presenciado ou tomaram conhecimento de que a polícia foi acionada para intervir em alguma ocorrência de violência dentro da escola, e 60% responderam com negativa.

Figura 8 - Relação dos respondentes sobre acionamento da polícia em intervenção dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.



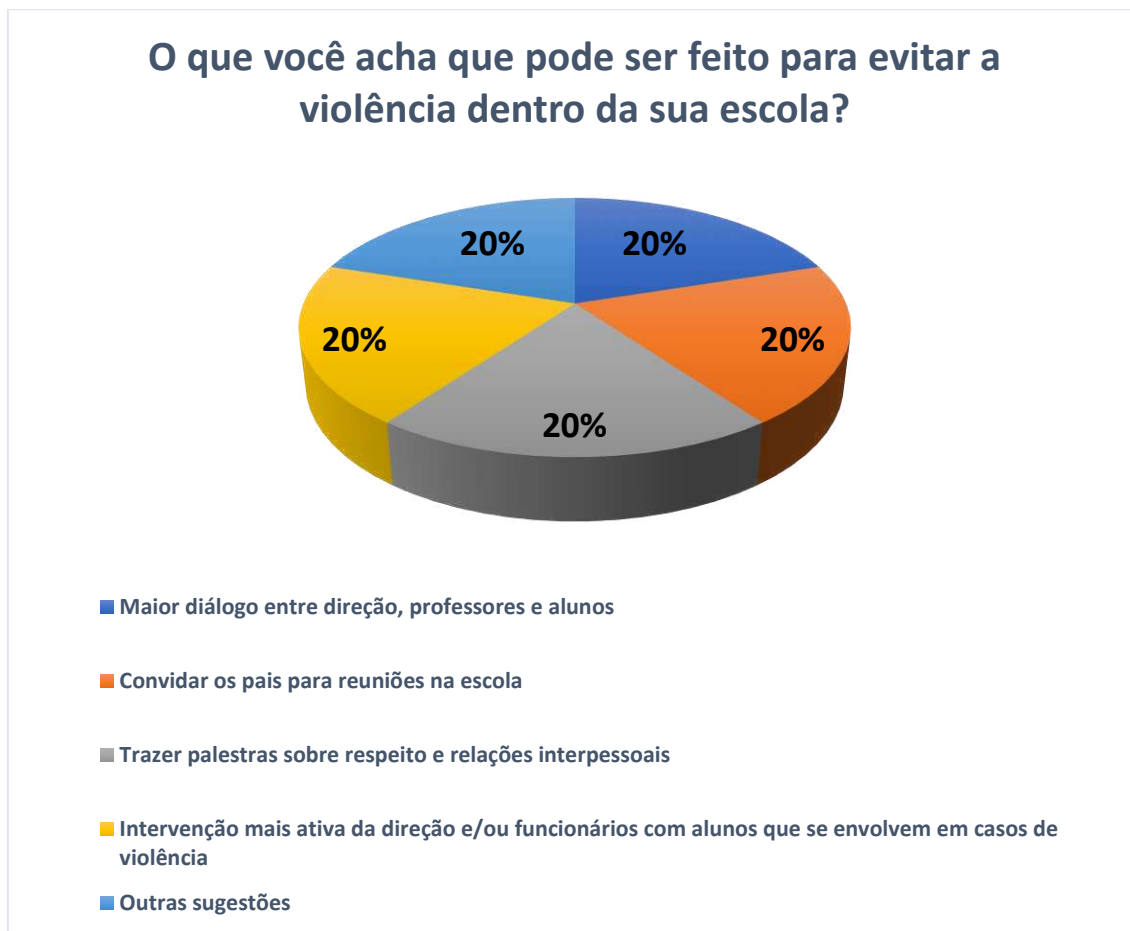
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

As brigas entre alunos e ofensas verbais foram informadas como ocorrências que a PM foi acionada para atendimento dentro do estabelecimento de ensino, apontando a falta de interação entre os alunos que prejudica o convívio e desarmoniza o ambiente de aprendizado. Atentar que as gestões escolares negaram que houve necessidade de acionamento da PM para intervenção em episódio de violência na escola.

6. O que você acha que pode ser feito para evitar a violência dentro da sua escola?

Com relação ao que pode ser feito para evitar a violência dentro da sua escola, o percentual para as respostas foi de 20% para cada alternativa apresentada: maior diálogo entre direção, professores e os alunos, convidar os pais para reuniões na escola, trazer palestras sobre respeito e relações interpessoais, intervenção mais ativa da direção e/ou funcionários com alunos que se envolvem em casos de violência.

Figura 9 - Relação dos respondentes sobre o que pode ser feito para evitar a violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.



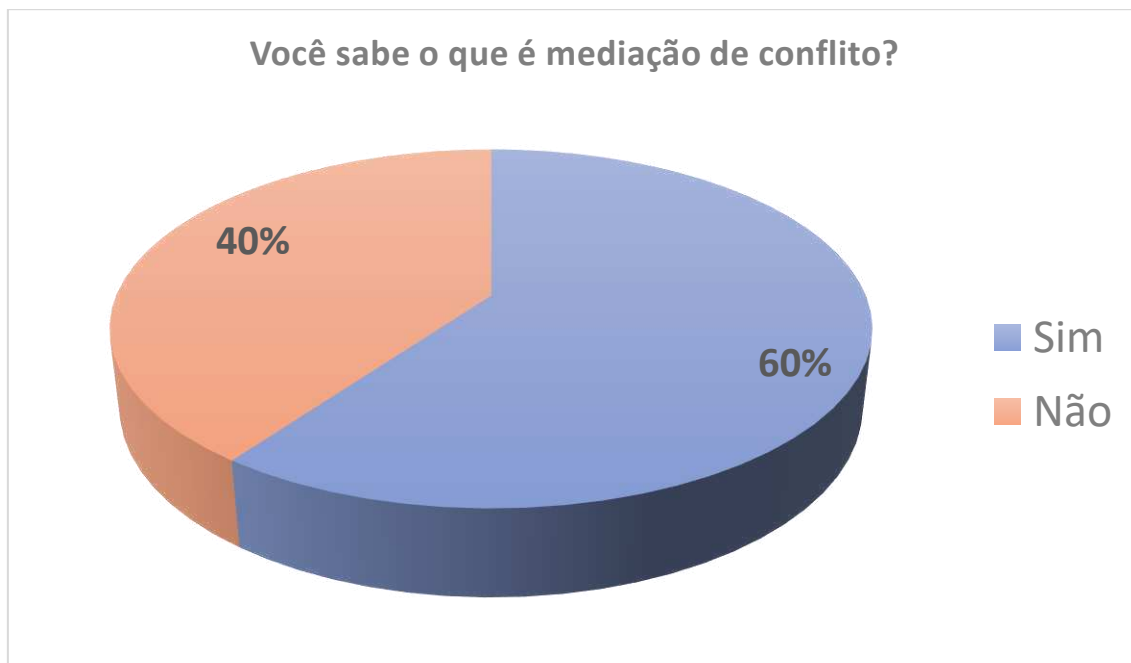
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

No questionário havia, ainda, as opções para evitar a violência na escola: levar os alunos para a direção em casos de violência, suspender alunos e alunas em casos de violência, os alunos serem escutados pela escola e nada, minha escola não tem problema, porém não foram pontuadas pelos respondentes, sugestionando ações mais positivas para a prevenção da violência dentro da escola, com diálogos, escuta ativa qualificada, numa busca coletiva de resolução do problema.

7. Você sabe o que é mediação de conflito?

A maioria dos pesquisados, 60%, indicaram saberem o que é mediação de conflitos, e apresentaram os seguintes relatos do seu conhecimento: buscar entendimento entre as partes envolvidas, evitar que o conflito chegue ao extremo e interceder.

Figura 10 - Relação dos respondentes sobre mediação de conflito. Salvador, Ba, 2023.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

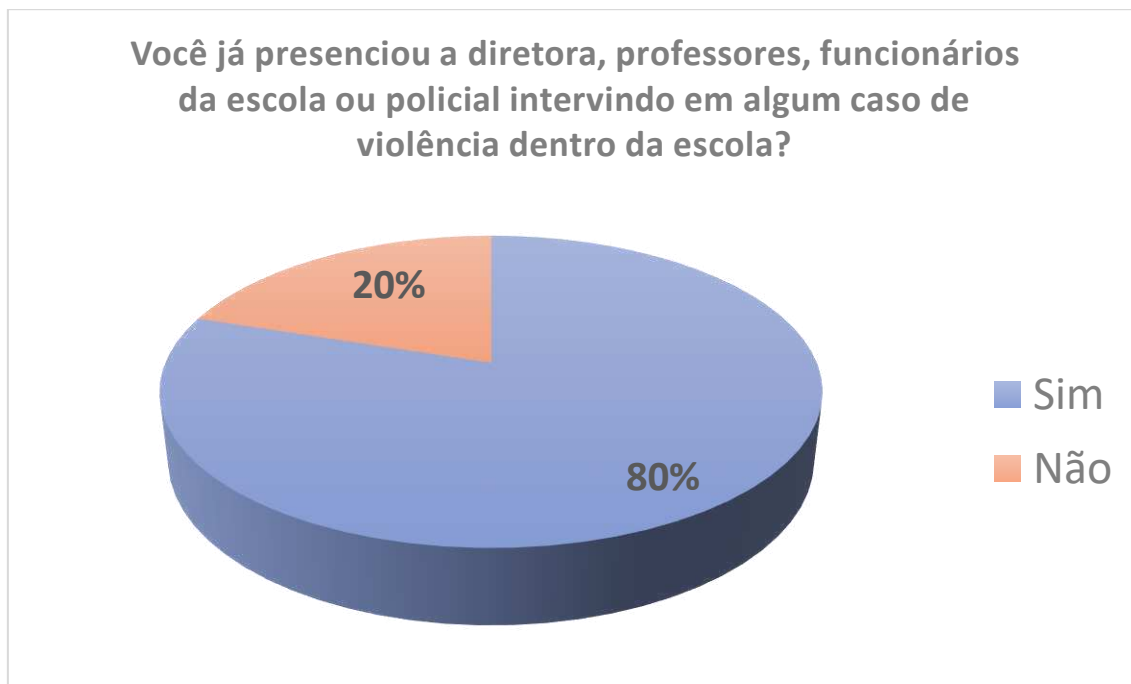
Outros 40% admitiram que não sabiam o que é mediação de conflito, indicando um percentual considerado, e urgindo a necessidade de se tratar dessa temática como uma ferramenta de prevenção a ocorrências de violência nas instituições de ensino, especialmente para os professores que são os interventores primários nas escolas.

8. Você já presenciou a diretora, professores, funcionários da escola ou policial intervindo em algum caso de violência dentro da escola?

Com relação ao questionamento se havia presenciado a diretora, professores, funcionários da escola ou policial do efetivo interno intervindo em algum caso de violência dentro da escola, expressivos 80% dos respondentes admitiram ter presenciado intervenção em caso de combate ao *bullying* e discriminação, mediando conflitos através de diálogo sobre o *bullying*, e policiais conversando com estudantes no corpo de alunos, buscando resolver a situação.

Outros 20% negaram ter presenciado qualquer intervenção desse tipo.

Figura 11 - Relação dos respondentes se presenciou intervenção em caso de violência dentro da escola. Salvador, Ba, 2023.



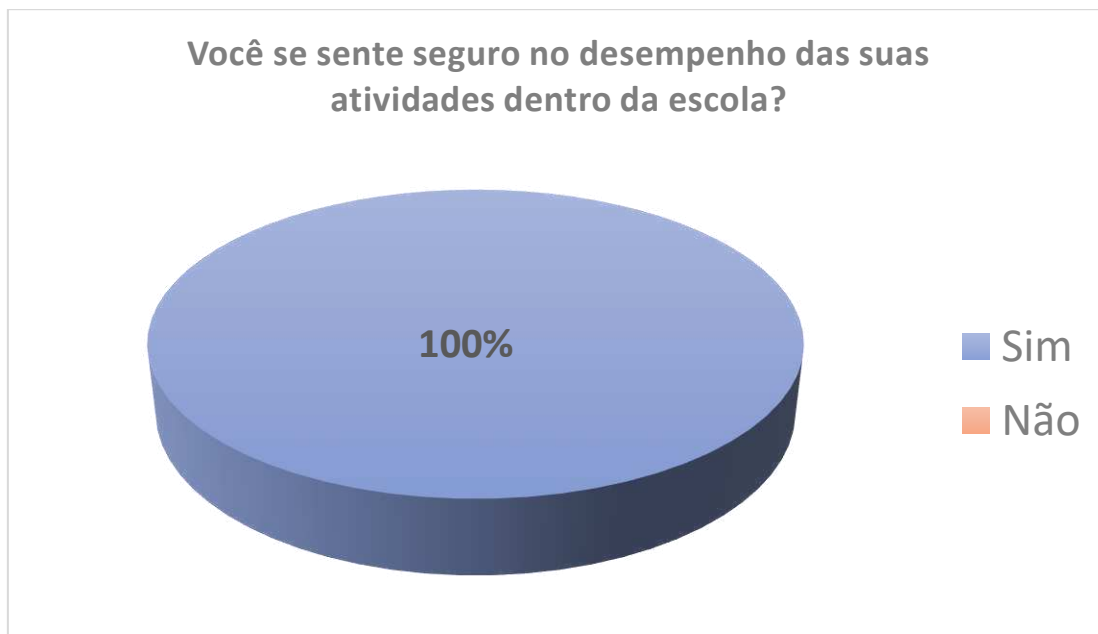
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Nota-se que novamente o *bullying* é registrado como tipo de violência que trouxe uma necessidade de intervenção por parte da gestão escolar.

9. Você se sente seguro no desempenho das suas atividades dentro da escola?

Questionados sobre o sentimento de segurança no desempenho das atividades dentro da escola, por unanimidade, 100% dos respondentes afirmaram se sentirem seguros trabalhando no CPM/Ribeira.

Figura 12 - Relação dos respondentes se sente seguro no desempenho das atividades dentro da escola, Salvador, BA, 2023



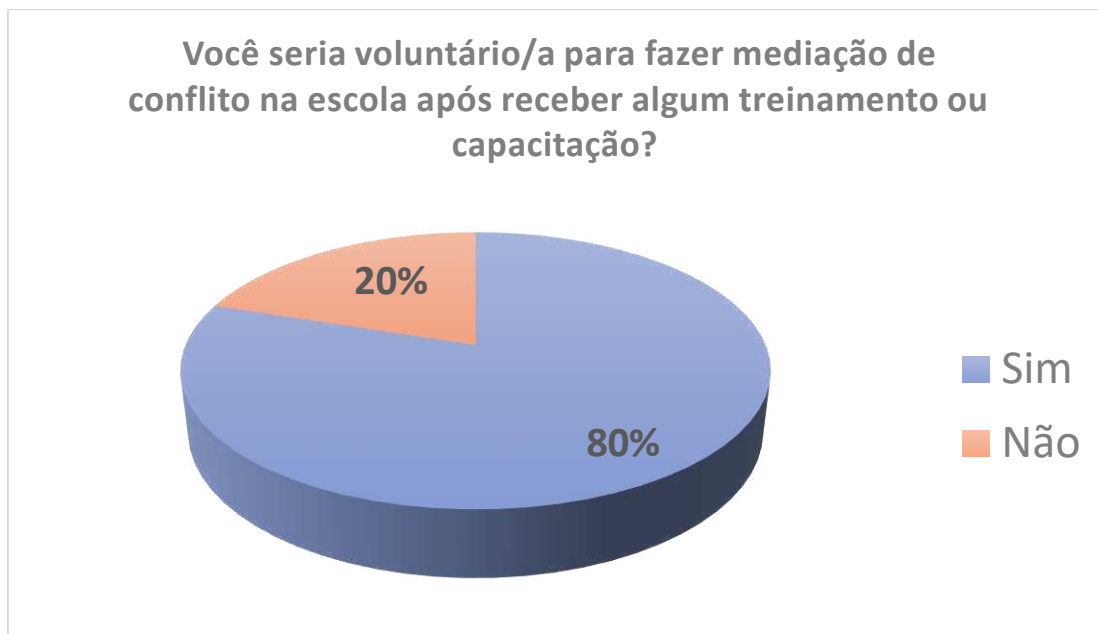
Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Apesar das pontuações em quesitos anteriores com registros de ocorrências de violência dentro do ambiente escolar, todos os respondentes afirmaram que se sentem seguros em trabalhar no CPM/Ribeira, bem provavelmente pela presença diária de policiais militares que desempenham suas funções na escola e proporcionam uma sensação de segurança à comunidade escolar.

10. Você seria voluntário/a para fazer mediação de conflito na escola após receber algum treinamento ou capacitação?

A última questão perguntava se o profissional seria voluntário para fazer mediação de conflito na escola após receber algum treinamento ou capacitação, sendo que apenas 20% rejeitaram essa possibilidade, mas 80% se prontificaram a ser voluntário a fazer mediação de conflito no ambiente escolar.

Figura 13 - Relação dos respondentes sobre ser voluntário/a para fazer mediação de conflito na escola. Salvador, Ba, 2023.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Com percentual de 80% dos pesquisados serem voluntários em aprender a serem mediadores de conflitos demonstra a preocupação e a vontade dos integrantes do CPM/Ribeira na construção de um ambiente mais harmônico e a busca da prevenção da violência para a promoção da paz social na escola.

Apesar das respostas dos funcionários e professores serem discordantes da percepção da violência escolar da direção, os questionários trouxeram vivências experimentadas sobre a violência e tipos de conflitos, sustentada nas pontuações dos estudantes durante a aplicação da oficina pedagógica, apontando para os tipos de violência que vivenciam cotidianamente no colégio. Esta pesquisa não deixa dúvidas de que mesmo o CPM/Ribeira sendo uma escola pública com partilha da administração entre SEC e PM, existem ocorrências de episódios de violência.

E a última fase foi a proposição de um protocolo de ação (tecnologia de gestão social) para mediação de conflito no ambiente escolar, a ser adotado em situação de conflito, que exija a intervenção através da mediação e da justiça restaurativa de maneira pacífica, contribuindo, desta forma para a promoção da paz social na escola, através do diálogo com os discentes e sua comunidade escolar.

Do produto proposto, o protocolo, após participar de grupos de trabalhos representando a Secretaria da Segurança Pública, na função de Diretora de Direitos

Humanos, com intuito de desenvolver ações e medidas preventivas de violência no ambiente escolar, inclusive participei da construção do informativo “Escola Segura: colaboração para um ambiente escolar seguro”, com objetivo de orientar a sociedade sobre prevenção, ameaças e situações de violência em todos os ambientes, devido as graves ameaças de invasões em instituições de ensino e com episódios de ataques com resultado morte de crianças, adolescentes e funcionários, vivenciados nos meses de março e abril de 2023. Este informativo foi produzido por integrantes das Secretarias Estaduais da Segurança Pública (com representantes das Polícias Militar, Civil e Técnica e do Corpo de Bombeiros), da Educação e da Justiça e Direitos Humanos, numa ação intersecretarias com temáticas transversalizadas, permitindo a integração e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento dos equipamentos do Estado.

Seguindo a proposta do UNICEF (2022), é necessário a promoção de uma intersetorialidade para a prevenção à violência. É a partir do conceito de intersetorialidade que a gestão pública deve trabalhar, nos territórios, para garantir a efetividade das ações da rede de proteção de crianças e adolescentes. A definição de estratégias intersetoriais de prevenção às violências dependerá dos desafios identificados em cada território, dos(as) parceiros(as) mobilizados(as) e das demandas de alinhamento às prerrogativas legais. Desse modo o processo de construção coletiva é que poderá apontar o melhor caminho (UNICEF, 2022), reforçado pelo Ministério da Educação na cartilha publicada com Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar, publicada em 2023, com orientações para entes federados e redes de ensino para construir diretrizes, planos e/ou documentos de orientação para ação das redes de ensino, em consonância com as orientações em nível federal, e designar responsáveis para execução das ações – para aqueles entes e/ou redes que já tiverem publicado programas e orientações, alinhar com as diretrizes expostas (Brasil, 2023).

Acredito que a construção coletiva é o melhor caminho a ser percorrido na construção de um protocolo inerente a prevenção da violência escolar, sem responsabilizar exclusivamente a Secretaria da Segurança Pública para a prevenção e o enfrentamento dessa violência. Devem ser incluídos órgãos como o Ministério Público, como fiscalizador para a manutenção da ordem jurídica, a Defensoria Pública, essencial à função jurisdicional do Estado, as Secretarias Estaduais da Educação, da Justiça e Direitos Humanos, da Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e

Comunidades Tradicionais, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Políticas para Mulheres, da Saúde, de Comunicação Social, de Relações Institucionais do Estado da Bahia, através da Coordenação Geral de Políticas de Juventudes, Conselho Estadual de Educação da Bahia, Associação dos Professores Licenciados do Brasil, Conselho Tutelar, universidades, Conselhos Comunitários de Segurança, Tribunal de Justiça, órgão que assegura efetivamente a uniformidade à interpretação da legislação, com introdução da Justiça Restaurativa nas escolas, com previsão de várias ações voltadas para práticas restaurativas na promoção da cultura de paz no ambiente escolar, participação efetiva da comunidade escolar, incluídos os alunos, funcionários, direção, professores, pais/responsáveis, movimentos sociais, dentre outras instituições essenciais para a participação social e controle externo.

Portanto, atualmente não se pode conceber que as instituições da Segurança Pública sejam responsabilizadas isoladamente das ações de prevenção e enfrentamento aos tipos das violências, incluindo no meio escolar. É necessário o fortalecimento da rede de enfrentamento a violência nas escolas e a proteção ao direito de os estudantes estarem num ambiente harmônico propício ao seu aprendizado.

Minha proposta, portanto, é apresentar um roteiro norteador que deverá ser construído e consolidado com outros equipamentos públicos e com a participação dos atores descritos acima, através da constituição de Grupo de Trabalho, com publicação em Diário Oficial, para elaborar um termo de cooperação técnica reforçando a importância da participação direta da comunidade escolar e dos movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para as políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude. Esta tecnologia de gestão depende desta interação por ter um rito legal no estado e atender as necessidades da sociedade.

A inclusão nesse processo da Justiça Restaurativa na Escola vai em muito contribuir para a resolução e prevenção de conflitos no ambiente escolar, conforme apresentado a experiência do Colégio da PM, unidade Dendezeiros.

Necessário frisar que os profissionais das escolas, especialmente os professores, interventores primários com contato permanente com os estudantes, devem passar por uma capacitação sobre a mediação de conflitos para qualificar e padronizar sua atuação e intervenção em caso de episódio de violência no ambiente escolar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este mestrado me proporcionou reflexões sobre os episódios de violência em estabelecimentos de ensino públicos, especialmente considerando as ocorrências no primeiro trimestre de 2023, com ataque em massa por agressor ativo, armado com diversos tipos de objetos, incluindo arma de fogo e branca, em variados estados da federação, causando graves ferimentos, físicos e psicológicos, e até situações com óbito de estudantes e funcionários.

Houve uma erosão das relações sociais após a crise sanitária da pandemia do COVID-19, sendo essas relações intermediadas virtualmente, substituindo o convívio presencial, seja no ambiente escolar, no trabalho e até nas relações familiares. A comunicação digital se instalou fortemente durante o processo da pandemia e acredito que não há retrocesso.

No princípio, o objetivo geral proposto nesta pesquisa fundamentava a construção de uma tecnologia de gestão social que possibilitasse aos professores e funcionários das instituições de ensino mediarem conflito no ambiente escolar, desta forma promovendo a paz através da prevenção de atos de violência. A proposta deste mestrado interdisciplinar e profissional é orientado à qualificação territorial e com compromisso com o desenvolvimento social do território da Península de Itapagipe, atendendo a demandas das sociedades locais.

Primeiramente, coube-me a preocupação em trazer à baila o referencial teórico da temática da violência, buscando o entendimento de estudiosos sobre o tema, e amparo para a aplicação da metodologia. A oficina pedagógica aplicada junto aos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio robusteceu a percepção das ocorrências de violência no CPM/Ribeira e sua tipagem, após cada acionamento da roleta virtual. Ao identificarmos no mapa cognitivo em formato de pomba, construído após as declarações dos jovens estudantes do colégio, podemos perceber que os discentes têm consciência de que essas vivências não os fazem felizes e anseiam por mudanças, na construção de um ambiente harmonioso e de paz.

As respostas dos professores e funcionários, apesar de parcas, permitiu a impressão de um panorama de suas percepções através das violências que presenciam dentro da escola. Em se tratando de professores, o interventor primário nas instituições de ensino, sendo os profissionais de contato mais aproximado com os alunos e maior tempo de convivência, são os que mais percebem os tipos de violência

e presenciam os conflitos nas escolas. Para que possam ser mediadores de conflito, esses profissionais necessitam, ainda, de capacitação para a devida qualificação na atuação, podendo futuramente ser extensivo a todos os estabelecimentos de ensino, proporcionando um impacto positivo, não apenas para a escola e a Península de Itapagipe, mas para a sociedade como um todo, seja intramuros ou no seu entorno.

Pensando numa construção coletiva, como devem ser as construções em gestão social, disponibilizo uma proposta de minuta com estrutura de protocolo para mediação de conflito no ambiente escolar com sugestão de participação de diversos atores, como os equipamentos públicos, comunidade escolar e sociedade civil, podendo outros órgãos ou instituições serem inseridos nesse processo de esforços colaborativos em toda a comunidade, com contribuições inerentes a sua competência legal ou experiência na temática. Faz-se necessário, ainda, uma formação continuada de profissionais da educação para combater múltiplas violências e identificar sinais de aproximação de estudantes a grupos extremistas que promovem essas práticas e disseminam o ódio, conforme estabeleceu o Ministério da Educação na cartilha de Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar, publicada em 2023.

Para se somar a essa construção de protocolo sugiro a inserção do processo da Justiça Restaurativa na Escola do Tribunal de Justiça, o que em muito vai contribuir para a resolução e prevenção de conflitos no ambiente escolar, conforme apresentado a experiência exitosa do Colégio da PM, unidade Dendezeiros, em consonância com as orientações em nível federal, estadual e municipal.

A responsabilidade de prevenção e enfrentamento a violência no ambiente escolar tem que ser absorvida por toda a sociedade, visando assegurar que o ambiente educacional seja saudável, seguro e propício ao desenvolvimento humano e de habilidades técnicas e profissionais, garantindo um futuro de paz.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas**: violência nas escolas, 2. ed. São Paulo: Flacso Brasil, 2021.
- AMARAL, D. E.; RAMOS, J. Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a cultura de paz. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 8, n. 21, p. 24-44, 2018.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia. Passo Fundo: CAPEC, Pasteur Editora, 1998.
- BASTOS A. V. B. **Mapas Cognitivos e a Pesquisa Organizacional**: explorando aspectos metodológicos. Estudos de Psicologia. v 7, n. especial, p. 65-77, 2002.
- BELLAGUARDA, M. L. R.; REBELLO, T. S. **Protocolos de Enfermagem na Atenção à Saúde**. Florianópolis: COREN SC, 2015.
- BOONEN, P. M. **A justiça restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução Mateus Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOYES-WATSON, C.; PRANIS, K. **No coração da Esperança**: Guia de Práticas Circulares. Tradução Fátima de Bastiani. Rio Grande do Sul: Escola Superior da Magistratura da AJURIS, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1991.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Resolução nº 458 de 6 de junho de 2022. Acrescenta o artigo 29-A à Resolução CNJ nº 225/2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. **Diário da Justiça eletrônico (DJe) - CNJ**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.

BRASIL. Resolução nº 225, de 31 maio de 2016. Dispões sobre a Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. **Diário da Justiça eletrônico (DJe) - CNJ**. Brasília, DF, 2016.

CAMMPI. NAI. **Plano referencial de desenvolvimento sustentável da península de Itapagipe**. Salvador: CAMMPI, 2008.

CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. In: CANDAU, V. M., ZENAIDE, M. N. T; MELO, J. A. P. M. **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos, Secretaria da Segurança Pública do estado da Paraíba, Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1999.

CHAGAS, José Ricardo. Os direitos fundamentais e a polícia comunitária. **Conteúdo Jurídico**, 2010.

CHARLOT, B. Violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, v. 4, n. 8, pp.432-443, 2002.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DENDEZEIROS. **Nota Técnica nº 00074715588**. Sobre a Campanha CNJ/TJBA de Justiça Restaurativa na Educação. Salvador: SEI Bahia, 2023.

COTTA, Francis Albert. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, v. 3, n. 5, p. 52-66, 2009.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, pp. 163-193, 2001.

FADUL, E.; SANTOS FILHO, N. Polícia cidadã: a implantação do policiamento comunitário em Salvador. **Revista de Administração da FEAD - Minas**, v. 4, n. 2, p. 105-123, 2007.

FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe**: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011.

GALVÃO, I. **Cenas do cotidiano escolar**: conflito sim, violência não. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KRUG, E. *et al.* **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: OMS, 2002.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p 21-65

MONTEIRO, M. F. **Policiamento Comunitário com Alternativa à Democratização da Polícia**. 2005. 249f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

MOORE, C. W. **O processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. Escritório sobre Drogas e Crime. **Manual sobre programas de justiça restaurativa**. Tradução Cristina Ferraz Coimbra; Kelli Semolini. 2. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

OLIVEIRA, N. S. **A PMBA e o enfrentamento às violências: um estudo de caso participante sobre a dinâmica de qualificação dos policiais para atuação em ambiente escolar**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia aplicada à Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2015.

PAZ, E. V. F.; PAZ, R. Y. A. A. F. Breve histórico da segurança pública brasileira, com ênfase no estado de Pernambuco. **Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, v. 8, n. 03, p. 1779-1786, 2022.

PEREIRA, G. V. P. S. **Esse Jogo dá Macht! Aprendizagem histórica e Jogos Digitais em contextos escolares**. 2022. 152f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

PERES, J. C. A. **Policiamento comunitário**. 3. ed. Porto Alegre: Ediletras, 2001.

PMBA. **Diretriz Operacional da Coordenação de Operações Policiais Militares nº 001/ 2003**. Cria a Operação Ronda Escolar. Salvador, 2003.

SALVADOR. Lei n. 7.236, de 11 de julho de 2007. Dispõe sobre a Guarda Municipal do Salvador. **Diário Oficial do Salvador**, Bahia, 2007.

SALVADOR. Lei n. 9.522, de 03 de abril de 2020. instituiu o “Programa Mediação Escolar” na rede pública de educação do Município de Salvador. **Diário Oficial do Salvador-Bahia**, Salvador, BA, 2020.

SALVADOR. Lei n. 9.711, de 12 de junho de 2023. Estabelece o Perímetro Escolar de Segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal de Salvador. **Diário Oficial do Salvador-Bahia**, Salvador, BA, 2023.

SCHÄFER, A. C. **Quando a tradução (re)conta a História: análise textual e tradução comentada de interrogatórios da “Rosa Branca”**. 2015. 406f. Dissertação (Mestre em Língua e Literatura Alemã) – Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU Social**, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, F. R.; ASSIS, S. G. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, v. 44, e157305, 2018.

SOUZA, A. S. **Com a palavra o adolescente: relatos de experiências** – atos de resistência e sobrevivência durante a pandemia causada pela COVID-19. Salvador: TJBA, 2022.

SOUZA, J. G. D.; SOUZA, L. N. D.; SPINOLA, N. D. Ascensão e queda de um centro industrial urbano: a Península De Itapagipe em Salvador/Bahia. **Revista Baru - Revista Brasileira De Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 5, n. 2, 341-62, 2019.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, pp. 87-103, 2001.

TENÓRIO, F. G.; ARAÚJO, E. T. D. Mais uma vez o conceito de gestão social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 4, p. 891–905, 2020.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento comunitário: como começar**. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Comunidade escolar na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes**. Brasília: UNICEF, 2022.

VEZZULLA, J. C. **Teoria e Prática da Mediação**. São Paulo: Atlas, 1998.

WONG, B. Eric Debarbieux: “Os professores não são treinados para agir em caso de violência”. **Pública**, 2008.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: Um novo foco sobre o crime a justiça ponto**. São Paulo: Palas Athena. 2008.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa**. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - CIAGS
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL**

Esta entrevista é parte do componente da pesquisa intitulada **FAZENDO A MÉDIA: USO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR** que trata sobre a mediação de conflito como tecnologia de gestão social para enfrentamento da violência no ambiente escolar, com uma proposta de protocolo para mediação de conflito, objetivando a prevenção da violência nas escolas e a promoção da cultura de paz, do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Há quanto tempo está na direção do Colégio da Polícia Militar da Ribeira?

2. Há ocorrência de episódio de violência em sua escola? Em caso positivo, quais os tipos de violências mais recorrentes (*bullying*, agressão física ou verbal, Depredação do patrimônio, discriminações de gênero, homofobia, intolerância religiosa, racismo, outras)?

3. Em caso de ocorrência de violência no colégio, como o/a sr/a faz as intervenções? Os fatos são registrados? E qual o procedimento de encaminhamento

ou apuração desses registros (família, Secretaria da Educação, Unidade Discente ou órgão público competente)?

4. Já houve a necessidade de a gestão escolar acionar a Polícia Militar (Ronda Escolar ou Companhia da PM da área) para intervir em alguma ocorrência de violência dentro da escola? Se sim, relate sucintamente, indicando o tipo de violência.

5. Como o/a sr/a acha que a gestão escolar pode contribuir para evitar a violência dentro da escola?

6. Você aceitaria receber algum treinamento ou capacitação para fazer mediação de conflito na escola, incluindo apoio da Justiça restaurativa?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS
DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA RIBEIRA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - CIAGS
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL**

MARIA CLEYDI MILANEZI

**QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO DA
POLÍCIA MILITAR DA RIBEIRA**

Este questionário é parte do componente da pesquisa do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia intitulada **FAZENDO A MÉDIA: USO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**, uma proposta de protocolo para mediação de conflito como tecnologia de gestão social, objetivando a prevenção da violência nas escolas.

Solicito a colaboração de Vossa Senhoria no sentido do preenchimento deste questionário, sendo o mais fiel possível à sua vivência escolar e pessoal, para uso exclusivo nesta pesquisa, sendo-lhe garantido o anonimato das respostas e não havendo necessidade de se identificar.

Desde já firmamos nossos agradecimentos por sua atenção e contribuição.

1. Você já presenciou ou tomou conhecimento de algum ato de violência dentro da escola?

- () Não
() Sim, qual? _____

2. Quais os tipos de violências mais comuns no ambiente da sua escola?

- () Bullying
() Agressão física
() Agressão verbal
() Ameaça
() Depredação do patrimônio da escola
() Homofobia
() Racismo
() Gênero
() Outros _____

3. Você já presenciou ou tomou conhecimento de algum aluno ou profissional da escola que sofreu violência no ambiente escolar?

- () Não
() Sim, qual tipo? _____

4. E você, já sofreu algum tipo de violência dentro da escola? Em caso positivo, relate como foi (qual tipo de violência e autoria)

- () Não
() Sim, qual tipo? _____
Autoria? _____

5. Você já presenciou ou tomou conhecimento de que a polícia foi acionada (sejam os policiais que compõem o efetivo do CPM ou policiamento da área) para intervir em alguma ocorrência de violência dentro da escola? Se sim, relate sucintamente o fato.

- () Não
() Sim, como foi? _____

6. O que você acha que pode ser feito para evitar a violência dentro da sua escola?

- () Maior diálogo entre direção, professores e os alunos
- () Convidar os pais para reuniões na escola
- () Trazer palestras sobre respeito
- () Intervenção mais ativa da direção e/ou funcionários com alunos que se envolvem em casos de violência
- () Levar os alunos para a direção em casos de violência
- () Suspende alunos e alunas em casos de violência
- () Os alunos serem escutados pela escola
- () Trazer palestras ou aulas sobre o respeito e relações interpessoais
- () Nada. Minha escola não tem problema
- () Outras sugestões: _____

7. Você sabe o que é mediação de conflito?

- () Não
- () Sim, faça um breve resumo do seu entendimento sobre a mediação de conflito _____

8. Você já presenciou a diretora, professores, funcionários da escola ou policial intervindo em algum caso de violência dentro da escola?

- () Não
- () Sim, faça um breve relato? _____

9. Você se sente seguro no desempenho das suas atividades dentro da escola?

() Sim

() Não, por quê? _____

10. Você seria voluntário/a para fazer mediação de conflito na escola após receber algum treinamento ou capacitação?

() Sim

() Não

Muito obrigada por sua participação!!

APÊNDICE C – MINUTA DE PROTOCOLO

MINUTA DE PROTOCOLO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITO NO AMBIENTE ESCOLAR

“Construção coletiva através do Grupo de Trabalho - GT, no âmbito de cada instituição abaixo identificada, conforme Portaria nº xxx/2024 para definição de protocolo de mediação de conflito no ambiente escolar no Estado da Bahia”.

INTRODUÇÃO

PREMISSAS E PROPÓSITO DO PROTOCOLO

OBJETIVO GERAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

PÚBLICO ALVO

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

ÓRGÃOS, INSTITUIÇÕES E SOCIEDADE CIVIL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO

PRINCIPAIS CONCEITOS

TIPOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

PENSANDO O INÍCIO DE UM PROGRAMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**ALGUMAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITO E POSSÍVEIS
APLICAÇÕES PARA O DIA A DIA**

MODELOS DE MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

PLANEJANDO O ENCONTRO COM OS RESPONSÁVEIS

RELAÇÃO DA REDE DE APOIO

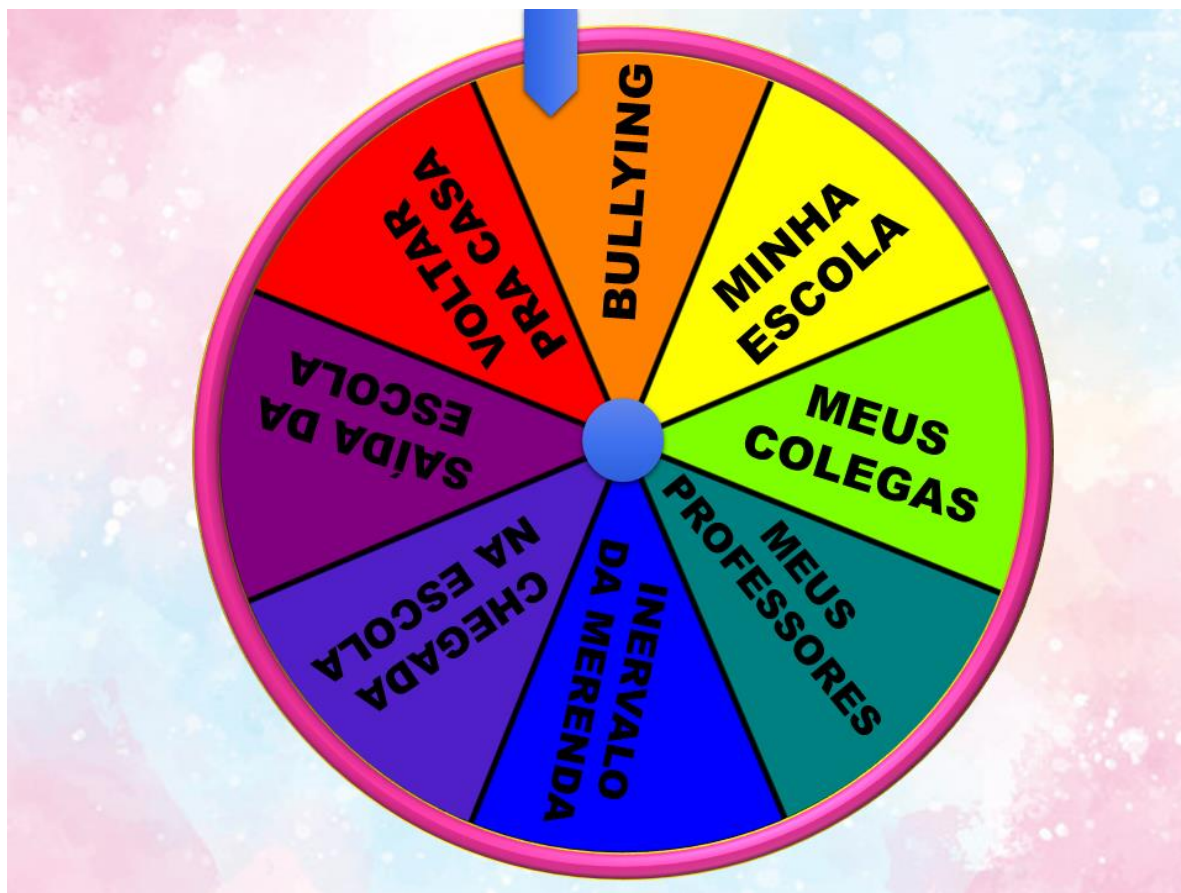
JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÍRCULOS DE PAZ

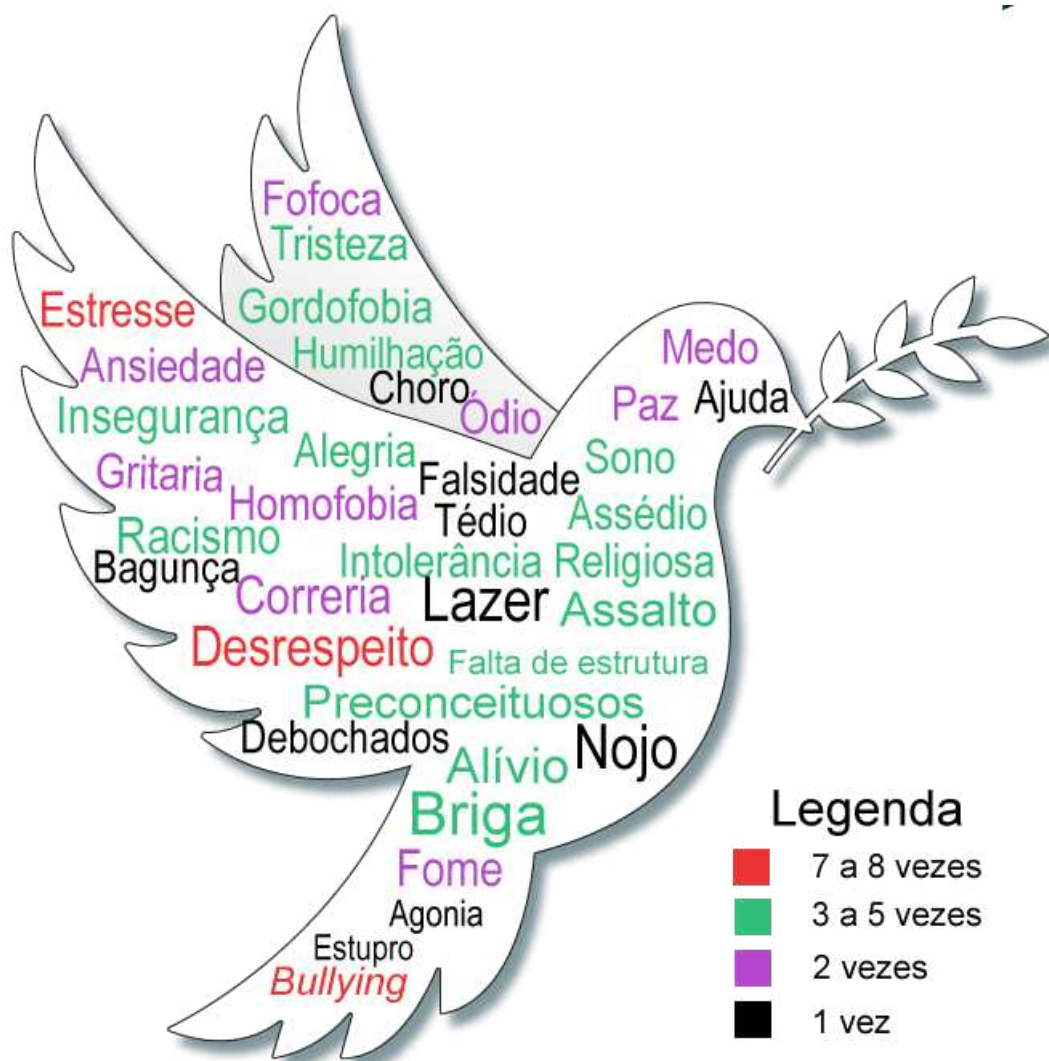
CAPACITAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

AValiação E MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

APÊNDICE D - MODELO DE ROLETA



APÊNDICE E - MAPA COGNITIVO



APÊNDICE F – MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº XXX de XXXXXXXX de 2024

“Constituir Grupo de Trabalho - GT, no âmbito de cada instituição abaixo identificada, para definição de protocolo de mediação de conflitos no ambiente escolar no Estado da Bahia”.

CONSIDERANDO a necessidade de construção coletiva de protocolo de mediação de conflito nas escolas;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver medidas de prevenção à violência e promoção da paz social no ambiente escolar;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a rede de enfrentamento à violência escolar e as diversas formas de prevenção; e

CONSIDERANDO que à Secretaria da Segurança Pública compete programar, superintender, dirigir e orientar os serviços de polícia e segurança pública do Estado.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 42, Inciso I, alínea “k” e o art.65 do Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006, que aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Grupo de Trabalho - GT, no âmbito de cada instituição abaixo identificada, para definição de protocolo de mediação de conflitos no ambiente escolar no Estado da Bahia.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho de que trata esta portaria terá a seguinte composição:

I – Secretaria da Segurança Pública – SSP.

II – Secretaria da Educação – SEC.

III – Secretaria da Saúde – SESAB.

IV – Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH.

V – Secretaria Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais – SEPROMI.

VI – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDES.

VII – Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM.

VIII – Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

IX – Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia, através da Coordenação Geral de Políticas de Juventudes – SERIN.

X – Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE

XI – Ministério Público

XII – Defensoria Pública

XIII – Conselho Estadual de Educação da Bahia

XIV – Conselho Tutelar

XV – Universidades

XVI – Conselhos Comunitários de Segurança

XVII – Tribunal de Justiça (Justiça Restaurativa nas Escolas)

XVIII – Representações da comunidade escolar (alunos, funcionários, direção, professores, pais/responsáveis)

XIX – Associação dos Professores Licenciados do Brasil

XX – Movimentos sociais, dentre outras instituições essenciais para a participação social e controle externo.

XXI – Sociedade Civil,

§1º - O Grupo de Trabalho será coordenado pela representante da Superintendência de Prevenção à Violência da Secretaria da Segurança Pública (SPREV/SSP).

§2º - O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário ao cumprimento das suas finalidades.

Art. 3º O GT se reunirá quinzenalmente em reuniões ordinárias e caso seja necessário será convocado reuniões extraordinárias.

Art. 4º - Todas as Instituições, que compõem o Grupo de Trabalho, deverão prestar o apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento e desenvolvimento das suas atividades.

Art. 5º - O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia útil após a data de publicação desta Portaria, permitindo-se a sua prorrogação por igual período.

Art. 6º - A participação dos membros no Grupo de Trabalho não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 2024

XXXXXXXXX

Secretário da Segurança Pública

ANEXO A – OFÍCIOS DE AUTORIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
SUPERINTENDENCIA DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA - DDH

Ofício nº 00078776119/2023 - SSP/GAB/SPREV/DDH

Salvador, 13 de novembro de 2023

A Sua Senhoria o Senhor

Cel PM JORGE RICARDO ALBUQUERQUE PEREIRA

Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa

Assunto: Apresentação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, considerando que esta Oficiala é estudante do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo um dos cursos que compõem o programa de pós-graduação do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), sediado na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAFBA), em Salvador - BA.

Considerando que meu projeto de pesquisa trata sobre a mediação de conflito como tecnologia de gestão social para enfrentamento da violência no ambiente escolar, com uma proposta de protocolo para mediação de conflito, objetivando a prevenção da violência nas escolas e a promoção da cultura de paz, sob a orientação do professor Dr. André Luis Nascimento Santos, solicito os bons préstimos de V.S.^a em autorizar o acesso desta discente ao Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes – Unidade Ribeira, visando servir de local de estudo, com objetivo de obter informações sobre a pesquisa em questão por meio de entrevistas, questionários e/ou análise documental.

Na oportunidade, coloco-me à disposição para esclarecimentos de eventuais dúvidas, ao tempo que renovo os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Maria Cleydi Milanezi - Ten Cel PM

Mestranda



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cleydi Milanezi, Diretor (a)**, em 13/11/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00078776119** e o código CRC **EE4007E5**.

Referência: Processo nº 020.3206.2023.0024893-36

SEI nº 00078776119



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA - PMBA/IEP

PROCESSO:	020.3206.2023.0024893-36
OBJETO:	Solicitação ao IEP
ÓRGÃO INTERESSADO:	[Insira aqui o órgão interessado]

DESPACHO

DIRETORIA

Ten Cel Jarbas,

1. Encaminhar ao Dir do CPM-RIB recomendando o atendimento.

(assinado eletronicamente)

JORGE RICARDO ALBUQUERQUE PEREIRA - CEL PM

DIRETOR



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Ricardo Albuquerque Pereira, Coronel**, em 13/11/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00078784310** e o código CRC **44A0AD66**.

Referência: Processo nº 020.3206.2023.0024893-36

SEI nº 00078784310



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA
COORDENAÇÃO DOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR - PMBA/IEP/CCPM

Ofício nº 00078788049/2023 - PMBA/IEP/CCPM

Salvador/BA, 13 de novembro de 2023.
PMBA, uma Força a serviço do cidadão!

Ao Sr.
TC PM ANTÔNIO BASÍLIO HONORATO BARBOSA
 Diretor do CPM de Ribeira

Assunto: Encaminhamento

Em atenção ao doc . SEI nº 00078776119, encaminho a V. Sa, para conhecimento e deliberação, o despacho nº 00078784310, que autoriza o quanto solicitado.

Atenciosamente,

JARBAS CARVALHO DE OLIVEIRA JÚNIOR - TEN CEL PM
Coordenador da CCPM



Documento assinado eletronicamente por **Jarbas Carvalho De Oliveira Junior**, Tenente Coronel, em 13/11/2023, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00078788049** e o código CRC **B8F5C553**.

Referência: Processo nº 020.3206.2023.0024893-36

SEI nº 00078788049